

PROJETO DE ARQUITETURA DE EQUIPAMENTOS
PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER:
BALNEÁRIO MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO
(SP)

HELENA LUZ

PROJETO DE ARQUITETURA DE EQUIPAMENTOS PÚBLI-
COS DE ESPORTE E LAZER: BALNEÁRIO MUNICIPAL DE
CAMPOS DO JORDÃO (SP)

HELENA LUZ

PROJETO DE ARQUITETURA DE EQUIPAMENTOS PÚBLI-
COS DE ESPORTE E LAZER: BALNEÁRIO MUNICIPAL DE
CAMPOS DO JORDÃO (SP)

Trabalho Final de Graduação.
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
Orientador: Alexandre Delijaicov.

São Paulo

2018

PROJETO DE ARQUITETURA DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LA-
ZER: BALNEÁRIO MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO (SP)

HELENA LUZ

Este trabalho de Conclusão de Curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de:

Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

E aprovada na sua versão final em 02 de Agosto de 2018, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade de São Paulo e Coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Alexandre Delijaicov
(Orientador)

Professora Doutora Karina Leitão
(Avaliador)

Professora Doutora Flávia Brito do Nascimento
(Avaliador)

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, irmãs e família pela compreensão e apoio na faculdade e na vida.

Agradeço ao Professor Alexandre Delijaicov por aceitar ser meu orientador e por ser uma inspiração para todos que tem a oportunidade de aprender com ele.

Agradeço á comunidade FAU, que foi minha segunda grande família durante quase sete anos e seria injusto citar apenas alguns nomes aqui.

Abstract

This is a public equipment architecture project research. The subject in question is the public facilities in the municipality of Campos do Jordão. The goal is proposal for sports equipment. What starts this objective is the project of a High Income Center that is being implemented in the municipality and should have been finalized in 2007. The problem is initially its location (where?), far from the urban network, in second place the program (what?) and finally the construction (how?) in order to justify the insertion of an equipment in the scale of the city and the neighborhood (why?).

The methodology is project as research and research as a project, in which the guiding line for knowledge construction is the metaproject. Under the guidance of prof. Alexandre Delijaicov the methodology was the construction and characterization of the Architecture of the Place, Architecture of the Program and Architecture of the Construction, through Bases, Concepts and References. The result is the design of a Municipal Public Bathhouse, but the product is the process in search of the characterization and construction of Place, Program and Construction in the study of architecture of public equipments.

The characterization of the Architecture of the Place has the function of characterize the location, implantation and bases for the projectual action. The process is intuitive and Campos do Jordão has shown itself to be a privileged case study for several themes. Conceptually, it was pertinent to emphasize the invention of the mountainous place, the municipality as usufruct of the fight against tuberculosis and the tourist activity in the implantation of public policies that had direct action on the constructed environment and the quality of life in this city.

In parallel, the study of the place follows in multiple scales: regional, municipal and, considering the survey of the network of public equipment and urban infrastructure, reaches a neighborhood for the insertion of a proposed design.

The architecture arises from a program and the choice of a Municipal Bathhouse with public swimming pools is defined by identifying that there are restricted leisure opportunities for the local population. In addition it also suspects of a social reclusion from the past tuberculosis and cold weather and we believe that water, a playful element, has the power to confront remnants of the fear of contact contamination, as well as to promote leisure.

The Architecture of the Program is a dialogue with the place - from the outside to inside and from the inside to outside - and it is through a process of drawing that the program discusses possibilities of dimension, disposition and communication with the environment.

The Architecture of the Construction is a constructive response to all the premises involved in the program. Comporting the pool's tanks it is necessary to overcome a gap and the project has as a constructive solution the use of metallic structures.

The conclusion is a reflection on Architecture of the Public Equipment Program in spaces of free areas in the Municipality of Campos do Jordão.

Keywords:

Mountain - Health Policy - Tourism - Public Equipment - Bathhouse

Sumário

Agradecimentos.....	7
Resumo.....	9
Sumário.....	11
Lista de Figuras.....	13
1. Introdução: Balneário Municipal de Campos do Jordão.....	16
1.1. Apresentação.....	16
1.2. O Objeto.....	18
1.3 Justificativa.....	20
1.4 Objetivos.....	20
1.4. As Hipóteses	22
1.5. As Referências Teóricas, Conceituais.....	22
1.6. Metodologia e Materiais.....	24
2. 0.Arquitetura do Lugar.....	26
2.1. Introdução.....	26
2.2. Regional.....	28
2.3. Municipal.....	31
2.3.1. Invenção da Montanha.....	31
2.3.2. Ciclo da Cura.....	33
2.3.3. Ciclo do Turismo.....	38
2.3.4. O Fenômeno Turismo.....	41
2.3.2. O Município de Campos do Jordão.....	43
2.3.2.1. Equipamentos Públicos e Infraestrutura Urbana.....	44
2.3.2.2. Mapas Produzidos.....	48
2.3.2.3. Bases do Lugar.....	69
3.0. Arquitetura do Programa.....	79
3.1. Introdução.....	79
3.2. Balneário Municipal.....	80
3.3. Planta de Implantação e Memorial de Projeto.....	88
4.0. Construção.....	90
4.1. Introdução.....	90
4.2. Plantas, Cortes e Elevações.....	95
5.0. Considerações Finais.....	105
Bibliografia.....	108
APÊNDICE 1 - Localização do Centro de Alto Rendimento	109
APÊNDICE 2 - Fotos Complementares	110
ANEXO 1 - Localização de Campos do Jordão.....	115
ANEXO 2 - Desenhos cedidos pela Secretária de Educação.....	116
ANEXO 3- Orientação - Diálogo por desenho.....	118

LISTA DE FIGURAS

IMAGENS

Figura 1 - Mesorregião e Microrregião administrativamente	29
Figura 2 - Desenvolvimento Econômico associado á caraterísticas naturais/estratégicas.....	29
Figura 3 - Capa da obra <i>Voyages dans Les Alpes de Saussure</i> (1796).....	31
Figura 4 - Panfleto de propaganda contra tubérculos.....	33
Figura 5 - Mapa da distribuição do tipo da população.	33
Figura 6 - Anúncio da Geleia Belfruta (1951).....	39
Figura 7 - Estrada Para Campos do Jordão - Ocupação do fundo do Vale 1960.....	50
Figura 8 - Foto do deslizamento de terra na Vila Albertina.....	52
Figura 9 - Corte AA - extensão de aproximadamente 200m.....	53
Figura 10 - Escola Municipal Amadeu Carletti.....	56
Figura 11 - Escola Modelo TCC2 na Vila Albertina.....	56
Figura 12 - Campinho Vila Sodipe.....	58
Figura 13 - Praça com quadra coberta na Vila Albertina.....	58
Figura 14 - Sanatório Divina Providência.....	60
Figura 15 - Sanatório Nossa Senhora das Mercês, Casa de repouso para homens.....	60
Figura 16 - Sanatório Santa Cruz.....	60
Figura 17 - Vila Sodipe em dia de neblina.....	64
Figura 18 - Maquete de Estudo da Vila Albertina e Santa Cruz.....	67
Figura 19 - Definição do terreno do Campinho Santa Cruz.....	67
Figura 20 - Base sendo montada sob a foto e a busca de um bom enquadramento.....	70
Figura 21 - Base.....	70
Figura 22 - Cultura Sanatorial na paisagem.....	73
Figura 23 - Quadra do projeto.....	73
Figura 24 - Ponto de Vista 1 - Escadaria.....	74
Figura 25 - Ponto de Vista 2 - Acesso á creche.....	74
Figura 26 - Ponto de Vista 3 - Resquício de quadra com alguns aparelhos de ginástica.....	75
Figura 27 - Ponto de Vista 4 - Ponte A.....	75
Figura 28 - Ponto de Vista 5 - Crianças da creche Historiador Pedro Paulo Filho.....	76
Figura 29 - Ponto de vista 6 - Crianças da Escola Lucila Cerquera.....	76
Figura 30 - Ponto de Vista 7 - Rua de acesso á creche sob a linha de Plátanos.....	77
Figura 31 - Ponto de vista 8 - Vista da arquibancada.....	77
Figura 32 - Arquibancada do Campinho de Futebol Santa Cruz.....	78
Figura 33 - Campinho com creche ao fundo.....	78
Figura 34 - Dimensões de piscina.....	80
Figura 35 - Desenvolvimento do programa 1.....	82
Figura 36 - Desenvolvimento do programa 2	83
Figura 37 - Desenvolvimento do programa 3	84
Figura 38 - Desenvolvimento do programa 4.....	85
Figura 39 - Desenvolvimento do programa 5.....	86
Figura 40 - Desenvolvimento do programa 6.....	87
Figura 41 - Eixos.....	90
Figura 42 - Pilar.....	90

Figura 43 - Viga de borda/ Platibanda.....	90
Figura 44 - Viga Transversal.....	92
Figura 45 - Viga Calha.....	92
Figura 46 - Terças.....	92
Figura 47 - Caixilhos.....	92
Figura 48 - Colagem Pavilhão de Crsital.....	103
Figura 48 - Equipamentos públicos em espaço de área livre.....	104

MAPAS

Mapa 01 -Hipsometria do MCJ.....	49
Mapa 02 - Rede Hídrica e áreas de risco do MCJ.....	51
Mapa 03 - Mobilidade do MCJ.....	53
Mapa 04 -Evolução da mancha urbana com o sistema viário (1977-2013).....	54
Mapa 05 - Equipamentos de Educação do MCJ.....	55
Mapa 07 - Equipamentos de Esporte do MCJ.....	57
Mapa 08 - Equipamentos de Saúde e Assistência Social.....	59
Mapa 09 -Uso do Solo: ZEIS e ZC.....	61
Mapa 10 - Menores Rendas.....	62
Mapa 11 -Maiores Densidades.....	63
Mapa 12 - Vila Santa Cruz e Vila Albertina.....	65

DESENHOS TÉCNICOS - BALNEÁRIO

01 - Planta de Localização.....	72
02 - Planta de Implantação	91
03 - Térreo.....	96
04 - Cobertura e Forro.....	97
05 - Fachada Transversal.....	98
06 - Cortes Transversais.....	99
07 - Fachada e Corte Longitudinal.....	100
08 - Vista 1.....	101
09 - Vista 2.....	102

1.0. Introdução: Balneário Municipal de Campos do Jordão

1.1 – Apresentação

Chego ao meu tema de trabalho de conclusão de curso com uma retrospectiva da minha infância e adolescência no município de Campos do Jordão no interior do Estado de São Paulo. Tenho na memória lembranças de uma infância “perfeita” pela liberdade de poder sair pelas ruas da cidade de bicicleta e a proximidade com a natureza dentro de uma linha inicial de educação “Waldorf” que incitava esse contato. Como membro de uma família de comerciantes – os primeiros sapateiros da cidade – reconheço os privilégios que fizeram parte da minha formação: Apesar de dizer que sou de Campos do Jordão, pela precariedade do sistema de saúde, nasci em um hospital em São Paulo, e na ausência de ensino de qualidade me vi sempre trocando de escola, muitas das quais, privadas, foram inauguradas por coletivos de pais.

Desde que entrei na última escola em que completei o ensino fundamental e médio, uma franquía da Rede Objetivo, me recorro de evitar a saída da Escola Estadual Tancredo Neves, próxima da minha casa, por ser recorrente o conflito com os estudantes da rede pública. O confronto se iniciava pelo reconhecimento do logo do meu uniforme que representava uma das poucas escolas privadas da cidade. Essa e outras lembranças me fizeram optar por este objeto de estudo que lida com uma desigualdade latente e conflituosa presente em Campos do Jordão e em muitos outros municípios brasileiros. Também fez parte deste trabalho o interesse de estudar a assimetria de poder numa cidade turística, principalmente com opções de atividades consideradas de alto padrão pelo preço dos hotéis, restaurantes e passeios.

Apesar dos investimentos da minha família em educação nunca me vi pleiteando uma vaga na universidade pública. Não se falava muito em USP quando eu estava na escola e para muitos dos meus colegas de classe morar fora de Campos, ainda mais em São Paulo, já seria um obstáculo a ultrapassar muito antes do vestibular.

Adentrei os portões desta universidade e assumi uma vaga como professora em um extinto curso de linguagem arquitetônica, no qual lecionei geometria por quatro anos, até ir morar na França pelo programa Ciências sem Fronteiras. No retorno a São Paulo cumpri meu estágio obrigatório no Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo e é com essas experiências que exemplifico minha “visão de mundo”.

Em Lyon me vi novamente morando em uma cidade pequena. Cidade pequena, porém a terceira maior da França, Lyon me trouxe uma experiência de vivência em que existiam conflitos sociais e raciais, mas com uma apropriação na cidade mais democrática e diferente da que vivia em Campos.

Acredito que alguns comparativos gritam sobre o olhar de estudantes de arquitetura de universidade pública. Tive longas conversas sobre isso com meus colegas franceses e brasileiros e percebi que alguns questionamentos pertinentes para nós em Arquitetura e

Urbanismo no Brasil não são militados na universidade francesa, não por convivência com eles, mas sim, por já estarem em outro nível dessa discussão.

No período de um ano em que vivi em Lyon ficaram na memória a sazonalidade dos hábitos relacionados a vivência na cidade no inverno e no verão. No verão são comuns as idas aos parques para jogos e piqueniques e as maravilhosas piscinas públicas sempre cheias. No inverno lembro-me das viagens de esqui para os alpes, e sempre, não importa a estação, as margens dos rios (*les berges*) eram locais de estar e de muita vida. Diria que essa mesma constatação foi me seguindo em varias viagens que tive a oportunidade de fazer vivendo na Europa.

Além de imergir dentro da cultura francesa morando com dois franceses tive a chance, de na Universidade, lidar com metodologias de projeto diferentes das que estava acostumada na FAU.

Por fim, ao trabalhar no DPH, acompanhei a formalização de uma metodologia de valoração patrimonial que tenta (com muitas falhas) padronizar o método analítico em fichas técnicas de Ambiência, Dados Arquitetônicos e Dados Históricos.

Não é fácil estudar arquitetura na FAU e não é foi fácil estar na França e na Prefeitura de São Paulo. Contudo, é com essas experiências enriquecedoras que tive pós-Campos que volto meu olhar para a cidade.

1.2 O Objeto

O metaprojeto é um equipamento público no Município de Campos do Jordão.

A problematização que inicia esta pesquisa é a implantação de um Equipamento de Alto Rendimento no Município.

O Centro de Treinamento de Alto Rendimento é resultado de uma parceria entre o Ministério do Esporte, a Secretaria de Esporte de Campos do Jordão e a Secretaria de Planejamento de Campos do Jordão, com a parceria na área acadêmica científica da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

O centro que tem o programa estabelecido para uma área de aproximadamente 100 mil m² - contando com duas quadras poliesportivas, ginásio de esportes coberto, pistas de bicicross e mountain bike, centro de atletismo, campos de futebol society, alojamento para 80 atletas, além de restaurante e área administrativa – serviria de apoio na preparação de atletas para os jogos de 2014 (Copa) e 2016 (olimpíada) se tivesse sido finalizada a tempo.

A obra foi iniciada em 2005, paralisada em 2007 e recentemente retomada, tendo sido investigada por diversas esferas governamentais e jornais que se perguntam o que foi feito da verba (estampada na placa em frente ao terreno o valor de R\$ 2.102.871,39) financiada com recursos do Governo Federal.

O Centro de Treinamento tem como implantação um terreno no bairro Manancial, bairro distante da malha urbana e que tem como ponto mais próximo o bairro turístico de Capivari.

Apesar do Plano diretor de 2003 indicar outros terrenos de porte compatível como hipótese de localização, este trabalho tem como objeto estudar o lugar do equipamento público na cidade.

Com o fim da copa e olimpíadas e o questionamento da pertinência dessas construções desportivas a pesquisa se propõem a problematizar o programa e o objeto não se refere mais ao centro de Alto Rendimento e sim ao diálogo com o lugar e sua construção.

1.3 Justificativa

Este trabalho esta vinculado ao Grupo de Estudos de Projeto de Arquitetura de Equipamentos Públicos do Laboratório de Projeto coordenado pelo Professor Alexandre Delijaicov. A partir do convívio de alunos da graduação, pós-graduação, doutorado - da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - e convênios externos junto á Prefeitura Municipal de São Paulo e a Universidade Federal de São Paulo seguimos desenvolvendo uma metodologia de Projeto como Pesquisa que busca fortalecer o que chamamos de “cultura de Projeto Público”.

1.4 Objetivos

Tendo como objeto que recebe a ação a Estância Turística de Campos do Jordão, desenvolver um projeto de Equipamento Público Municipal de Esporte e Lazer com os seguintes objetivos:

1. Definir e caracterizar a Arquitetura do Lugar, Arquitetura do Programa e Arquitetura da Construção tendo como produto plantas, cortes e elevações.
2. Explorar possibilidades gráficas, tanto em mapas, diagramas, croquis e desenho técnico.

1.4. As Hipóteses

A Caracterização da Arquitetura do Lugar e Arquitetura do Programa tiveram como linha guia hipóteses pautadas em uma vivência pessoal que questiona se:

1. O Turismo vincula a cidade a um imaginário coletivo de glamour e luxo que mascara uma realidade precária e carente de equipamentos públicos sociais.
2. O jordanense é um observador do fluxo da cidade, mas é colocado e se coloca num patamar de não pertencimento do ideal europeu.
3. Existem barreiras invisíveis que segregam socioeconomicamente o território.
4. A cidade tem um passado de reclusão vinculado à tuberculose que deixou resquícios - (quais eram os possíveis espaços de convivência sociais numa estância de cura?)

1.5. As Referências Teóricas, Conceituais

1. O estudo de Campos do Jordão teve como referência base o historiador Pedro Paulo Filho (filho de imigrantes que se estabeleceram na cidade em busca do tratamento da tuberculose) que se tornou antes mesmo de seu falecimento guardião da história da cidade com os títulos: “História de Campos do Jordão”, “Montanha Magnífica” e “História da Estrada de Ferro de Campos do Jordão” entre outros.
2. Conceitos de invenção da Montanha que tiveram como referência “O Território do Vazio” do historiador Francês Alain Corbin e a criação de um “Ideário Alpino” do Suíço Walter François.
3. Conceitos de Sanitarismo aplicados em políticas públicas a partir de estudos sobre a administração da saúde pública no estado de São Paulo e o serviço sanitário entre 1891 e 1918 (Período da institucionalização da saúde pública até o fim da gestão do diretor do serviço Sanitário Emílio Ribas, personagem presente na história de Campos) que tiveram como referência diversos trabalhos acadêmicos.
4. Conceitos de Cenarização das cidades Turísticas, baseados na tese de doutorado de Maria da Gloria Lanci da Silva, orientada pelo professor desta escola, Silvio Macedo Soares, na qual a autora fala sobre como a paisagem, entendida tanto como uma característica natural ou cultural, é transformada ou adaptada para realçar aspectos visuais no intuito de atrair mais turistas, sendo esse fenômeno denominado pela autora como “cenarização” das cidades turísticas.

Ainda sobre Turismo esse pesquisa tem como referência Helio Hintze, educador, filósofo, pesquisador e autor de livros sobre consumismo e turismo que mediu uma das mesas em um Seminário realizado no SESC 24 de maio em junho de 2018 propondo uma reflexão sobre a democratização do acesso e os impactos das práticas turísticas.

5. O estudo de arquitetura do programa de equipamentos públicos que teve como grande referência: “*Räume Biden* – formar espaços, espaços que formam”, recente publicação organizada por Alexandre Delijaicov e André Takiya fruto do convênio internacional entre a Universidade de São Paulo e a Universidade de Siegen na Alemanha.
6. Para a estruturação deste trabalho científico a Referência foi “A metodologia do trabalho científico” de Antônio Joaquim Severino.

1.6. Metodologia

A metodologia do trabalho é o projeto como pesquisa e a pesquisa como projeto

Como forma de construção e caracterização do objeto, neste caso, um projeto, o processo metodológico desta pesquisa se organiza em três caracterizações chave: Arquitetura do Lugar, Arquitetura do Programa e Arquitetura da Construção que, por meio de Bases, Conceitos e Referências promovem uma matriz que se completa no desenvolvimento da pesquisa e que estruturaram os capítulos deste caderno

Como forma de caracterizar o estado da arte do lugar e construir um conceito de localização e implantação os métodos aplicados foram levantamento de dados primários, leitura de pesquisas acadêmicas tendo o município de Campos do Jordão como estudo de caso e visitas de campos. Entre os autores consultados tive o prazer de conhecer Rafael e Juliana. O resultado é a construção das bases do lugar.

Estabelecido o recorte de ação projetual, a caracterização da Arquitetura do Programa se estabelece numa metodologia de diálogo com o Lugar. A metodologia é o desenho e o resultado são as plantas.

Por fim, a caracterização da Arquitetura da Construção é a racionalização da estrutura e o resultado são os cortes e elevações.

2.0 Arquitetura do Lugar

2.1. Introdução

Este capítulo descreve a trajetória da pesquisa em busca da caracterização da Arquitetura do Lugar, termo de difícil definição, pois assim como a definição de arquitetura e lugar a arquitetura do lugar pode ter múltiplas interpretações em diferentes contextos.

Dessa forma, por um processo intuitivo guiado por experiências de trabalho adquiridas dentro e fora dessa universidade que este capítulo revela as diversas escalas do estudo em que buscamos caracterizar o Município de Campos do Jordão e o lugar do projeto de arquitetura pública na cidade.

De forma geral o conhecimento e caracterização do lugar passaram por fase teórica e prática que se sobrepuseram.

A fase teórica conteve como método a prática de leitura de trabalhos acadêmicos que lidavam com o mesmo objeto de estudo: o Município de Campos do Jordão.

Os materiais encontrados para caracterizar a história e a formação urbana do Município foram, na sua maior parte, produzidas por docentes e pesquisadores das universidades do Vale do Paraíba e abriram campos de pesquisa presentes e não presentes na formulação inicial desta pesquisa como: A relação com a Paisagem, a criação das Estâncias Climáticas a elas referenciadas e, com os avanços da medicina e as possibilidade de deslocamento, o fortalecimento do fenômeno Turismo.

A fase prática teve com método o desenvolvimento de mapas, croquis e fotografias que buscavam inserir o lugar da ação projetual como parte de uma rede de lugares públicos em que, os edifícios e vazios, têm a função de prestar um serviço social à população, ou seja, promover o desenvolvimento de forma plena e o bem-estar dos indivíduos na cidade. A linha guia desta fase foi a convivência no Laboratório de Projeto com os pesquisadores de Infraestrutura e Equipamento Público, os dois grupos orientados pelo professor Alexandre Delijaicov, e que junto com a temática da habitação de interesse social (ainda sem grupo de pesquisa), acompanham o tecido urbano de forma polar e capilar.

Os materiais utilizados para o levantamento dos Equipamentos Públicos foram os obtidos junto à Prefeitura do Município de Campos do Jordão, localizações do Google, e visita de Campo, assim como os que estão disponibilizados em sites abertamente pelo IBGE, EMBRAPA, IGC e documentos relacionado à gestão do município, que foram desde documentos produzidos pelo antigo Centro de Pesquisa e estudos Urbanísticos da FAU USP (1960), encontrados na Biblioteca, até o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos produzido pela Resitec Serviços Industriais Ltda (2013).

Os resultados desses estudos são:

1. Textos que tentam resumir conceitos apreendidos sobre o lugar (Montanha, Cura e Turismo).

Todos os mapas, croquis e desenhos técnicos contidos neste trabalho foram produzidos pela autora, assim como as fotos da visita de campo(s)

2. Produção de Croquis e cartas que demonstram como ocorreu a ocupação, desenvolvimento e expansão do Município de Campos do Jordão no fundo do Vale do Ribeirão Capivari, localizado na Região administrativa de São José dos Campos no interior do Estado de São Paulo.

3. Os elementos que compõem a Infraestrutura Urbana e os edifícios e vazios que compõem a Arquitetura dos Equipamentos Públicos Municipais, assim como a produção de mapa referentes á esses elementos e outros no Município de Campos do Jordão, que levaram a escolha de uma bairro para a inserção do Programa

4. Produção das bases do lugar

Dessa forma, o resultado é a escolha de um lugar, para o qual foi produzida uma Base que intermediasse o diálogo com o programa ainda indefinido, mas que seria compatível com um Equipamento Público de Esporte e Lazer.

2.2. Regional

Posicionada no extremo leste do Estado de São Paulo, a Região Administrativa (RA)¹ de São José dos Campos fica entre as duas mais importantes metrópoles do país, São Paulo e Rio de Janeiro. (Fig. 1)

Por mais que a Região seja conhecida como Vale do Paraíba, o nome “Vale do Paraíba” deve ser utilizado apenas para se referir a uma região com certa característica geográfica. Não se tratando, portanto, de uma Região, Mesorregião ou Microrregião oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Nome da Mesorregião Administrativamente é São José dos Campos (39 municípios), nome do município mais populoso, com aproximadamente 500.000 habitantes e a Microrregião (4 municípios) tem o nome Administrativo de Campos do Jordão nome do município mais populoso, com aproximadamente 50.000 habitantes. (IBGE e CENSO 2010).

A localização estratégica é uma característica que sempre marcou esta região, primeiro pelo escoamento no ciclo do ouro até o fim do sec. XVIII e posteriormente com o ciclo do café que durou no Vale do Paraíba até o esgotamento da terra, no fim do século XIX, se deslocando para o oeste paulista posteriormente.

Esses ciclos econômicos influenciaram o desenvolvimento urbano de muitas cidades nessa região já que muitas delas têm sua origem num rancho de café estabelecido pelos fazendeiros, grupo que compunha a elite local e nobreza durante o período imperial.

A necessidade de transporte de carga, função cumprida por bom tempo pela figura do tropeiro, fez com que fosse criada pelos próprios cafeicultores, no final de 1870, a Estrada de Ferro do Norte (futuramente absorvida pela Central do Brasil). Contudo, a ferrovia chega em uma fase em que a produção do café já se encontrava em declínio pelo esgotamento da terra. (Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010 e ABFSP 1977)

Atualmente há locais muito industrializados, particularmente os localizados ás margens da Rodovia Presidente Dutra (BR 116) que passa na depressão do vale do Rio Paraíba do Sul (Figura 2). Nesse fundo do vale desenvolveram-se polos industriais em Taubaté, Jacareí, São José dos Campos, Caçapava e Pindamonhangaba com destaque para os setores automotivos, aeroespacial, telecomunicações, químico e petrolífero. Esses polos e as cidades litorâneas são os maiores núcleos urbanos. (IGC, 2007).

1. Segundo Marzola (1991), a criação das Regiões Administrativas (RA's) foram elaboradas pelo Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos (CPEU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo, em 1967 e, patrocinado pela Secretaria dos Negócios da Economia e Planejamento do Estado. A criação das RA's buscava promover a descentralização no Estado de São Paulo para as sedes e sub-regiões das RA's. Essa descentralização visava à divisão do território estadual em RA's voltadas para o bom funcionamento da máquina pública paulista. Essas RA's apresentaram diversas modificações em seus limites e, atualmente, o Estado de São Paulo possui quinze RA's.

A atividade industrial é a que gira as dinâmicas econômicas da região, mas características do meio físico possibilitaram o desenvolvimento de atividades econômicas direcionadas a um movimento turístico designado de ecoturismo², ramo cada vez mais procurado pelos turistas do mundo todo, e que vem a região interessada pelo conjunto de montanhas: Serra da Mantiqueira, Serra do Mar e mais recentemente o interesse pela serra da Bocaina (37% da região são unidades de conservação).

Além dos picos e relevo acidentado que chamam público, as praias do litoral norte também são um forte atrativo. Ainda no litoral norte, o Porto de São Sebastião, importante para o desenvolvimento econômico pelo transporte de mercadoria durante o ciclo do ouro, perdeu sua importância com a inauguração da Estrada de Ferro Jundiá-Santos (antiga São Paulo Railway) que, com o cruzamento com a Estrada de Ferro do norte passou a encaminhar a mercadoria até o porto de Santos. (Fig. 1)

Contudo, após um período de decadência, a inauguração da Rodovia Presidente Dutra, no final dos anos 70, transforma o litoral norte em ponto de atração turístico, hoje a sua principal atividade econômica. Tendo como principal mercadoria comercializada o desembarque de barrilha (Carbonato de Sódio), o Porto de São Sebastião passa por um processo de ampliação de suas atividades (Previsão para 2030), o que provavelmente vai incitar um novo desenvolvimento econômico na Região. (Plano Mestre do Porto de São Sebastião, 2015 p. 22).

Por fim o município faz parte do extremo sul da Bacia Hidrográfica do Rio Grande no estado paulista. A dominialidade dos cursos desta bacia está dividida entre a União (12,37%) e os Estados de Minas Gerais (51,40%) e São Paulo (36,23%).

2. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente em conjunto com Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), ecoturismo seria o “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações”.

Figura 1 - Mesorregião e Microrregião Administrativa

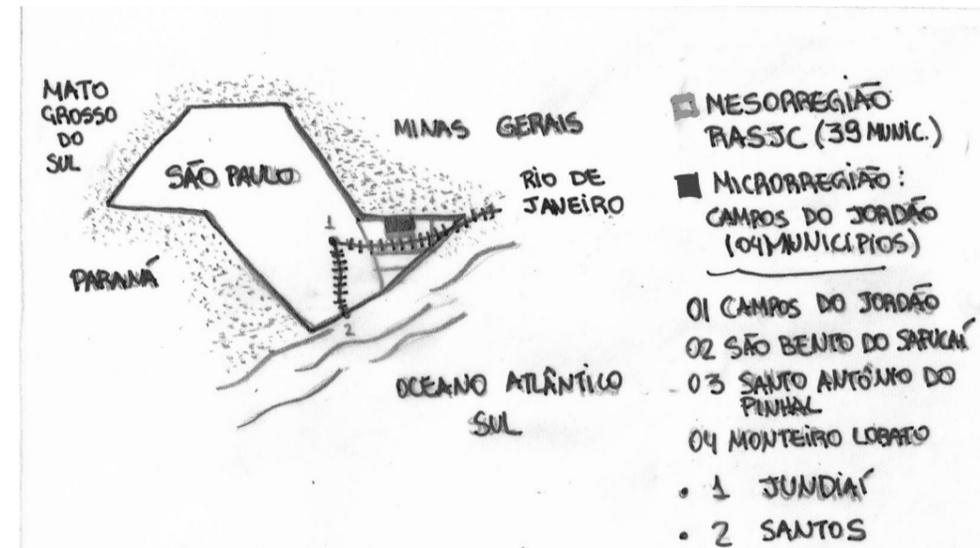


Figura 2 - Desenvolvimento Econômico associado a características naturais/estratégicas



2.3. Municipal

2.3.1. Invenção da Montanha

A montanha, enquanto objeto natural, isto é, no seu sentido físico, é condição específica de algumas localidades, ou seja, trata-se de um elemento que antecede a exploração humana e está diretamente relacionado com a natureza.

A partir das ações humanas, que não apenas modificam este objeto natural, mas também atribuem significados e valores, é que temos a existência da “montanha” no sentido que buscamos estudar: como objeto de atração para deslocamentos.

É nesse sentido que Corbin (1989) e François (1991) falam de uma invenção ou criação e não apenas uma descoberta de lugares como a “montanha” ou a “praia”¹.

Walter François, ao tratar da relação de paisagem com as Montanhas Suíças, explica que, desde o século XVII, essa idealização vem sendo reforçada pela perspectiva utilitarista e antropocêntrica, seja no campo subjetivo na forma de pinturas e poemas²; seja no campo científico em que relatos de viagens foram de extrema significação para a construção de um imaginário social sobre estes espaços, até então temidos e desconhecidos.

Saussure, um filósofo formado pela academia de Genebra, é pioneiro neste tipo de publicação do séc. XVIII. A obra intitulada *Voyages dans Les Alpes* (1796) de Saussure, juntamente com a obra *Die Alpen* (1729) do naturalista suíço Albrecht von Haller,

1. Corbin, nesta mesma abordagem, revela em sua obra *Território do Vazio* como a praia é inventada. Embora este espaço já fosse reconhecido pelas sociedades, os seus usos associados ao desejo e prazer de frequentá-lo ocorreram somente após 1750. Sua contemplação, sua utilização, sua organização é que tornaram a praia um lugar. Este espaço, no seu sentido físico, é antes de tudo uma “terra vazia” que se constituiu como lugar a partir dos ditames da sociedade e formação dos territórios e territorialidades. (HAMMERL, 2016)

2. De acordo com HAMMERL “É através da mediação da arte que os lugares assumem o status de paisagem [...] e é nesta evolução estética que a montanha alpina adquire visibilidade como paisagem”. (apud DEPREST, 1997, pag. 96)

Figura 3 - Capa da obra *Voyages dans Les Alpes de Saussure* (1796), primeiro volume. Nesta ilustração destaca-se a beleza dos lagos, relevo e vegetação. Fonte: HAMMERL, 2016.

inauguram uma linha de livros de viagens.

O objetivo das empreitadas nos Alpes era compreender o mundo, utilizar-se desse laboratório natural para compreender fenômenos físicos e atmosféricos. As obras eram ricas nas descrições científicas e ilustrações que descrevem a paisagística das montanhas. (Fig. 3)

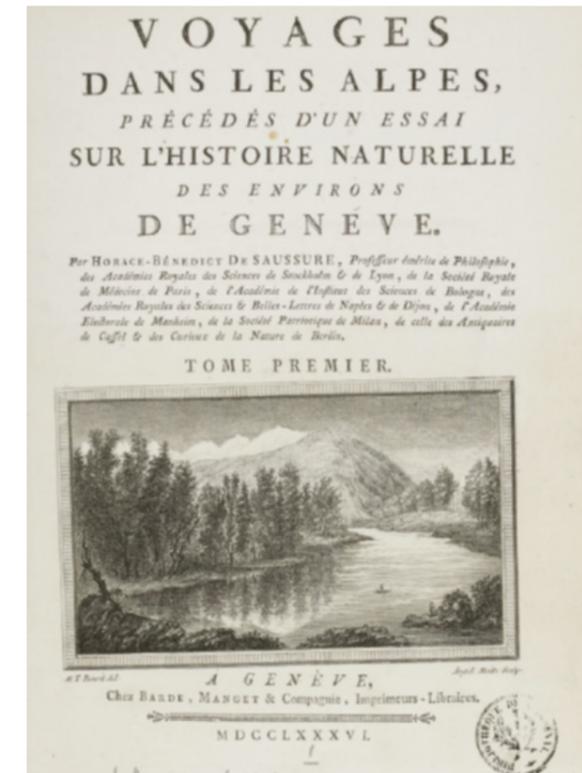
Em conjunto, edificava-se uma imagem das belezas e propriedades deste espaço que deixou de ser visto como “temido” ou “aterrorizante”.³

Esses tipos de relatos além de instigarem ao imaginário, fomentaram a vinculação da geografia à medicina no tratamento de doenças.

A investigação das propriedades químicas das águas das montanhas, assim como a aferição da pressão atmosférica, temperatura, graduação das cores de azul do céu, dentre outros elementos, são descrições encontradas em relatos de viagens, como a de Saussure, que subsidiaram as teorias médicas sobre as benesses do clima da montanha para a saúde.

Criou-se assim um mito da “imunidade das zonas alpinas”.

Dessa maneira, observamos que embora conste como paisagem obrigatória, sobretudo no cenário europeu, a montanha se tornou novidade apenas quando houve o surgimento da relação estética com esta paisagem.



(HAMMERL, 2016, p. 100)

3. De acordo com HAMMERL, o filósofo Saussure (1779), com suas publicações foi capaz de mudar a forma como *Mont-Blanc*, montanha localizada no território francês, era denominada. Popularmente conhecida como “montanha maldita” nessa época de lançamento da obra de Saussure o *Mont-Blanc* passou a ser assim reconhecido (apud FONT, RUFÍ, 2006).

2.3.2. Ciclo da Cura

A fase de estância climática é resultado da associação da geografia com a medicina, ou seja, a associação dessa paisagem com tratamento de doenças pulmonares, no caso a tuberculose. (Fig. 4)

O que se sucede a partir dessa associação é a divulgação de uma identidade urbana para controle da tuberculose. Além de doentes, a idealização dessa paisagem emancipava a vocação turística e a sobreposição de doentes e sadios na cidade desenvolve mecanismos de isolamento das áreas sanatoriais. (Fig. 5)

Dessa forma, esta pesquisa busca entender os possíveis espaços de convivência sociais numa estância de cura, onde se sobrepõem fixos, fluxos e medos.

A autoras Paula V. Carnevale Vianna, Valéria Zanetti, Maria Aparecida Papalid descrevem a “Estância” como uma construção social, produto da articulação de atores e organizações, em que se notam interesses econômicos, políticos, médicos e urbanísticos tendo como pano de fundo a institucionalização da saúde pública e o desenvolvimento de núcleos urbanos no Brasil entre o final do Sec. XIX e início do século XX, portanto, sob o signo da modernidade” (p.1345, 2017).

A partir da primeira constituição Federal, de 1891, a questão da saúde pública se institucionaliza¹ e Campos do Jordão, que teve sua formação inicial na Fazenda Natal de propriedade do Brigadeiro Jordão, (1825) passa por um desenvolvimento urbano e sanitário e se oficializa como Prefeitura Sanitária em 1926.

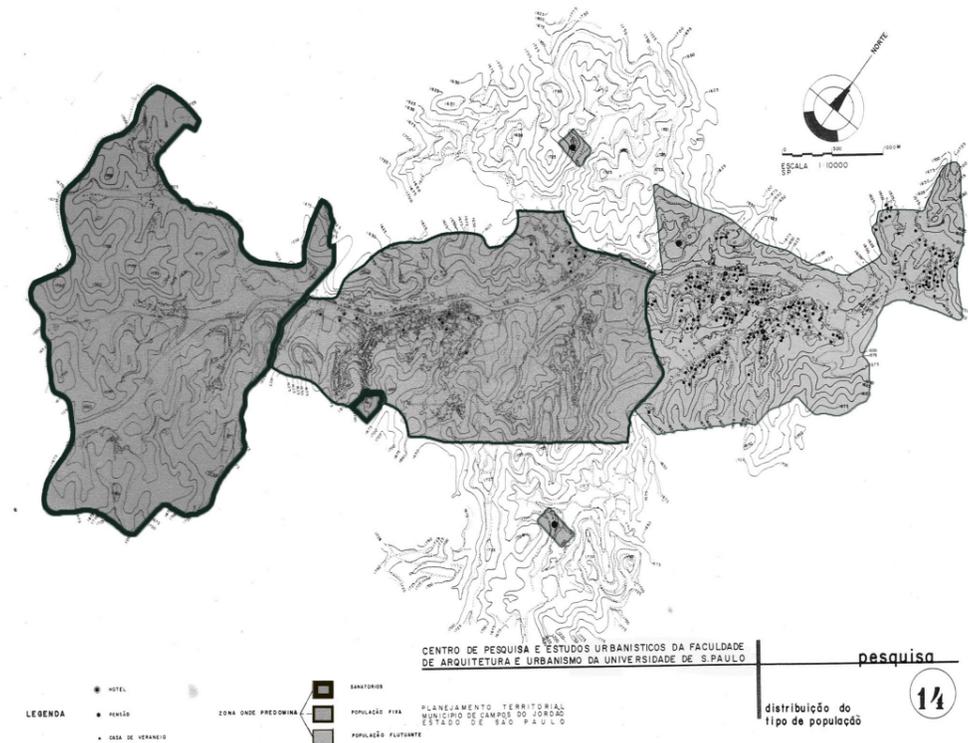
Para entender como se desenvolveram esses processos cabe buscarmos o contexto político dessa fase para caracterizar os atores as organizações e os interesses.

1. Durante o Governo imperial a saúde pública não foi muito importante e era de responsabilidade das câmaras municipais. Com o primeiro surto de febre Amarela (1949) surgem os inspetores sanitários enviados as comarcas, mas pela desorganização da fiscalização pertinente ao modelo de gestão imperial, a questão sanitária, com o desenvolvimento dos núcleos urbanos, permanecia como um problema latente. A Constituição de 1891 institucionaliza a saúde pública definindo que o Governo Federal tomará conta da fiscalização dos portos, e o Estatal da fiscalização das províncias. (BLOUNT, 1972)

Figura 4 - Panfleto de propaganda contra tubérculos. Fonte: HAMMERL, 2016, p. 166



Figura 5 - Mapa da distribuição do tipo da população. As categorias são: Sanatórios, população fixa e população flutuante, mostrando a concentração de sanatorios nos atuais bairros de Vila Albertina e Santa Cruz. Fonte: CPEU, 1960, p.28.



No Estado de São Paulo, foi determinado que 1/6 do orçamento estadual fosse destinado ao Serviço Sanitário², o que nos ajuda entender tamanha a importância atribuída a esse setor e a essa demanda que pode ser justificada por diversas razões, como um orgulho paulista, argumentos econômicos e também para atrair imigrantes europeus para as lavouras de café.

Contudo, esses investimentos não foram diretamente aplicados no combate à tuberculose ou no desenvolvimento sanitário em Campos do Jordão e, portanto, é na figura de Domingos Jaguaribe, personagem cujo estudo deve ser aprofundado nos diversos campos em que atuou, que convergem as articulações políticas e econômicas para a divulgação de uma determinada identidade urbana para o município.

Domingos Jaguaribe Filho é geógrafo, médico, urbanista e político e tem uma trajetória que mescla “homem da ciência” com “homem de negócios” e, de forma empreendedora, adquiriu grande gleba onde hoje se situa Campos do Jordão. Eram dois os seus objetivos: constituir um núcleo colonial e uma “estância higiênica e hidromineral, nos padrões suíços” (p.1349).

A imagem das glamourosas e burguesas estâncias europeias pouco se relacionava com o pequeno e pobre povoamento, mas justificava, pela via sanitária, o apoio do Estado ao propósito colonizador e empreendedor de Domingos. (apud Schwarcz, 1993)

A primeira Vila de Campos do Jordão é denominada Vila Jaguaribe em homenagem ao seu fundador, que em um primeiro momento doou terras aos estado com a promessa do presidente do estado, Campos Salles, da execução da estrada de ferro. Num segundo momento passou a lotear e distribuir propriedades para que fossem povoadas³, desde que seguissem a planta pré-estabelecida e, para tanto, Domingos dispunha de arquiteto e materiais de construção (p. 1354).

O subsídio estatal aos sanatórios foi oficializado com a implantação do Código Sanitário em 1911. Neste caso, outro ator que merece destaque nessa fase é o Médico Emílio Ribas⁴, diretor do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e responsável por grandes medidas sanitárias na luta contínua contra as doenças endêmicas e epidêmicas. O médico adquire

2. Lei 12, de 28 de outubro de 1891. Leis e resoluções decretadas pelo congresso legislativo do Estado de São Paulo. 1891. p. 11.

3. De acordo com VIANNA, ZANETTI e PAPALID, Alguns lotes foram disponibilizados para a Igreja e o Estado, outros foram ofertados gratuitamente a proprietários particulares, com plantas de residências que deveriam ser erguidas no período de dois anos – para tanto, a vila dispunha da abundância de materiais naturais, de serralheria e apoio técnico fornecido por um arquiteto especializado na construção de casas de madeira, trazido por Jaguaribe de São Paulo. Feito “o núcleo da povoação”, restava “o desenvolver do melhor modo”. (Paulo Filho, 1986, p.121)

4. Emílio Ribas desponta como símbolo do prestígio e fortalecimento do estado nas políticas sanitárias com aceitação de medidas pelo congresso e jornais por ter contido a epidemia da Febre Amarela em quatro anos, entre outras que impactaram na diminuição das mortalidades no Estado constituindo-se em parte importantes do histórico do crescimento e desenvolvimento econômico de São Paulo (BLOUNT, 1972)

terras no município e juntamente com o médico Vitor Godinho, Emílio tem a idealização de uma vila Sanitária que não se concretizou, mas no local se desenvolveu o que hoje é o principal ponto turístico construído: O Centro de Capivari⁵.

Em 1926, ano da morte de Domingos é criada pela lei estadual N. 2.140 a “Prefeitura Sanitária, na estância climatérica e de repouso de Campos do Jordão” que também previa a construção de um sanatório modelo, uma avenida arborizada e macadamizada ligando as três vilas - Capivari, Jaguaribe e Abernécia⁶; e a retificação e o saneamento do rio Capivari.

De acordo com ABITANTE, em 1931, havia em funcionamento 9 sanatórios, 13 pensões oficializadas com regime sanatorial e um ambulatório.

Campos do Jordão desenvolvia-se em função da cura da doença. A construção de pensões e hospitais caracterizava o local como uma cidade-sanatório e a prefeitura sanitária doava terrenos a todas entidades que apresentassem projetos para a construção de casas de saúde. Com a promessa de cura pelos ares frios, mesmo os enfermos que não possuíam condições financeiras de pagar pelo tratamento, eram atraídos para a cidade, o que proliferou as construções precárias e pensões clandestinas, gerando um estado sanitário caótico. Destaca-se o início da ocupação pela população que compuseram as construções irregulares nos locais poucos valorizados, como os morros. (apud BERTOLLI FILHO, 2001).

O governador do Estado de São Paulo criou uma comissão composta por médicos e urbanistas, para estudar a urbanização de Campos do Jordão, com foco na expansão senatorial conciliada com o turismo.

Em 1939 com o Decreto nº 10.863 de 28 de dezembro, o Governo de São Paulo autoriza a desapropriação de terras para a instalação de uma colônia de férias, o que reafirma o presente ideal de fomentar o turismo

Em 1940 o Decreto nº 11.781 implanta o primeiro zoneamento da estância, seccionando a cidade em duas zonas, separando os lugares para doentes (Vila Abernécia⁷) e para os saudáveis (Vila Capivari e Jaguaribe), impedindo, assim, a hospedagem de doentes em hotéis podendo oferecer “segurança” aos hóspedes sadios.

O Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da FAU USP participou como órgão orientador do primeiro plano direto, de 1969, e produziu uma série de mapas caracterizando

5. As terras foram adquiridas e a Companhia de Melhoramentos Capivari, implantou melhorias na vila a partir de 1922. O nome Capivari vem dos índios, primeiros habitantes conhecidos da região. Capivari tem o significado da palavra “Capivary”, que no dicionário Tupi-Guarani, de Silveira Bueno, significa Rios das Capivaras.

6. O nome Abernécia nasceu como homenagem a duas cidades escocesas: Aberdeen e Inverness. A ideia partiu do fundador do bairro, o escocês Robert John Reid.

7. O que naquela época devia ser considerado Villa Abernécia, por ser o núcleo urbano mais próximo, é na verdade o que hoje conhecemos como Vila Santa Cruz e Vila Albertina.

o município⁸. Um dos mapas mostra a cidade dividida em três zonas: uma com os sanatórios, uma com a população fixa e por último uma com a população flutuante. Observa-se dessa forma que entre os anos de 1939 e 1941 houve a instalação de alguns hotéis e clubes na cidade (na área indicada como população flutuante na figura 5) o que indica o interesse financeiro de empreendedores que certamente foram beneficiados com o decreto.

Vale lembrar que o Governador de São Paulo era o Dr. Adhemar de Barros que tinha interesses pessoais no desenvolvimento turístico do município como veremos no tópico a seguir.

Com o número de doentes que ainda circulavam pela cidade, sobretudo nas zonas em que a construção de sanatórios fora proibida, em 1941, com o Decreto-Lei nº. 11.891, de 19 de março, o Governo obriga a Prefeitura Sanitária a exercer a fiscalização de “pensões e hotéis privativos de pessoas sãs, no sentido de não permitir a permanência, nessas casas, de portadores de tuberculose” e “ter a seu cargo a fiscalização no que diz respeito à higiene das ruas, praças, estações, bares, restaurantes, casas de diversões, pensões, hotéis e sanatórios”. Observa-se, aqui, pela natureza dos estabelecimentos a serem fiscalizados, uma iniciativa de separar não apenas os locais onde se localizavam os sanatórios, mas também a livre circulação dos doentes, oportunizando, por conseguinte, a proteção dos turistas. (HAMMERL, 2016)

8. De acordo com a publicação, o Plano Diretor da estância paulista de Campos do Jordão, concluído em 1960, constituiu, cronologicamente, a quarta experiência do Centro de Pesquisa Estudos Urbanísticos do ponto de vista da prática do planejamento, nos quadros dos convênios estabelecidos entre a Universidade de São Paulo, a Secretaria de Viação e Obras Públicas e as Prefeituras dos Municípios do Estado de São Paulo, tendo em vista a realização de seus Planos Diretores. A pesquisa orientada pelo CPEU foi feita por quatro arquitetos durante uma permanência de treze dias na cidade. A publicação não explicita quem eram os arquitetos, mas descreve que o Arquiteto Zenon Lotufo, professor Universitário da FAU USP, era o Diretor Geral da Estância.

2.3.3. Ciclo do Turismo

Com os avanços da medicina a partir de 1945 surgiram outras campanhas terapêuticas para a cura da tuberculose, o que alterou o combate à enfermidade no país. A partir dos anos de 1950, os Centros de Saúde de todo o Brasil iniciaram a distribuição gratuita de quimioterápicos para combate à tuberculose. A cura por climatoterapia perdeu o significado científico e a cidade foi perdendo a vocação sanatorial e se afirmando como estância turística.

O nome que se destaca na transição do ciclo da Cura para o Turismo é o do interventor e depois governador Dr. Ademar Pereira de Barros que frequentava a cidade desde 1928 e queria transformar a estância de tratamento em estância de turismo. Com essa intenção Ademar começou a dotar a cidade de alguns benefícios fundamentais tais como, construção do Palácio do Governo (Palácio da Boa Vista - 1938) e construção do Grande Hotel (1944).

A partir de 1946, a administração do município passou a se chamar Prefeitura da Estância de Campos do Jordão, o cargo de prefeito podia ser de qualquer cidadão de nível universitário e não somente médico como era anteriormente.

O interesse de Adhemar de Barros no desenvolvimento de Campos do Jordão não é mero acaso. O então interventor tinha interesses pessoais na melhoria da estância em razão de suas inúmeras propriedades no município e atividades econômicas, como os produtos Belfruta¹, que vinculavam em sua propaganda a pureza do produto com a pureza do clima. (Fig. 6)

Para a compreensão do processo de transição de estância de cura à estância turística em Campos do Jordão, cabe realizar novamente uma breve retrospectiva sobre o cenário político nacional e sobre os principais acontecimentos no município em fins de 1930. Este é o período em que Vargas está no poder e os avanços na legislação trabalhista ocorrem: a jornada de trabalho fixada em oito horas, a instituição da carteira de trabalho, o direito a pensões e aposentadorias e a adoção de uma lei de férias, são alguns dos exemplos que representaram avanços importantes para a população brasileira. Com maior tempo livre, remuneração durante as férias e a crescente industrialização no país uma maior parcela da população pôde começar a viajar. Desta forma, as mudanças políticas que acompanharam o mandato de Vargas foram de grande relevância para o desenvolvimento e popularização do turismo no país. Ademais, ressalta-se que desde as primeiras décadas do século XX, são muitos os destinos de saúde brasileiros que, diante dos avanços da medicina, consolidam estâncias onde a cura e os lazeres sobrepõem-se, como foi o caso de Poços de Caldas, Caldas de Imperatriz e Araxá (HARMME, 2017, 0.203)

O convívio social nas estâncias, proporcionado pelos bailes, banquetes e cassinos

1. Além de terras, Adhemar ainda mantinha empreendimentos na cidade, como é exemplificado por sua participação na Sociedade Belfruta Ltda. Tratava-se de uma empresa com grandes plantações de frutas - cujo destaque era a maçã, e instalações industriais em Campos do Jordão que produziam doces, sucos, conservas e bebidas alcoólicas. (HARMME, 2011, PAG 6 ABUD COTTA, 2008).

indicam claramente a tendência de transição de uma cidade de cura para um destino de lazer, o que também ocorreu em diversas estâncias na Europa. Contudo, vale lembrar que esse convívio social se tratava de um círculo restrito envolvendo, por exemplo, os personagens citados.

Em 1978, o Governo do Estado de São Paulo, passou o município de estância hidromineral para estância turística, o que restabeleceu a autonomia política administrativa. Em 1979, a administração proibiu a aprovação de loteamentos com o intuito de cessar a devastação da natureza².

Em 02 de maio de 2003, foi sancionada e promulgada a Lei nº 2737 que dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor Estratégico de Campos do Jordão.

O Plano Diretor aborda a necessidade de uma política direcionada para repensar as questões do tráfego na cidade através de um Plano Municipal de Transporte, inclusive considerando os bairros periféricos. No entanto, após quinze anos de concepção do Plano Diretor as intervenções orientadas não foram concretizadas e o Plano de Mobilidade Urbana, que é obrigatório para Campos do Jordão, ainda não foi iniciado.

Em 2007, foi promulgada a Lei nº 3.049 que dispõe sobre o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, enfatizando que a vocação do município é o turismo (ABITANTE, 2017).

Fig. 6 - Anúncio da Geleia Belfruta (1951). (HAMMERL, 2016)



2. Segundo Pedro Paulo (1986), na década de 1980 a cidade sofreu uma alta especulação imobiliária através da implantação indiscriminada de loteamentos. Este fato, segundo o autor, foi ocasionado pela expressão turística do município com a construção de casas de turistas.

2.3.4. O Fenômeno Turismo

O Turismo é um fenômeno presente no mundo todo e encara-se sua onipotência ao mapear o seu impacto direto nos fluxos e simulacros atuais.

Este tópico faz uma breve reflexão sobre os conceitos que problematizam o turismo em diferentes aspectos e que surgiram durante esta pesquisa, como os que impactam a paisagem, o fluxo e os fixos, por exemplo.

A tese de Maria da Gloria fala da “cenarização” do lazer e houve no Sesc 24 de maio, um evento que buscou discutir a vulnerabilidade das atividades turísticas, entendidas pelo filósofo e educador Helio Hintze como assimetria de poder entre quem viaja e quem não pode viajar ou que tem que se submeter a empregos que são, por via de regra, mal remunerados na atividade turística.

Maria da Gloria, orientada pelo professor desta escola, Silvio Macedo Soares fala sobre o turismo e a transformação da paisagem urbana. Neste caso a paisagem é entendida como uma característica natural ou cultural que é transformada ou adaptada para realçar aspectos visuais no intuito de atrair mais turistas. Este fenômeno é descrito pela autora como “cenarização” das cidades turísticas.

Outro ponto levantado é o de que a transformação do espaço é baseada no reforço da antítese entre lazer e trabalho e de que existe uma forte atuação dos agentes públicos e privados nessa transformação.

O turismo como já descrito anteriormente vai se moldando no processo de industrialização, urbanização, regulamentação da jornada de trabalho, possibilidades de transporte assim como mudanças culturais de valorização de banhos de mar, como visto anteriormente.

De acordo com Gloria o fenômeno de “locomoção em busca de lazer” faz da paisagem o objeto de consumo e define a atividade em si: fazemos turismo para viajar, para ter novas experiências, para encontrar pessoas, mas para, sobretudo, ver. “Vá e veja por si mesmo” é a ideia geral incitada pelo turismo.

Os cenários de lazer surgem a partir da apropriação de imagens com o objetivo de compor repertórios de lugares turísticos que possam ser mais facilmente identificáveis ou categorizados, como um catálogo de figurações.

A autora faz um mapeamento das cidades turísticas e esse catálogo de figurações aparece da seguinte forma:

Cenários europeus, cidades históricas, praias urbanizadas, praias rústicas, cidades do interior, complexos turísticos, centros metropolitanos.

Para ilustrar a autora vai definindo elementos ícones e trata do município de Campos como figuração de Cidade Europeia, das quais, inspiradas na Suíça, França e Alemanha:

Surgem com as estâncias climáticas, de água e colônias fundadas pelos primeiros imigrantes europeus
Ícone do “lugar distante”
Cenário: Nas áreas centrais jardins floridos, as calçadas e praças são bem cuidados, arquitetura vernacular do interior europeu, gabarito baixo
Ex: Campos do Jordão, Petrópolis, Gramado

Os mesmos requisitos são analisados em vários municípios como, por exemplo:

As Cidades Históricas:

Surge com o abandono das áreas de garimpo (XVIII)
Ícone do “volta ao passado”
Cenário: ladeira, experiência Labiríntica, Construções históricas.
Ex: Ouro Preto, Tiradentes e Mariana (MG)

Dessa forma a pesquisa de Gloria faz um comparativo conflitante entre as paisagens turísticas e as paisagens do cotidiano revelando mais claramente os limites entre a identidade e o processo de “turistificação” dos lugares.

Esse conflito vai além da paisagem e foi abordado em uma mesa no Seminário realizado no SESC 24 de maio em junho de 2018 propondo uma reflexão sobre a democratização do acesso e os impactos das práticas turísticas.

Helio Hintze, pesquisador e autor de livros sobre consumismo e turismo mediu uma das mesas do evento intitulada “As facetas turísticas da vulnerabilidade” que tinha como objetivo investigar as relações entre turismo e direitos humanos, partindo da percepção já mundial de que se trata de um panorama com graves desequilíbrios.

Este conflito já era relatado na caracterização das estâncias climáticas do séc. XIX pelas autoras Paula V. Carnevale Vianna, Valéria Zanetti, Maria Aparecida Papali:

“Além da atividade econômica, o meio rural recebia o estilo de vida urbano, num movimento eivado de contradições: a riqueza gerada pelo afluxo de turistas, curistas e proprietários de casa de veraneio não era igualmente distribuída, e o volume e modus vivendi da população flutuante geravam tensão e conflitos com a população fixa” (Apud Walter, 1991).

Esta pesquisa optou por não entrar mais a fundo nessas questões mas conclui que uma questão importante é a de como se desvencilhar do censo comum de que a atividade turística é uma atividade eminentemente positiva e de prosperidade e desenvolvimento para os municípios.

2.3.2. O Município de Campos do Jordão

Com os colegas do Laboratório de Projeto, essa pesquisa sobre Arquitetura de Equipamentos Públicos se encontra com a pesquisa de Infraestrutura Pública entendendo que as ramificações dos componentes que as compõem caminham em paralelo com a composição do tecido urbano.

Dessa forma, começamos a caracterizar a infraestrutura urbana pelo saneamento básico de água e esgoto (documentos do plano diretor de 2003); a drenagem (setores de risco do instituto geológico e mapa das rede hidrográfica do estado de São Paulo); os resíduos sólidos urbanos (Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos de 2013) e as opções de transporte público (Plano diretor, 2003).

Em sequência foi feito o levantamento de espaços público sociais. A localização e o reconhecimento desses espaços foi feito por mapeamento em formato kml do Google Maps (my maps), que se tornaram pontos georreferenciados. Como forma de qualificar esses espaços o método aplicado foi principalmente por meio de visitas de campo.

As visitas, além de permitirem uma aproximação do objeto de estudo, auxiliaram no apontamentos de questões que tiveram impacto direto na construção do objeto:

1. O levantamento das escolas de ensino fundamental e médio mostraram que existiam junto a elas uma precária infraestrutura esportiva e que o projeto poderia dialogar com alguma delas.

2. A conversa com o psicólogo Rafael, do Centro de Apoio Psico Social que disponibilizou sua tese de mestrado que trata dos fatores de risco e proteção da juventude em desenvolvimento¹, gerando estatísticas de vulnerabilidade que indicam: baixo nível educacional das famílias; mais de 50% estão em contato constante com amigos usuários de drogas, quase 20% já iniciaram a vida sexual; o alarmante índice de 25% de ideação suicida e um alto padrão de atividades executadas prioritariamente em suas próprias casas como uso de internet e televisão o que demonstra as restritas oportunidades de lazer.

3. A conversa com profissionais do conselho tutelar, em que ficaram claras a preocupações com os campinhos de futebol comunitário da cidade, que são frequentemente utilizados como ponto de drogas. O que se deseja por parte destes profissionais é dar outro uso para este espaço, como creches, por exemplo, o que não seria uma forma de amenizar as vulnerabilidades destas áreas.

A leitura e construção de mapas foi realçando a antiga zona sanatorial, mencionada anteriormente, por perceber que, enquanto a zona dos sadios se desenvolveram premeditadamente em zonas turísticas, as zonas onde se confinou a população enferma se desenvolveram como zonas da população local e de baixa renda.

1. O pesquisador aplicou um questionário a 402 adolescentes das escolas municipais em 2015

Como forma expositiva do motivos de escolha de lugar para atuação, nem todos os mapas construídos serão expostos abaixo, mas apenas aqueles que realçam a busca pelo lugar e que apontaram que o Bairro Santa Cruz e Vila Albertina seriam interessantes para a implantação de um equipamento público social de esporte e lazer.

Nesses bairros, a cultura sanatorial ainda se encontra materialmente presente e os monumentais edifícios ainda podem ser admirados na paisagem na forma de hospitais públicos e asilos comandados pelas irmãs mercedárias.

2.3.2.1. Equipamentos Públicos e Infraestrutura Urbana.

O que é Infraestrutura Urbana?

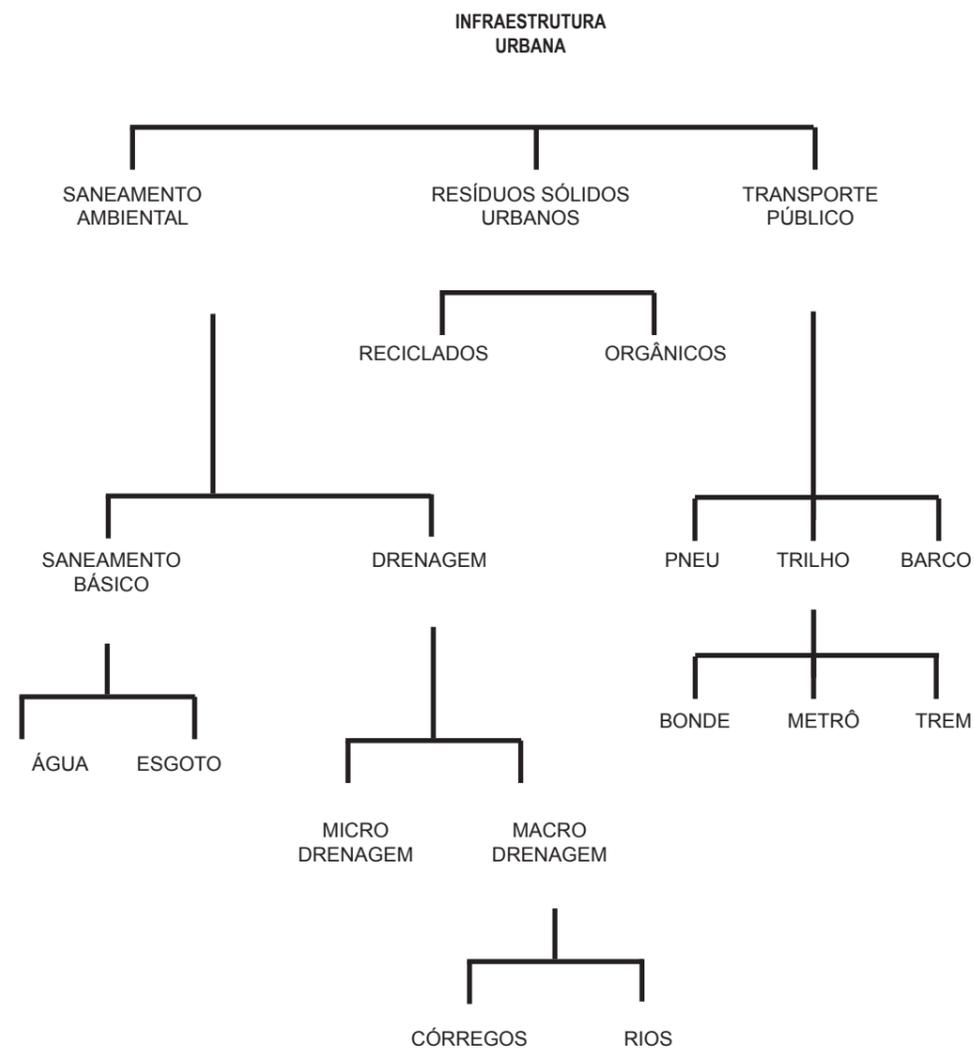
Infraestrutura são serviços de saneamento, gestão de resíduos sólidos e opções de transporte urbano.

Saneamento ambiental tem como função a prestação de serviço básicos, como o tratamento de água e esgoto para que os moradores tenham abastecimento de água tratada e que os corpos hídricos sejam preservados e recebam o esgoto tratado. Para tanto é necessário a existência de estações de tratamento de água (ETA) e estações de tratamento de esgoto (ETE).

O saneamento também tem como serviço a drenagem, que é responsável pelo encaminhamento das águas superficiais (em geral em período de chuvas) para os corpos hídricos, tais como rios, córregos, lagos, afim de evitar transtornos e acidentes. O sistema de drenagem compreende o sistema de drenagem natural antes da ocupação com obras de retificação ou embutimento como canais e rios canalizados e tamponados (macrodrenagem), assim como intervenções que mini-cursos artificiais criam na malha urbana como sarjetas e bocas de lobo.

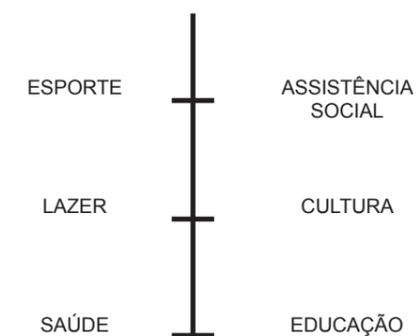
Por fim o saneamento presta o serviço de gestão dos resíduos sólidos urbanos, e tem a função de buscar a deposição final (material orgânico ou reciclado) de forma sustentável, evitando as antigas soluções de lixão e aterro que são deposições desordenadas e inconsequentes.

Transporte são as opções de modais públicos para deslocamento, como ônibus, metro, trem e barco.



O que é equipamento público?

EQUIPAMENTO PÚBLICO SOCIAL
(Prestação de serviços sociais)



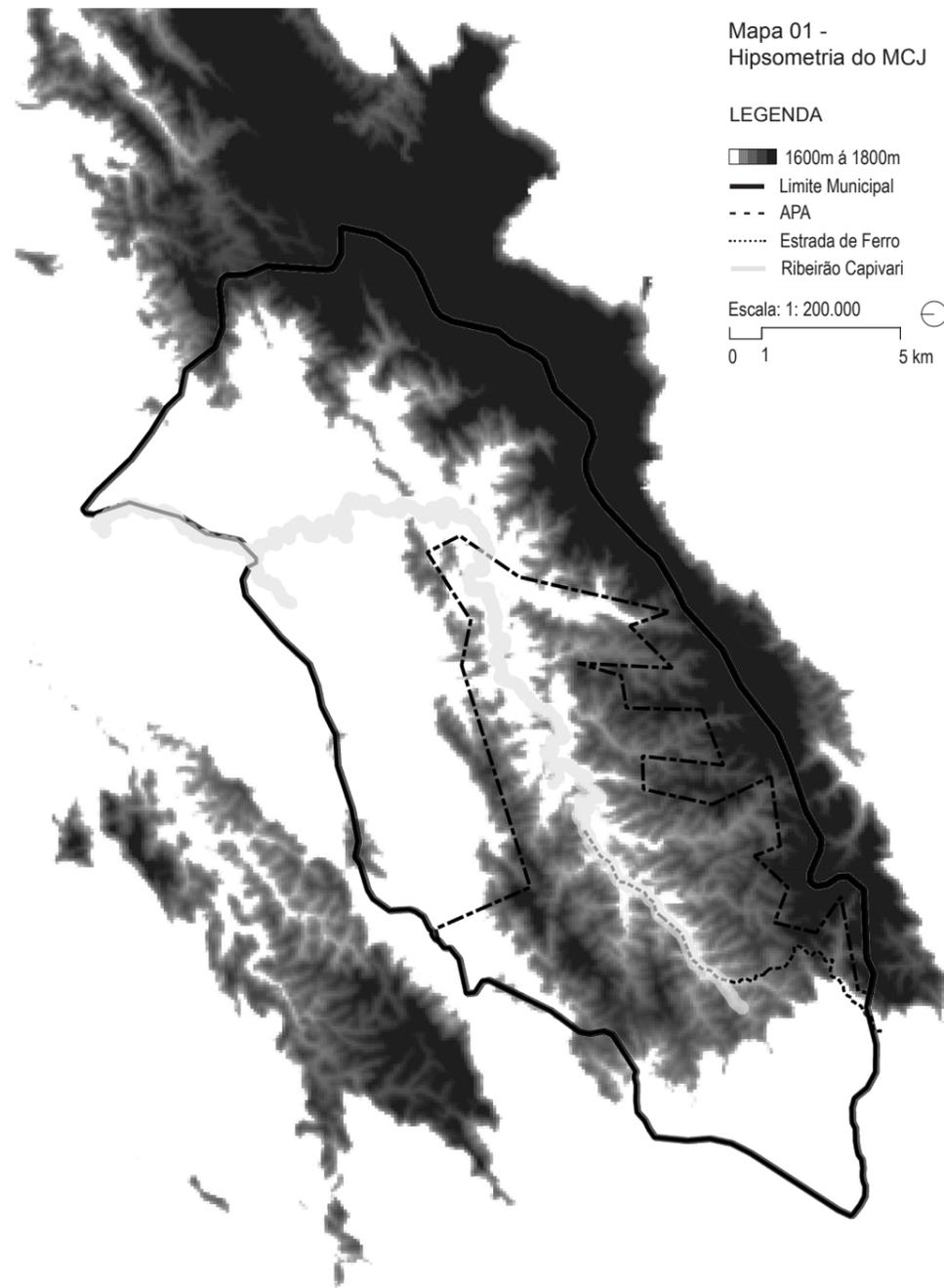
Equipamento público social tem como função a prestação de serviço social de educação, cultura, esportes, lazer, assistência social e saúde através de edifícios públicos municipais, estaduais e federais. Contudo, “são os equipamentos público municipais que mais se aproximam da escala humana e urbana da cidade, do bairro, do quarteirão, da rua, da esquina” (DELIJAICOV, 2017, p. 92.)

Dessa forma os equipamentos públicos municipais são de responsabilidade de Secretarias municipais no atendimento de direitos pela:

1. Educação: A secretaria tem a função de ensinar e prover a interação social, através de edifícios públicos como escolas de ensino médio, fundamental e infantil.
2. Esporte e Lazer: A secretaria tem a função de promover o desenvolvimento esportivo, em comunidade ou individual, através de ginásios, quadras e arquibancadas devidamente cobertas, balneários com piscinas e solários, pista de skate e sala de dança.
3. Cultura: Como a Secretaria da Educação, esta secretaria tem a função de ensinar através de bibliotecas, teatros, museus e casas de cultura.
4. Assistência e Desenvolvimento: A secretária tem a função de assistir problemas sociais através da proteção da família e pessoa (CRAS), acompanhamento e orientação em situações de ameaça ou violação de direitos (CREAS), acolhimento (Albergues) e banheiros públicos com chuveiro e lavanderia.
5. Saúde: A Secretaria tem a função de promover a saúde através unidades básicas de saúde (UBS), unidades de pronto atendimento (UPA), ambulatórios médicos de especialidades (AME), centros de atenção e convivência para atendimento aos portadores de sofrimento psico grave (CAPS e CECCO) e Hospital com pronto socorro.

2.3.2.2.
MAPAS PRODUZIDOS

MCJ = Município de Campos do Jordão



Ao chegar na escala do município, se faz interessante mapear a tão estudada geografia de Campos do Jordão. O mapa ao lado foi feito com um arquivo em formato raster da EMBRAPA, em que foi possível delimitar as curvas de nível a cada 50m do município, o que permite uma boa leitura de como foi feita a ocupação do fundo do vale do Rio Capivari.¹

Conforme ABITANTE Os aspectos físicos da natureza nortearam a ocupação da cidade, formando também um eixo estruturante de mobilidade urbana, originando um traçado com eixo linear, no qual foram implantadas a ferrovia e as principais vias de acesso (Fig. 7). Este eixo principal e de relevo brando se ramificaram de forma sinuosa se adequando ao relevo mais acidentado de sua bacia hidrográfica. (p. 2016)

Figura 7 - Estrada Para Campos do Jordão - Ocupação do fundo do Vale 1960.

Fonte: IBGE

1. A nascente do Rio Sapucaí localiza-se no município paulista de Campos do Jordão, na serra da Mantiqueira. Tendo início a uma altitude de 1620 metros acima do nível do mar, o rio percorre aproximadamente 248 quilômetros até desaguar no reservatório da Usina Hidrelétrica de Furnas, a 780 metros de altitude, entre os municípios de Paraguaçu e Três Pontas, em Minas Gerais. A partir de sua nascente, recebe inicialmente a denominação de Ribeirão Capivari, ainda no estado de São Paulo, cruzando a zona urbana de Campos do Jordão e juntando-se a um de seus afluentes, o Córrego das Perdizes e a partir de onde recebe a denominação de rio Sapucaí-Guaçu. Somente cinco quilômetros antes da divisa com Minas Gerais o rio recebe o nome de Sapucaí - Fonte: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí, 2012 e COPASA 2010.

Quanto ao fornecimento de água, 100% da área urbana do município é dotada de abastecimento de água tratada e possui captação de esgoto fornecidas pela Sabesp, empresa responsável pelo fornecimento de água. Até o ano passado, o esgoto captado era lançado sem tratamento no rio Capivari, quando terminou a construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto no município de Campos.

Informações da Sabesp apontam que foram investidos cerca de R\$ 68 milhões para contribuir com a despoluição dos rios Capivari, Sapucaí-Guaçu e os Córregos Serraria, Piracuama, Sino, Perdizes e Galinhas.

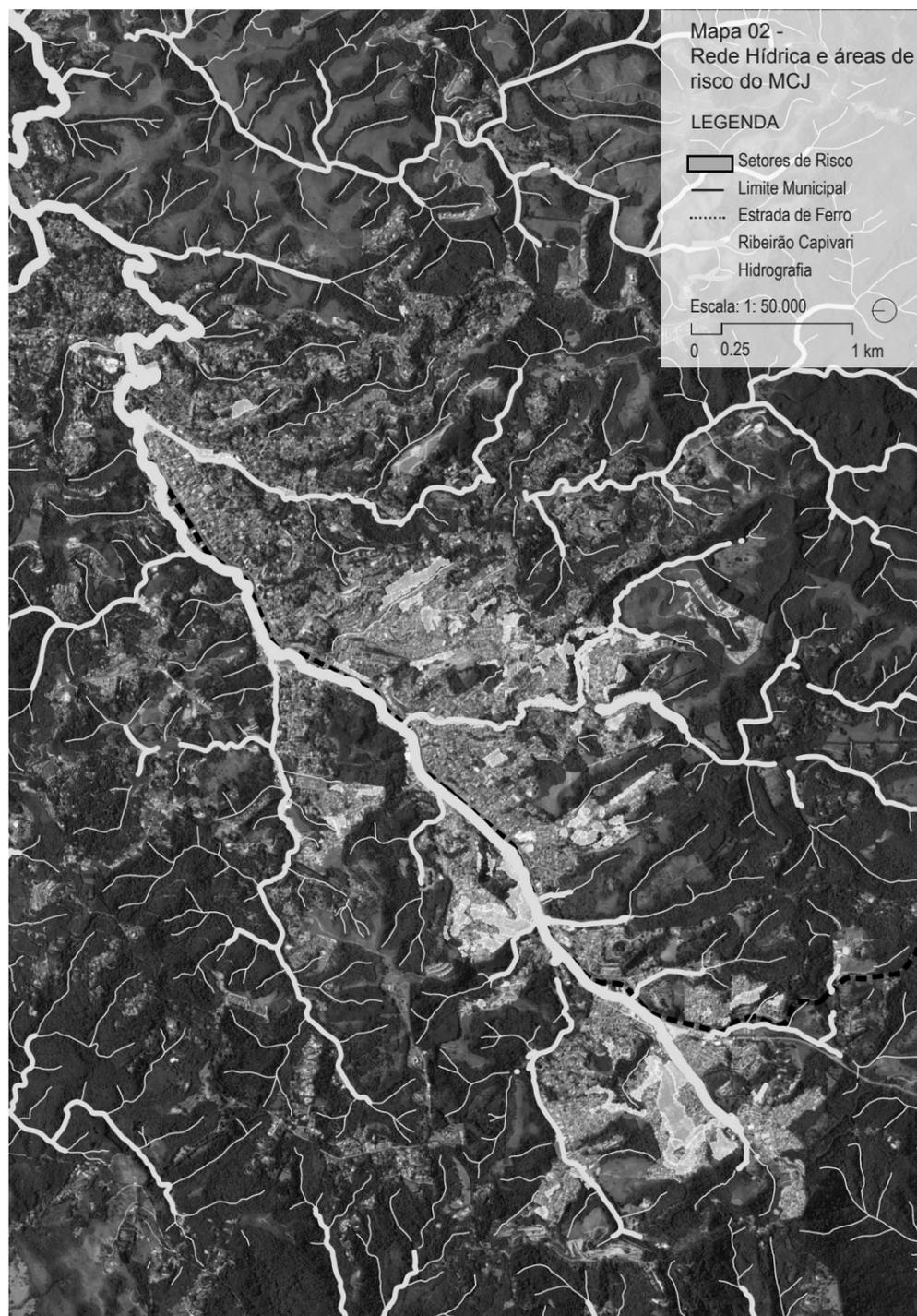


Figura 8. Foto do deslizamento de terra na Vila Albertina. Data: 1972. Fonte: ABITANTE, 2016.

O mapa ao lado foi produzido através de dados do Instituto Geológico de 2015 que mostram as áreas de risco sujeitas à inundação (ocupação de área de rio) e escorregamento (ocupação de área de morro).

As áreas de risco frequentemente são ocupadas por invasão e por uma classe social que não possui possibilidade econômica de adquirir outras opções de lotes. Desta forma, moradores destas áreas correm riscos de escorregamento, inundação, solapamento e erosão. As classes de alto poder aquisitivo têm possibilidade de escolha.

O aspecto físico de terreno íngreme em conjuntura com a ocupação de áreas precárias, faz com que Campos do Jordão faça parte do Plano Preventivo de Defesa Civil do Estado de São Paulo que opera atividades de identificação, avaliação e gerenciamento de áreas de riscos geológicos. Este plano tem como objetivo evitar óbitos e remover preventiva e temporariamente a população que ocupa áreas de risco com ações específicas para o enfrentamento da situação (IG, 2014).

Ainda segundo o IG (2014) o município de Campos do Jordão possui um recorrente histórico de acidentes em áreas de risco, com destaque para os eventos dos anos de 1972, 1991 e 2000.

Em 1972, houve um deslizamento na Vila Albertina com a movimentação de 100 mil metros cúbicos de terra, com a morte de 10 pessoas e soterramento de 24 residências, conforme Figura 8.

Mapa 03 -
Mobilidade do MCJ

LEGENDA

- Mancha urbana
- Viário Intermunicipal
- Viário Municipal Principal
- Estrada de Ferro
- Paradas Principais
- Paradas
- Plano Diretor 2003
- Diretrizes Viárias
- - Melhorias Viárias

Escala: 1: 50.000
0 0.25 1 km

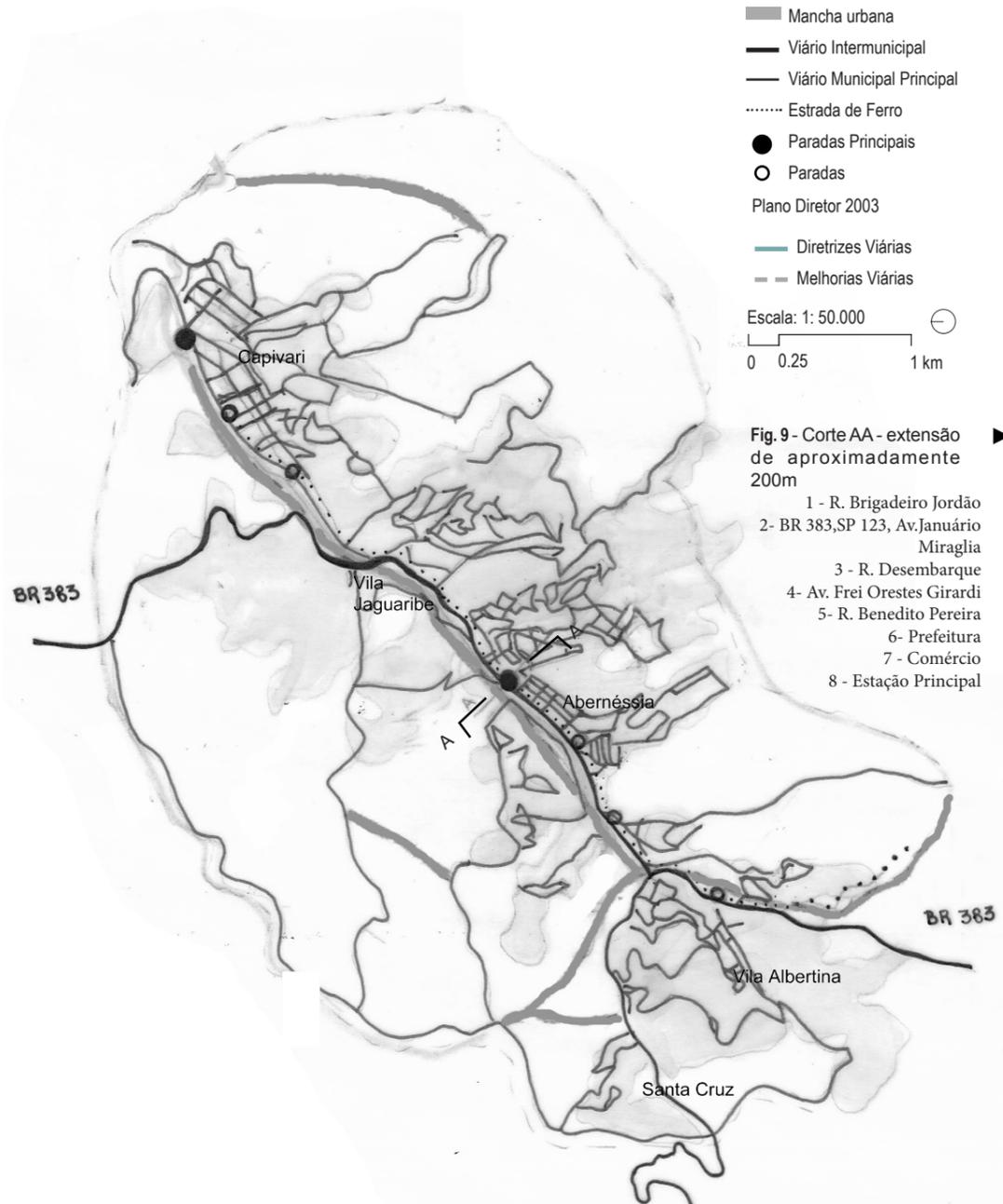
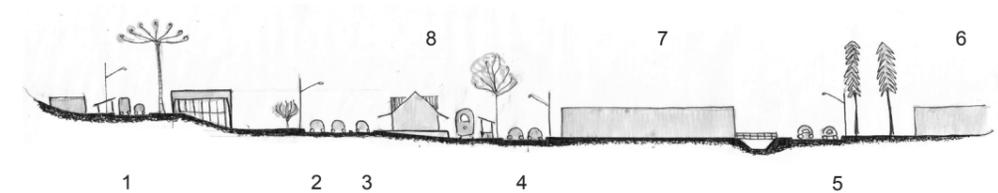


Fig. 9 - Corte AA - extensão de aproximadamente 200m

- 1 - R. Brigadeiro Jordão
- 2- BR 383, SP 123, Av. Januário Miraglia
- 3 - R. Desembarque
- 4- Av. Frei Orestes Girardi
- 5- R. Benedito Pereira
- 6- Prefeitura
- 7 - Comércio
- 8 - Estação Principal

Conforme o mapa 3, a SP-123, acesso da cidade ao Vale do Paraíba, desemboca nas duas vias que formam o principal eixo de articulação da cidade, que se iniciam como referência no acesso a SP-50, passa pela Vila Abernêsia, Vila Jaguaribe e atinge a Vila Capivari e conta com uma ciclovia e uma ferrovia que não se ramificam nas vias sub arteriais. Atualmente, a linha férrea é destinada ao turismo. Segundo Governo do Estado de São Paulo (2014), os serviços estão divididos em:

- >Bonde turístico, ida e volta, com a rota que parte da estação Emílio Ribas (bairro Vila Capivari) e vai até o portal da cidade, todos os dias da semana;
- >Bonde turístico urbano, ida e volta, parte da Estação Emílio Ribas e vai até a estação da Abernêsia. Este é o único serviço destinado a população local, mesmo assim a tarifa é três vezes o valor da passagem de ônibus;
- >Maria Fumaça: ida e volta, parte da Estação Emílio Ribas e vai até a estação da Abernêsia;
- >Trem do Mirante: parte da Estação Emílio Ribas e vai até a estação Eugenio Lefebvre, na cidade de Santo Antônio do Pinhal.



O que consta no plano de Diretor é um melhoramento e implantação de vias perimetrais

Conforme Mapa 4 (produzido a partir de foto aéreas), os outros bairros que compõem a cidade são ramais deste eixo principal que condicionou e articula as ramificações de expansão urbana horizontal do município. Os serviços não encontrados nos dos bairros adjacentes, fazem com que estes moradores necessitem atingir este eixo para ter acesso aos serviços principais da cidade, pois estão concentrados nas avenidas Januário Miraglia e Frei Orestes Girardi, como bancos, prefeitura, fórum e compras (Fig. 9)

Mapa 04 -
Evolução da mancha urbana com o sistema viário

LEGENDA

- Mancha urbana em 1977
- Mancha urbana em 2013
- Viário Intermunicipal
- Viário Municipal Principal



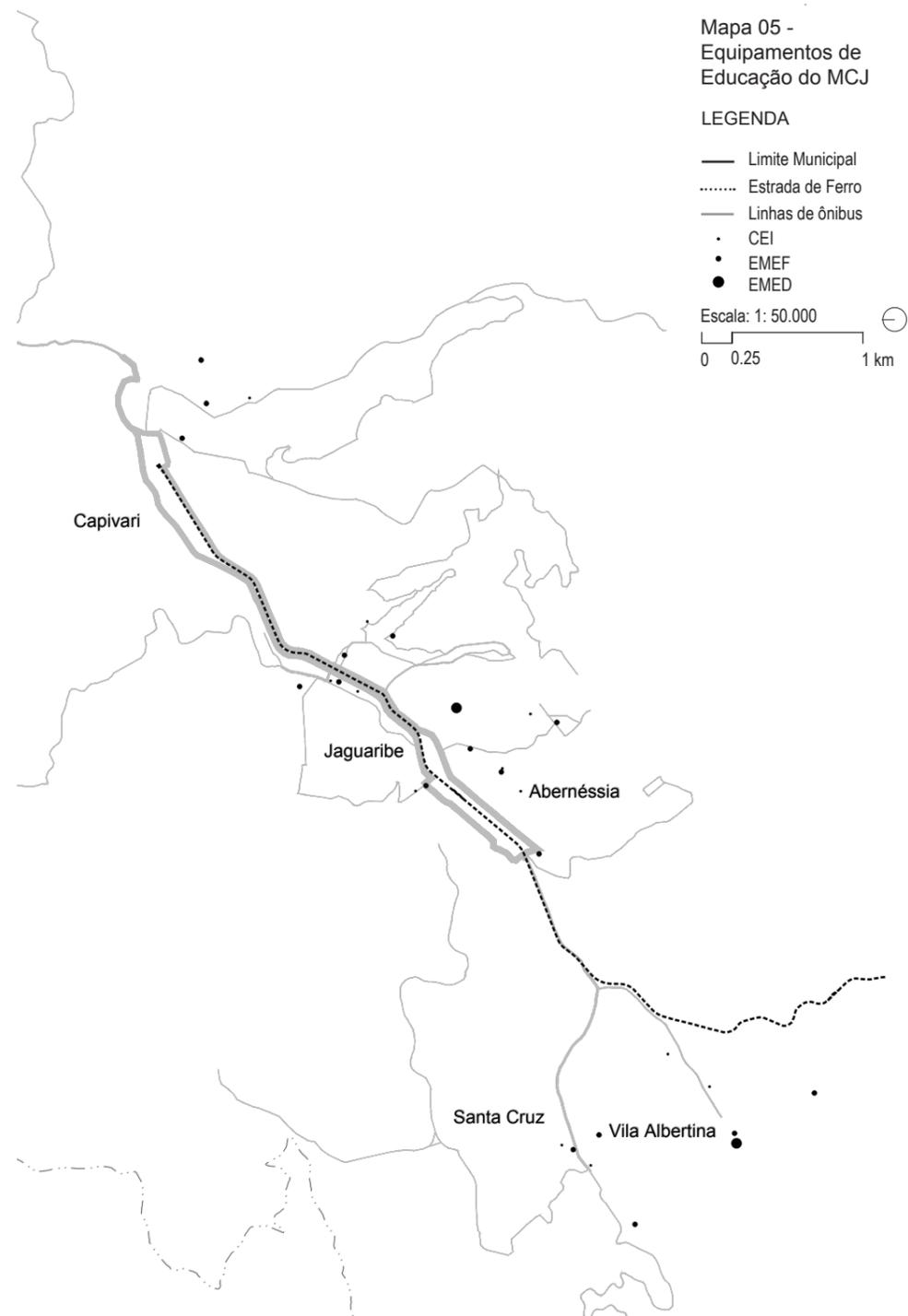


Figura 10 - Escola Municipal Amadeu Carletti.



Figura 11 - Escola Modelo TCC2 na Vila Albertina.

As visitas aos Equipamentos Públicos de Educação mostraram que a infraestrutura esportiva vinculada á eles são em sua maior parte quadras semi cobertas padrão ou descobertas. Algumas das quadras semi cobertas possuem uma estrutura metálica danificada (Fig. 10), e a grande parte das quadras descobertas tem tamanho compatível com a sobra do lote, sem dimensões de quadra e sem arquibancada. (Fig. 11)

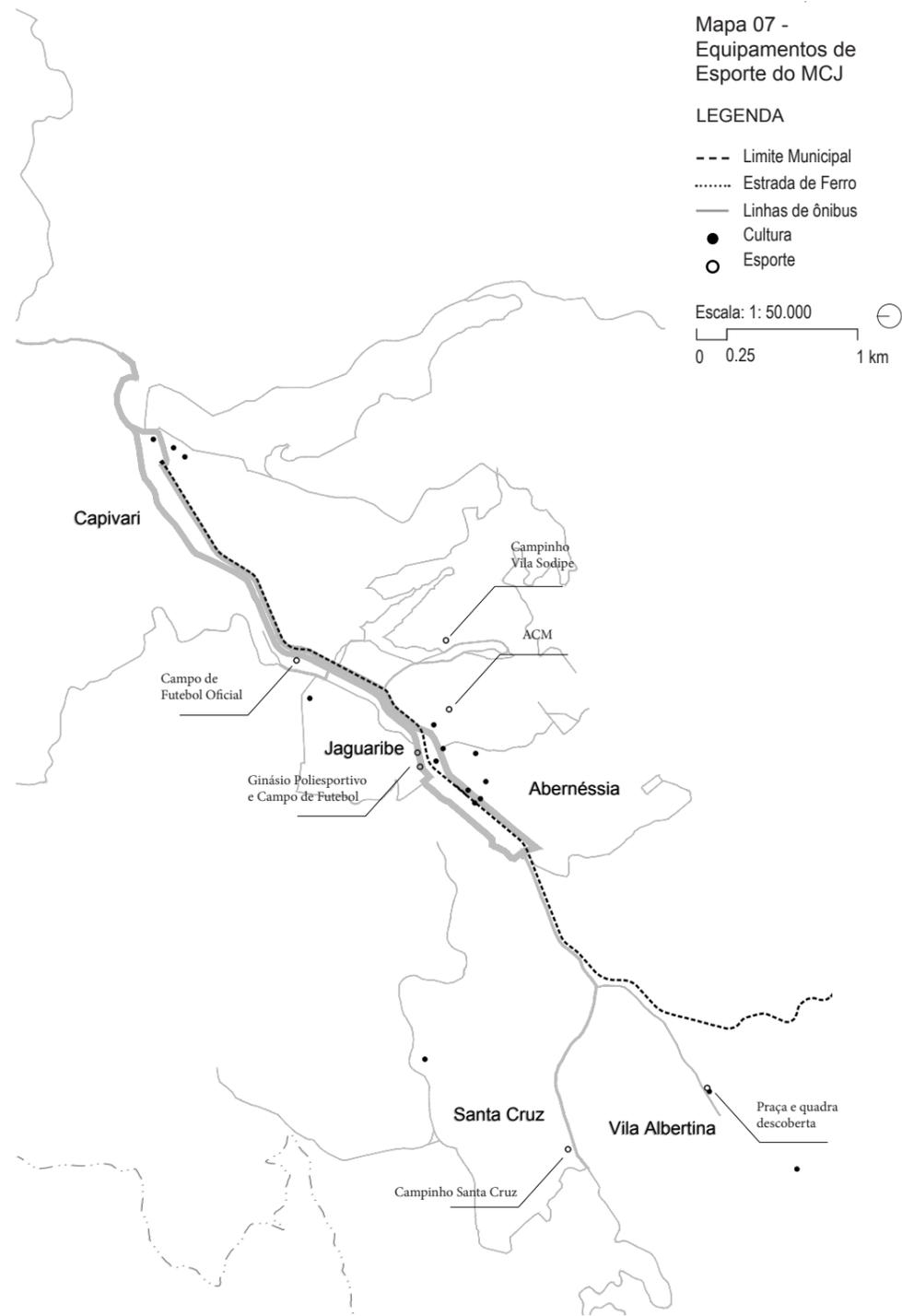


Figura 12 - Praça com quadra descoberta próximo ao córrego.



Figura 13 - Campinho Vila Sodipe.

As visitas aos equipamentos esportivos mostraram que em sua grande parte eles ocupam áreas próximas aos corpos d'água (Fig. 12). Apesar de os campinhos serem parte da vida social para jogos, festas juninas e etc, eles também representam pontos de droga na cidade como, por exemplo, o campinho da Vila Sodipe (Fig. 13).

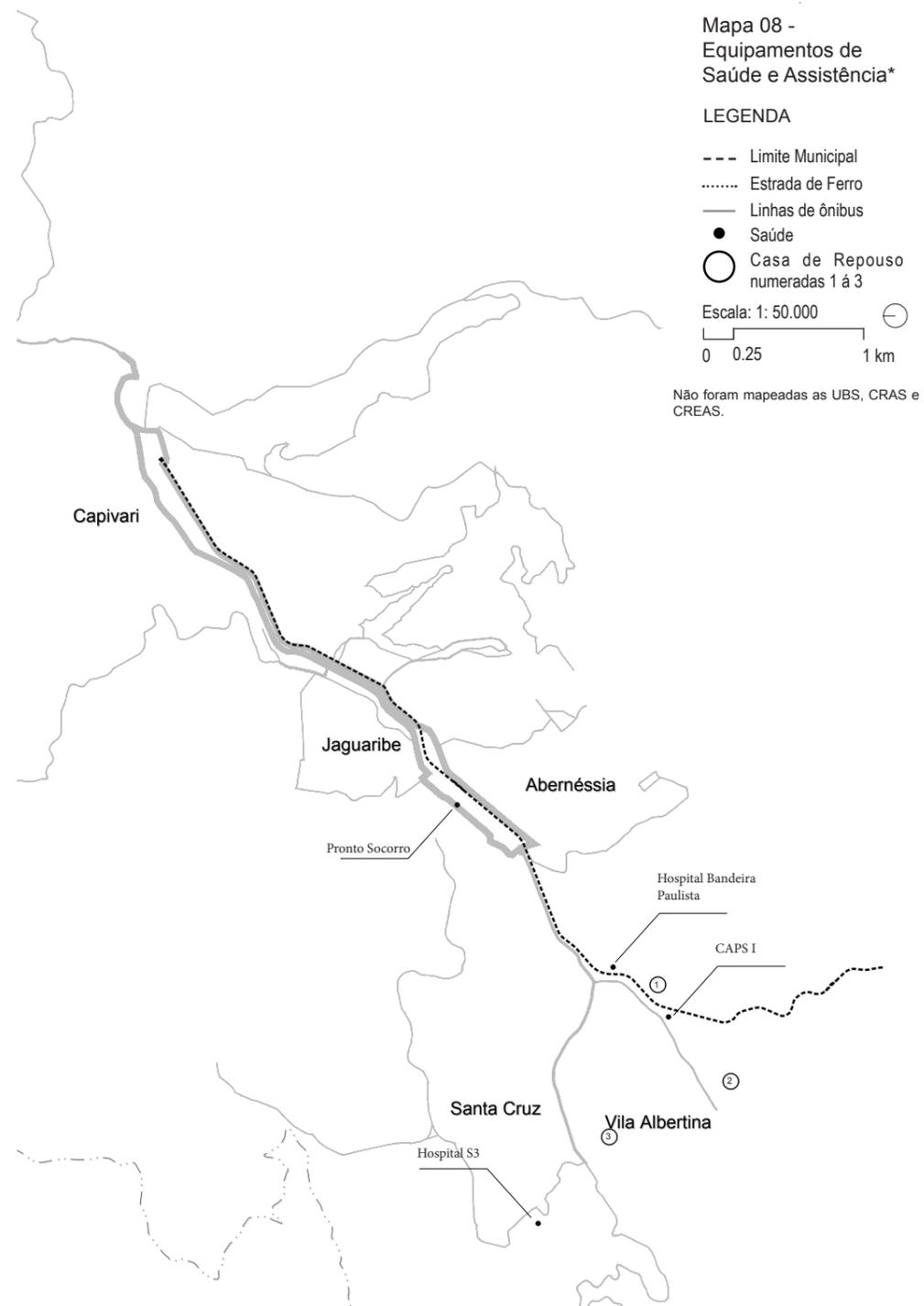


Figura 14 - (1) Sanatório Divina Providência ►
- funciona como casa de Repouso Administrada pelas Irmãs Mercedárias com apoio do Governo do Estado de São Paulo



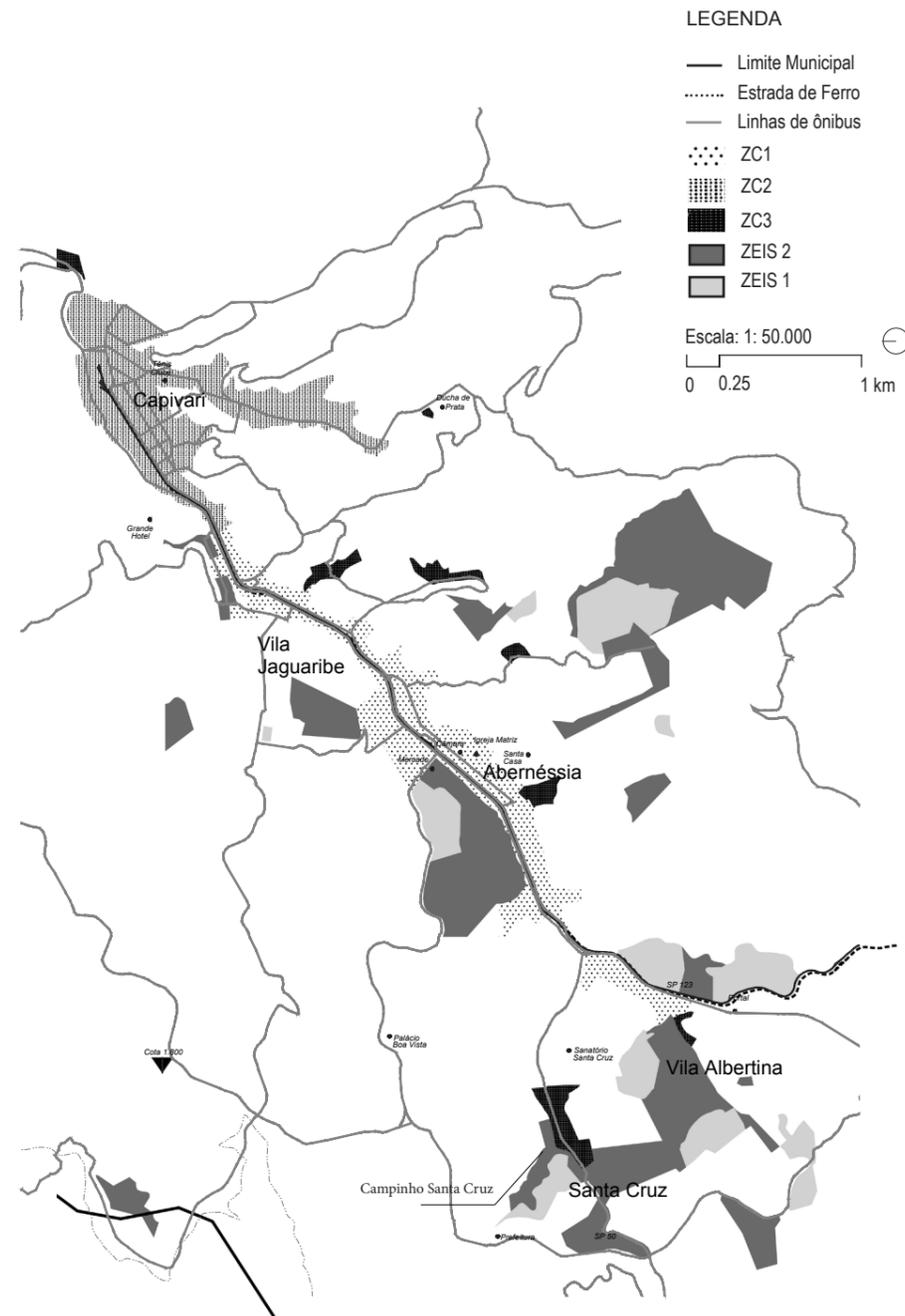
Figura 15 - (2) Sanatório Nossa Senhora das Mercês, Casa de repouso para homens. ►



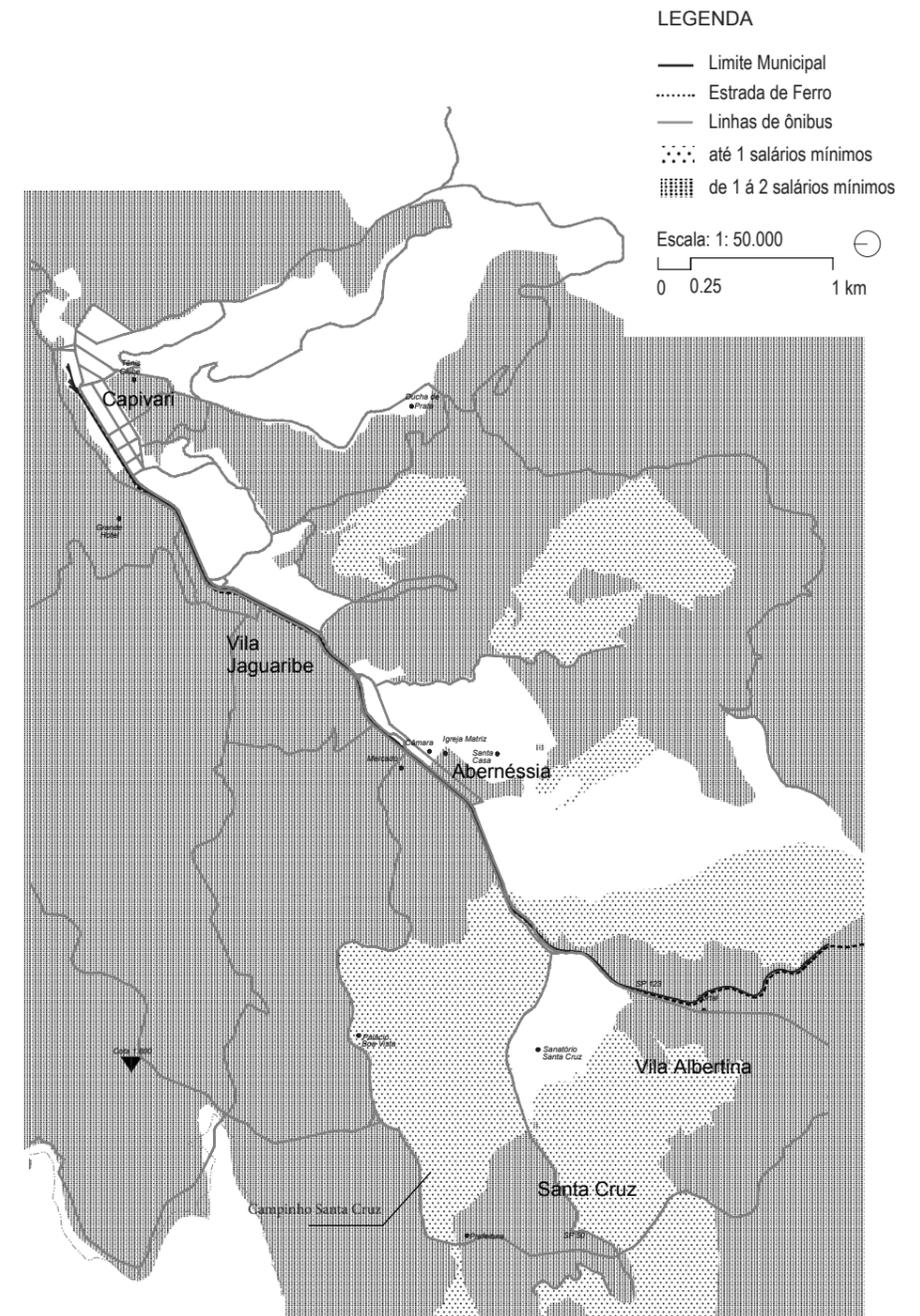
Figura 16 - (3) Sanatório Santa Cruz. ►
Todos os sanatórios tem uma vista privilegiada por sua implantação não ser no fundo do vale mas sim nas encostas dos morros.



Mapa 09 -
Uso do Solo: ZEIS e ZC



Mapa 10 -
Menores Rendas



Mapa 12 - Vila Santa Cruz e Vila Albertina

LEGENDA

- Antigos Sanatórios
- Viário Principal
- ⋯ Estrada de Ferro
- ~ Hidrografia

Escala: 1: 20.000
 0 0.1 0.5 km

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> 1 - Hospital Bandeira Paulista 2 - Casa de Repouso Divina Providencia 3 - Casa de Repouso Nossa Senhora das Mercês 4 - Sanatório Santa Cruz 5 - Ação social Santa Clara - Salesianos 6 - Hospital S3 7 - Socesp | <ul style="list-style-type: none"> 8 - Área de Projeto - Campinho de Futebol + Escola Municipal Fundamental 1 + Creche 9 - EMEF 10 - EMEF + EMED 11 - UBS T1 - Primeiro Terreno cogitado T2 - Segundo Terreno cogitado |
|---|--|



*Córrego Santa Clara = Córrego Serraria

Procurando por terreno que comporte um equipamento de esporte e lazer com a possibilidade de ter como parte da sua agenda de utilização o usufruto das escolas (creche, ensino médio e ensino fundamental), fizemos uma maquete de estudo dessa região pontuando os lugares de interesse de aproximação conforme figura 18. Ponderamos inicialmente dois terrenos vazios próximos de escolas e da linha do trem que foram descartados pela percepção de que se tratavam de área de preservação de algum corpo d'água. (Mapa 12)

Levando em consideração os conflitos envolvendo os campinhos de futebol comunitário chegamos ao Campinho Santa Cruz (Fig. 20), que foi se mostrando cada vez mais carente de manutenção e ao mesmo tempo interessante para inserção em uma rede de equipamentos públicos existentes. Dessa forma, as razões que motivaram essa escolha podem ser definidas por:

1. A precariedade do campinho que teve seus vestiários completamente destruídos e queimados e a arquibancada de concreto que sofre constante infiltração do muro de arrimo que a antecede. (Fig. 32)
2. O campinho se encontra numa quadra que tem como vizinho lateral a creche historiador Pedro Paulo Filho (Fig. 28, 31 e 33), na frente a escola municipal de ensino fundamental Lucila Cerqueira (Fig. 29) e um pouco mais a frente o Sanatório Santa Cruz (Fig. 16), comandado pela irmã Thereza da ordem das irmãs mercedárias que tem o apoio do Governo Estadual de São Paulo no acolhimento de idosos.
3. Um hospital e uma UBS a poucos metros de distância e nenhum equipamento cultural, de esporte ou lazer além do próprio campinho num raio de aproximadamente 1km. (Mapa 5 e 6)
4. Características físicas naturais que margeiam o campinho: uma montanha de araucárias e o córrego da serraria acompanhado por uma linha de plátanos. (Fig. 30 e 31)
5. Sobre uso e ocupação do solo o campinho tem como uso ZEIS II (Mapa 09) e encontra-se próximo na Avenida Matheus da Costa Pinto que possui um dos poucos usos comerciais fora das principais avenidas no bairro de Abernédia e Capivari. Seu uso varia entre marcenaria (imagina-se que é uma vocação antiga pelo nome do córrego), lojas de rações, padarias e lojas de roupa. O uso comercial (intercâmbio) é um forte aliado das ruas vivas que promovem o encontro, a ação e a segurança.



Fig. 18 - Maquete de Estudo da Vila Albertina e Santa Cruz.

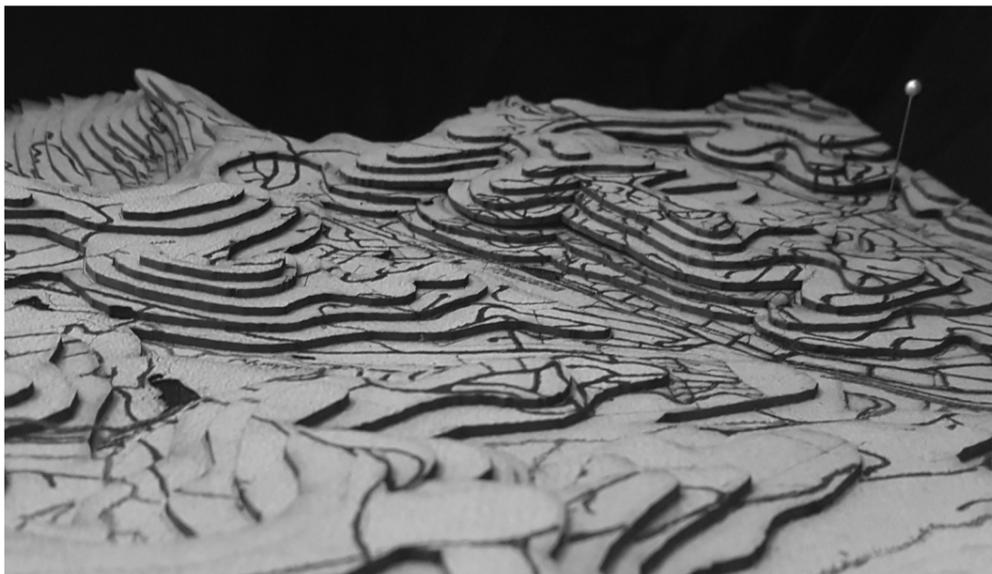


Fig. 19- Definição do terreno do Campinho Santa Cruz.

2.3.2.3. Bases do Lugar

Este tópico trata sobre o projeto para elaboração das bases do lugar em sucintos tópicos, mas que foram sempre debatidos com o Professor Alexandre Delijaicov fazendo com que as bases fizessem tão parte das nossas conversas como a elaboração do projeto em si. (Planta 01)

Pela dificuldade em encontrar uma base em formato “dwg” que pudesse ser editada para implantação do projeto em diferentes escalas foi parte do processo de desenho a construção das bases: Ruas, calçadas, lotes e construção existente.

Vale a pena ressaltar que a decisão de produzir as bases surgiu da percepção de que a base cedida pela prefeitura continha muita imprecisão na definição das ruas e lotes, uma dificuldade cartográfica dos municípios brasileiros e que inviabiliza qualquer planejamento.

A construção da base foi feita em cima de uma foto aérea de 2012 (Fig. 20e 21) cedida pela prefeitura de Campos do Jordão. Além da imagem em formato “tiff” o arquivo vem acompanhado das curvas de nível de 1 em 1m.

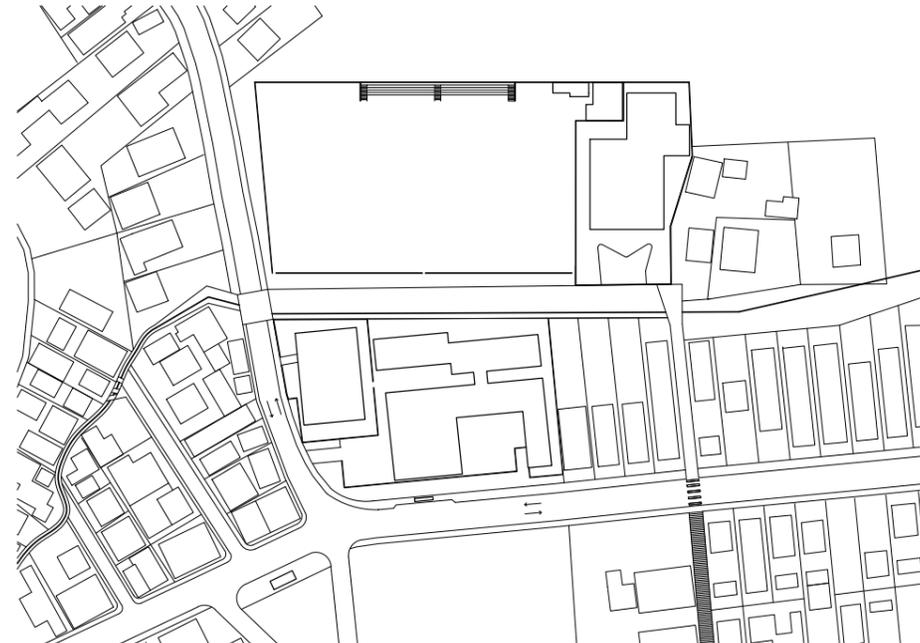
Em layers produzidos em cima da fotografia, no programa “autocad”, o desenho começou a ser traçado: primeiro passo é a delimitação do eixo central das ruas. Os próximos passos são paralelos a esse traçado delimitando o leito carroçável, calçadas e a delimitação de loteamentos pela linha dos muros. Em suma, imagina-se o resultado para um desenho em escala 1:1000, escala em que o loteamento pode ser feito no desenho á mão livre, com o desenho das ruas, calçadas, lotes, faixa de pedestre, iluminação pública e o sentido dos fluxos.

Por fim, durante este processo, além da montagem da base e escolha da escala foi parte da construção das bases a escolha do enquadramento (alinhar o desenho com a folha e entender qual o limite do desenho para aquela folha e escala) e a representação da legenda e informações sobre o desenho de forma sucinta e visualmente legível de forma a não poluir o desenho.

Fig. 20 - Base sendo montada sob a foto e a busca de um bom enquadramento. ▶

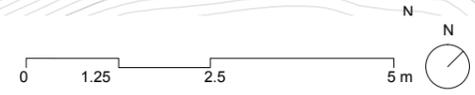


Fig. 21 - Base. ▶





PLANTA LOCALIZAÇÃO
ESCALA 1:2500



TERRENO ESCOLHIDO

1 - Campinho Santa Cruz - Área Total = 6.612 m²

CONEXÕES

- 2 - Ponte A
- 3 - Ponte B
- 4 - Canal
- 5 - Rua de acesso à creche com platanus
- 6 - Rua até ponte B
- 7 - Escadaria Vila Albertina

VIÁRIO PRINCIPAL

- 8 - Av. Matheus da costa e Pinto - SP 050
- 9 - Rua da Serraria

SAÚDE

- 10 - Sanatório Santa cruz
- 11 - Unidade Básica de Saúde

EDUCAÇÃO

- 12 - Cel Historiador Pedro Paulo
- 13 - EMEF Fucinda Cerquera
- 14 - Cel Obra Social São José
- 15 - EMEF Elizabeth

ESPAÇOS PÚBLICOS

- 16 - Praça
- 17 - Praça com Quadra

ESPAÇOS PRIVADOS

- 18 - Fabrica da Baden Baden

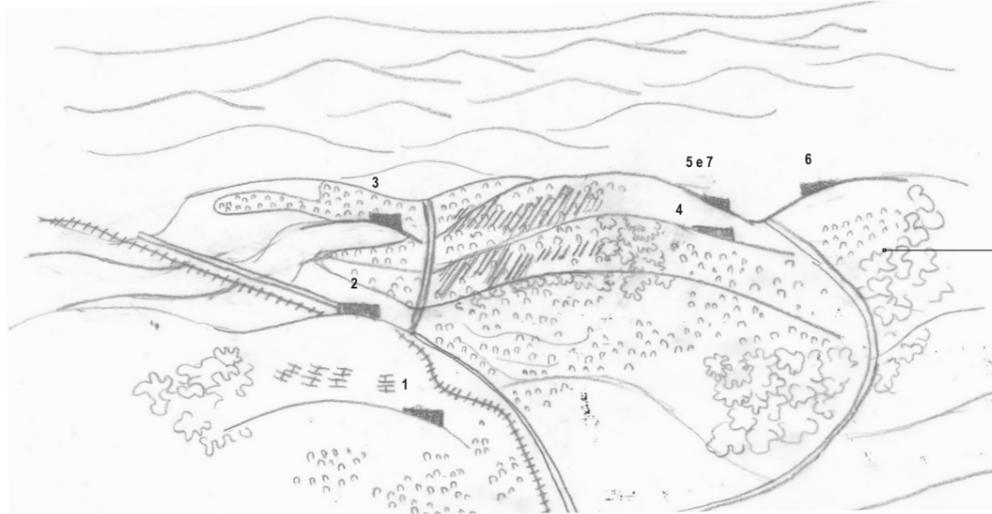


Fig. 22 - Cultura Sanatorial na paisagem. Numeração e recorte igual ao do Mapa 12.



Fig. 23 - Quadra do projeto



Fig. 24 - Ponto de Vista 1 - Escadaria de quem vem da Vila Albertina.



Fig. 25 - Ponto de Vista 2 - Acesso á creche pelo fundo do lote.



Fig. 26 - Ponto de Vista 3 - Resqúicio de quadra com alguns aparelhos de ginástica.



Fig. 27 - Ponto de Vista 4 - Ponte A



Fig. 28 - Ponto de Vista 5 - Crianças da creche Historiador Pedro Paulo Filho em sala



Fig. 29 - Ponto de vista 6 - Crianças da Escola de Ensino Fundamental 1 Lucila Cerquera no pátio



Fig. 30 - Ponto de Vista 7 - Rua de acesso à creche sob a linha de Plátanos.



Fig. 31 - Ponto de vista 8 - Vista da arquibancada



Fig. 32 - Arquibancada do Campinho de Futebol Santa Cruz.



Fig. 33 - Campinho com creche ao fundo.

3.0. Arquitetura do Programa

3.1. Introdução

Este capítulo tem como objetivo caracterizar a Arquitetura do Programa.

O ponto de partida é o programa proposto para um Centro de Alto Rendimento, como dito anteriormente, previsto para Campos do Jordão.

O método de desenvolvimento do programa é o desenho em planta, que tem como material os conceitos apreendidos do lugar e as referências de projeto arquitetônico.

Com a leitura do lugar na escala do bairro e da vizinhança o programa vai se inserindo como equipamento público municipal, capilar de rede, da Secretaria dos Esportes.

Após alguns desenhos inclinados para a proposta de ginásio poliesportivo surge a ideia de trabalhar com a temática das águas como um reconhecimento do próprio lugar, seus rios, córregos e nascentes, e como ferramenta de promover além do esporte o lazer.

Apesar de nenhuma secretaria de Campos do Jordão levar a palavra “lazer” na titulação, essa foi uma demanda que surgiu no processo de caracterização do lugar. Dados alarmantes coletados de profissionais da saúde demonstram um alto grau de ideação suicida entre os jovens e a carência pelo lazer.

Além disso, acreditamos que a presença da tuberculose nesta região e na cidade como um todo interrompeu o fortalecimento de espaços sociais e que a água, por ser um elemento lúdico e de muitos significados, tem a potência de confrontar resquícios do receio de uma contaminação pelo contato, assim como confrontar a reclusão que o inverno frio costuma trazer.

Os banhos públicos são hábitos culturais dos países europeus que, mesmo durante o inverno frio, utilizam piscinas, termas e saunas como meio de cultivar a saúde, a descontração e a socialização.

Desde então, o desenvolvimento do programa ocorreu por uma série de desenhos que buscavam um diálogo com o lugar de “fora pra dentro” e de “dentro pra fora”.

Além de buscar o desenvolvimento do programa de piscinas públicas (Fig 34.), os desenhos foram, ao longo do processo, reconhecendo a necessidade do Projeto de Arquitetura de Equipamentos Públicos obterem dimensões compatíveis com diversos tipos de atividade humana. O que chamamos de espaço do devir (vir a ser, tornar-se, transforma-se), espaço disponível a ser apropriado pela imaginação e ação das pessoas. (DELIJAICOV, pag. 101, 2017)

Apesar de outros programas terem sido esboçados, o que apresentamos como produto deste capítulo é o raciocínio de projeto desenvolvido a partir do programa de um Balneário Municipal.

3.2. BALNEÁRIO MUNICIPAL.

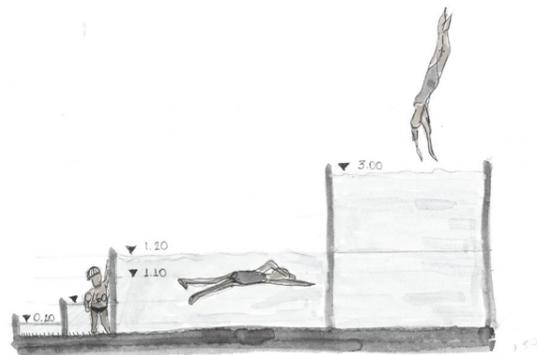


Fig. 34 - Dimensões das piscinas

Através de referências de projeto de piscinas públicas e privadas o programa foi refletindo sobre opções para locação dos tanques (Fig. 35). O primeiro desenho atendia as dimensões de uma piscina olímpica, assim como um tanque menor e raso que, na ocasião, foi chamado de piscina aprendiz.

Além dos banhos de piscinas, pensamos nos banhos de sauna associados a eles, assim como uma sala de treino físico. As áreas de apoio eram principalmente os vestiários e ambulatório para os usuários e sala de trabalho, vestiário e refeitório para os funcionários.

A arquibancada existente do campo de futebol foi um elemento que sempre foi levado em consideração como parte do projeto, e que num primeiro momento seria a arquibancada da piscina olímpica.

A referência inicial do programa de alto rendimento e suas dimensões olímpicas foi perdendo força por ser um programa seletivo. Desconsiderada a obrigação de acomodar um tanque de 50 x 25m o desenho ensaia possibilidades de aumentar as saunas, as salas de treino e vestiários (Fig. 36) e possui três tanques de dimensão e profundidade diferentes. A referência nesse momento são as piscinas do Centro Educacional Unificado da Prefeitura de São Paulo.

As piscinas menores e rasas, de 0.80m e 0.40m de profundidade, se aproximam da creche e por serem descobertas conformam uma atmosfera de praia no fundo do lote.

Entendendo que múltiplos programas exigem áreas independentes (no caso, mais vestiários e salas) e por consequência um aumento de área construída, assim como demandas diferentes sobre questões térmicas, ventilação e iluminação, seguimos com um programa mais enxuto e de baixo impacto para o córrego ao lado (Fig. 37). Projetamos um pavilhão com o programa de apoio concentrado e maior quantidade de área livre externa.

A área externa de gramado foi aumentando e a maior questão que acompanhou o desenvolvimento do projeto foi a decisão de cobrir ou não as piscinas. Em determinado momento optamos por descobrir todas e fazer uma grande “praia urbana”, onde nossas três piscinas estariam na linha de visão de qualquer passante da rua da serraria (Fig.38). Para esse fim o programa de apoio se recolhe no fundo do lote dentro de uma pavilhão baixo e longo paralelo a creche. Dividido em módulos de 5.00x5.00 teríamos 4 deles para o vestiário e o restante dividido para serviço, recepção, ambulatório, e até um café.

Logo na esquina da Av. Matheus da Costa Pinto com a Rua da Serralheria existe uma quadra coberta da escola Lucila Cerquera. Na tentativa de liberar as bordas do córrego da serraria o programa abraça a quadra coberta da escola e se recolhe num pavilhão de vidro, para qual o acesso da escola é facilitado por uma nova ponte introduzida no espaço existente entre as árvores de plátano. (Fig. 39)

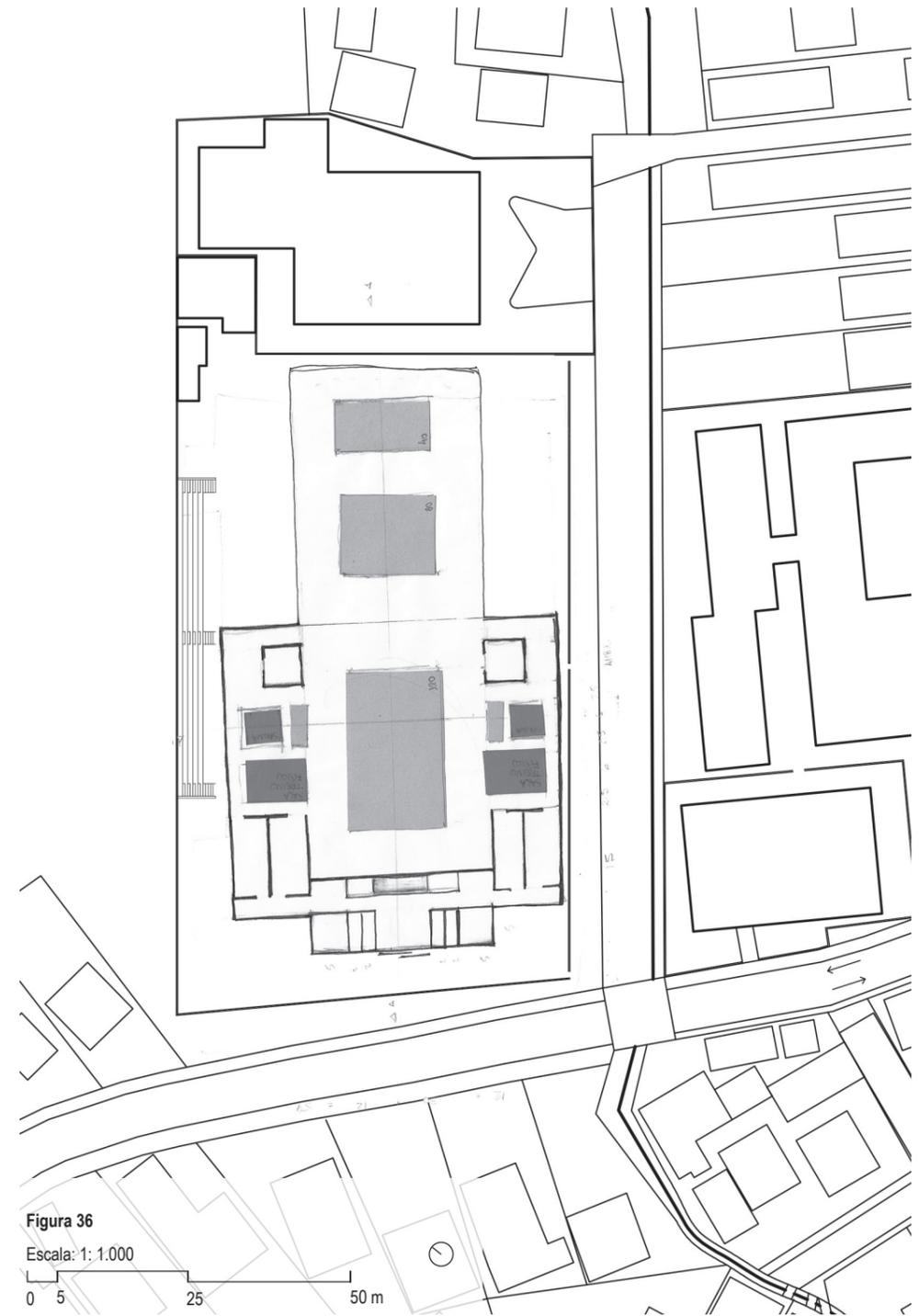
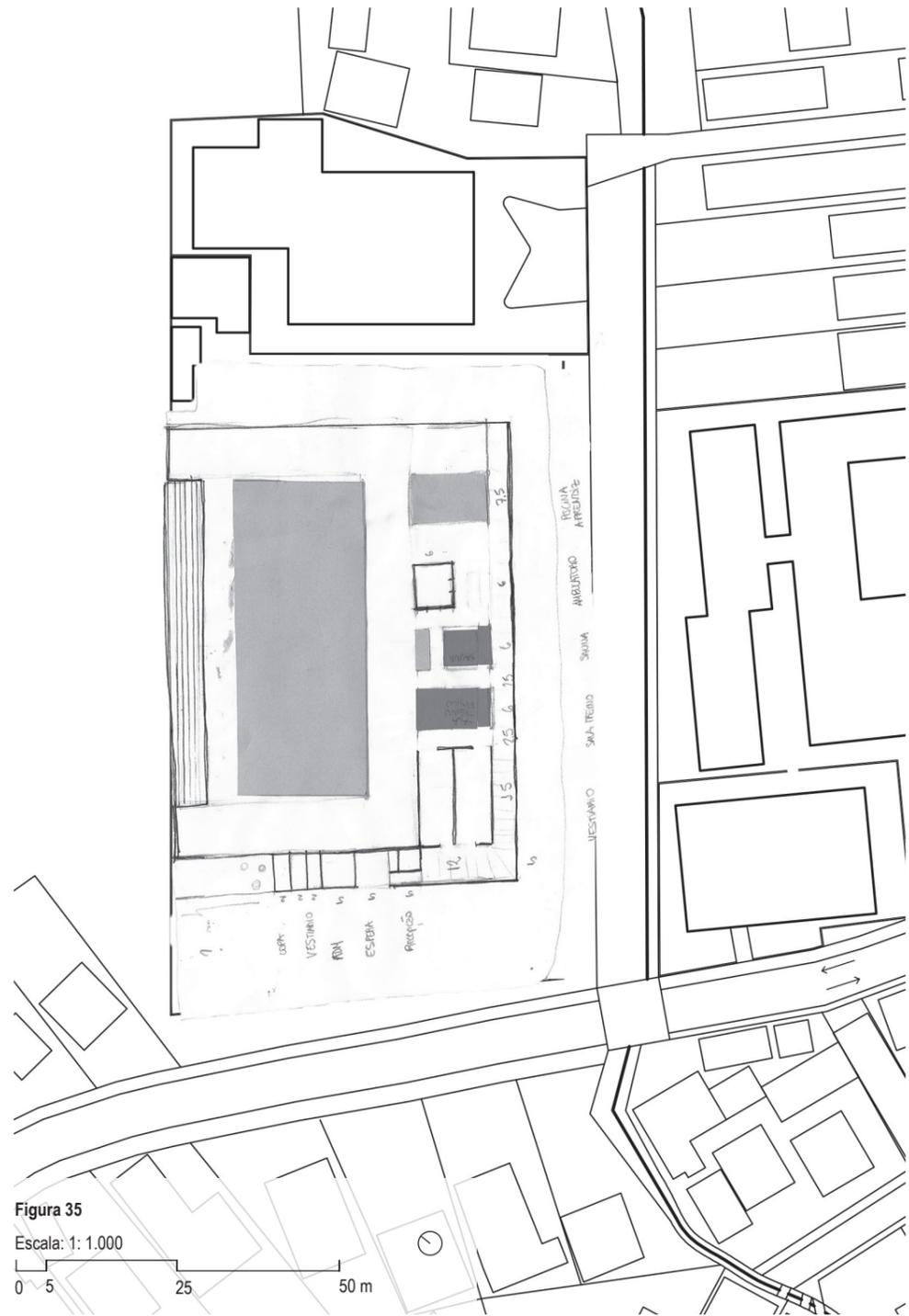
Optamos pelo vidro para deixar seu conteúdo amostra e interagir com o entorno, ainda como alusão a nossa “praia urbana”.

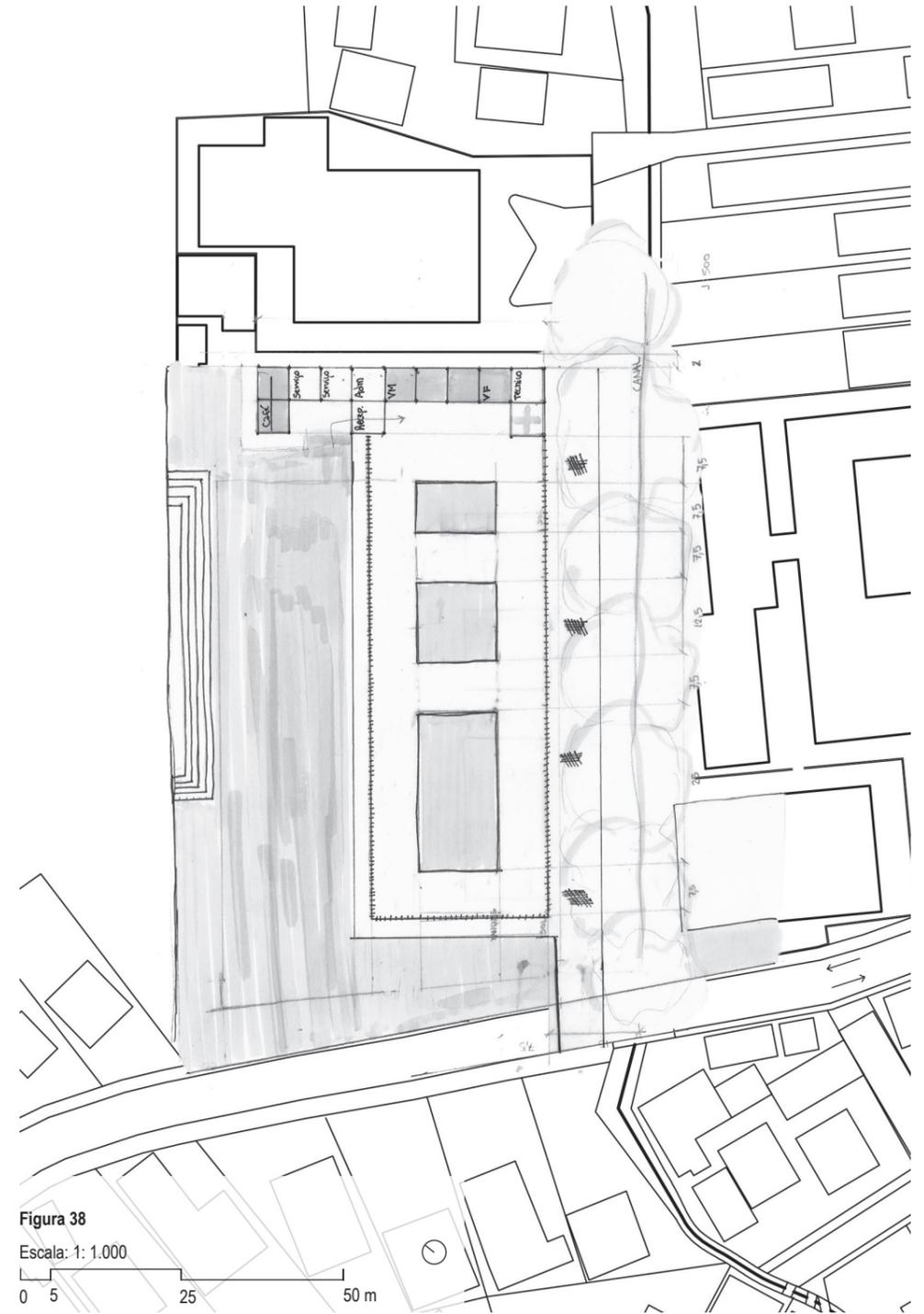
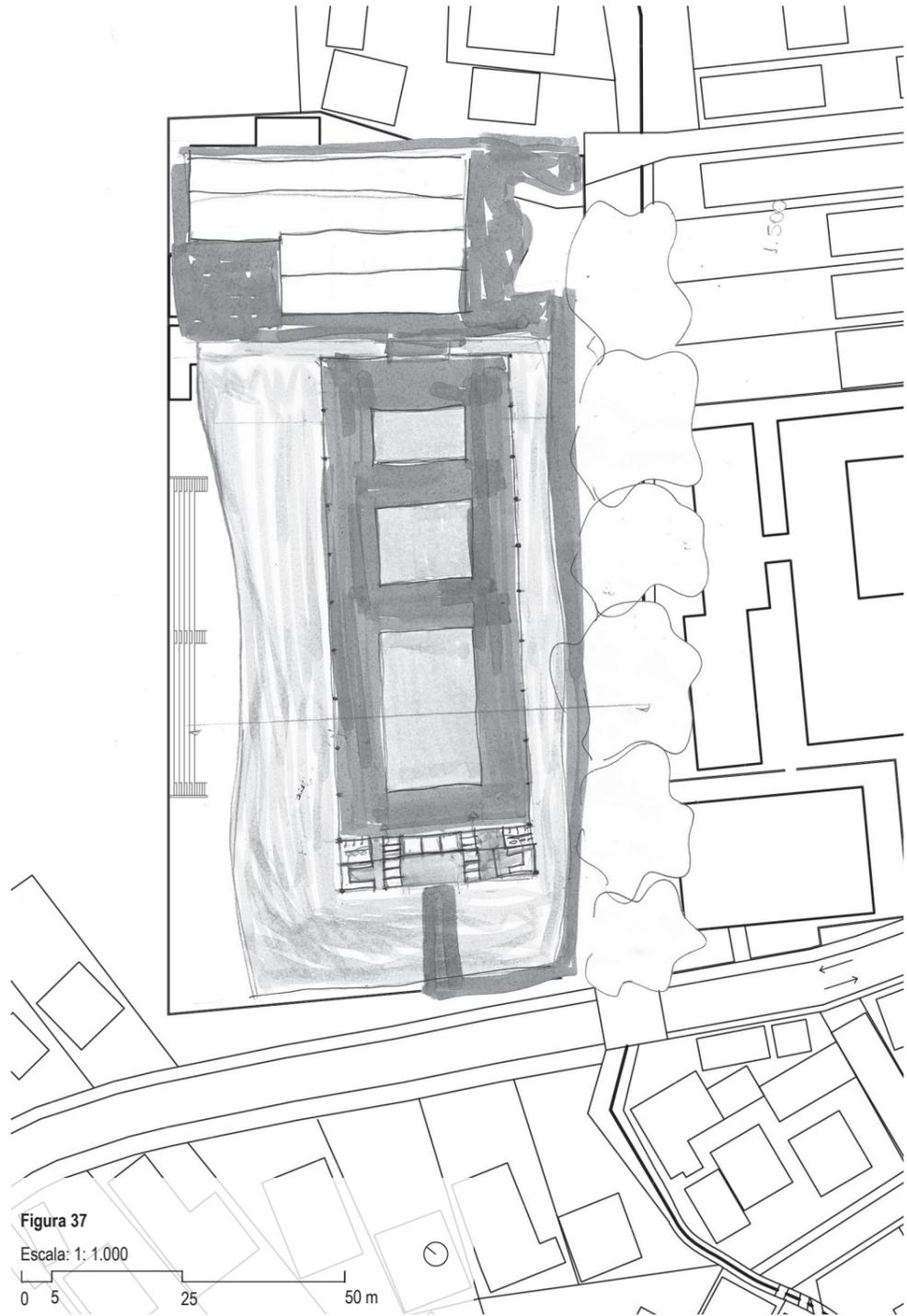
A última visita mostrou pontos de infiltração no concreto da arquibancada e optamos por utilizar a água que flui das montanhas para ali semear um jardim. Agora coberto, o programa se aproxima da arquibancada jardim. Testamos a piscina semiolímpica dentro e duas piscinas de igual tamanho e mais rasas fora. Quanto aos vestiários, optamos por um único vestiário para ambos os esportes e encaixamos como desenho complementar ao da creche ao fundo, que tem como construção neste espaço uma casa de caseiro e o antigo vestiário totalmente destruído.

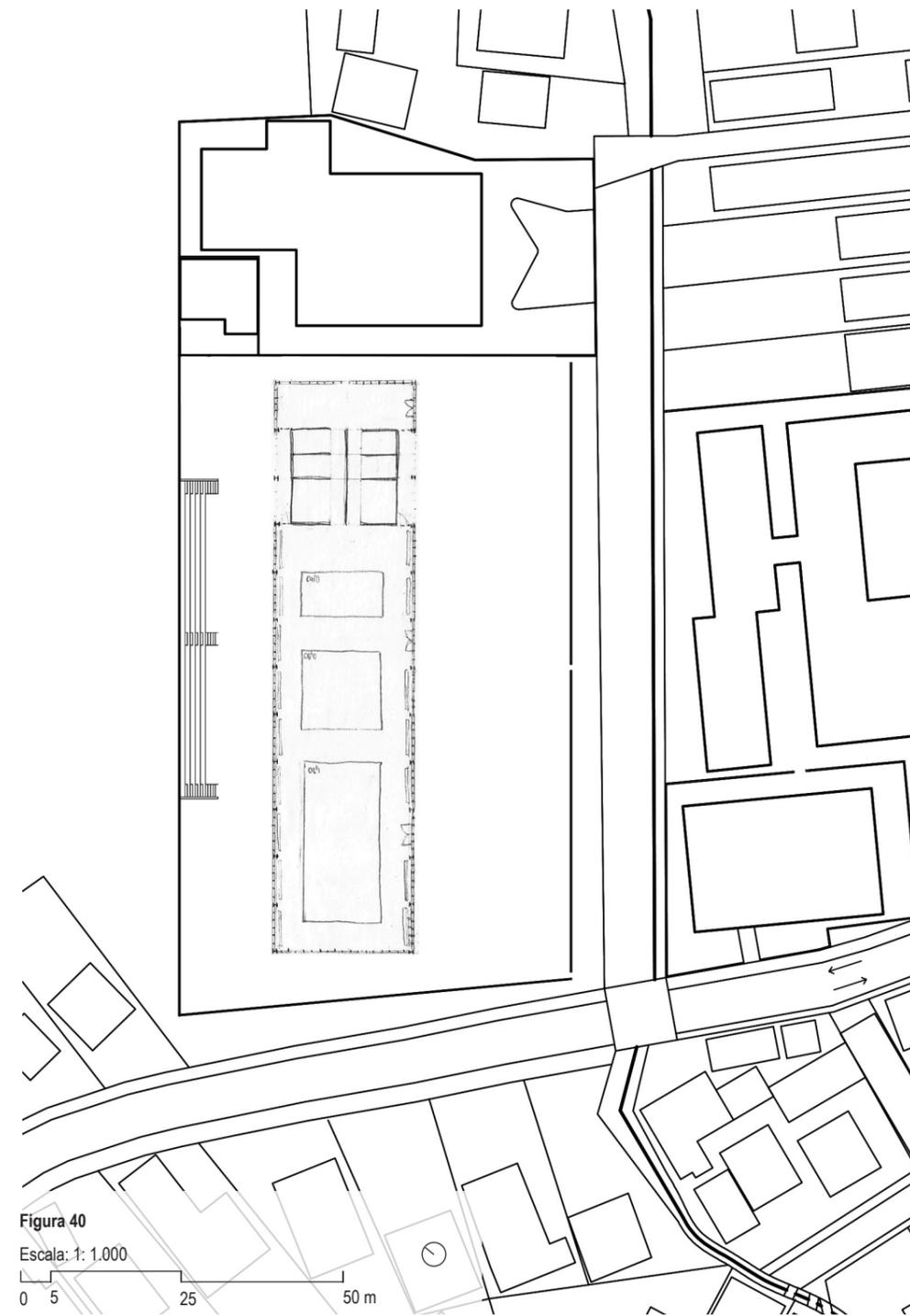
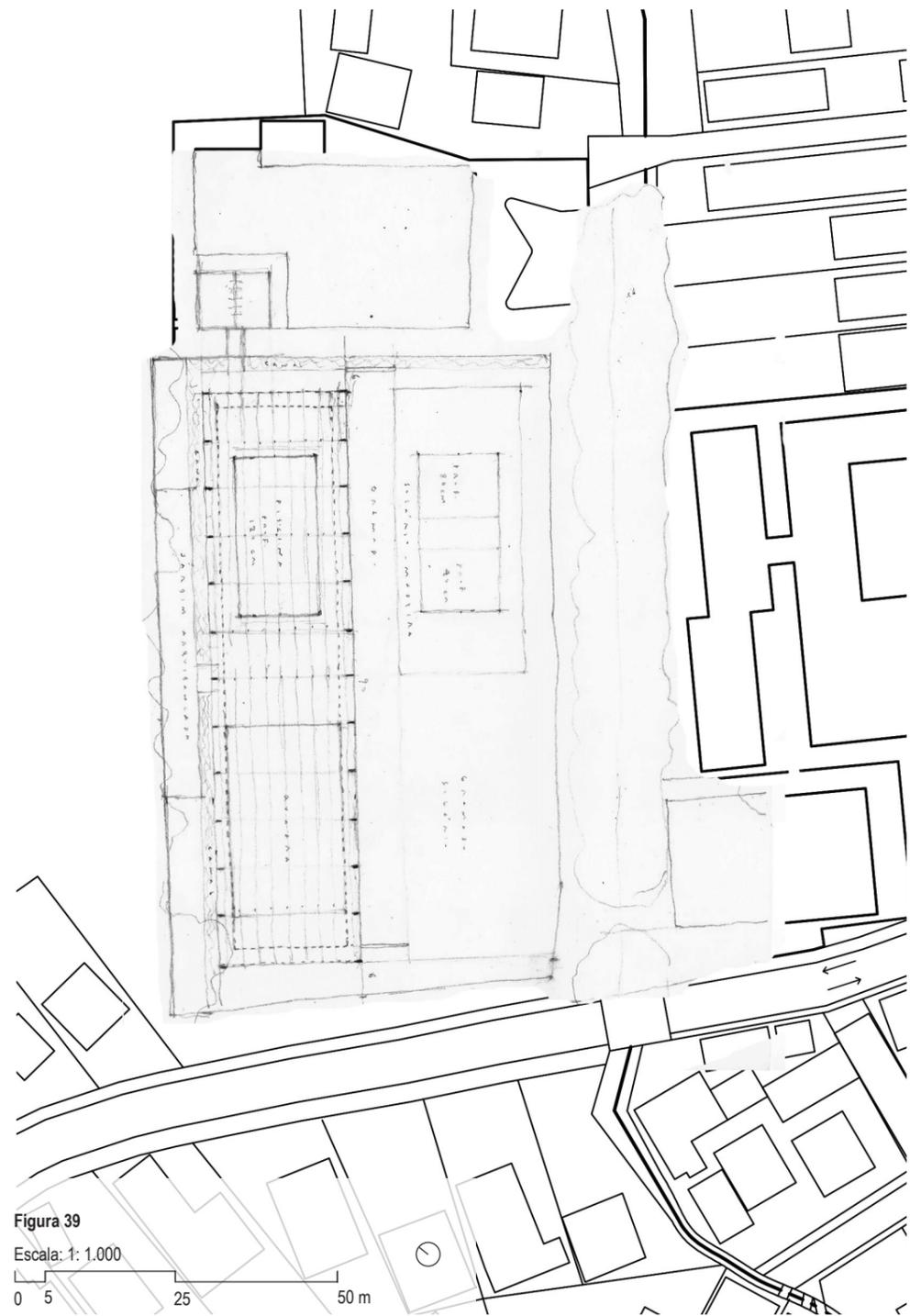
Novamente encaramos a dificuldade de mesclar os programas, agora de quadra e piscinas. Por fim, considerando as opções descritas dos desenhos que seguem, o programa se define com três piscinas de tamanho e profundidades diferentes, cobertas dentro de um pavilhão de vidro que, além de se aproximar da arquibancada jardim, se afastar do córrego.¹ (Fig. 40)

Apesar de termos considerado diversas áreas de apoio para funcionários e usuários nos desenhos iniciais, apresentamos como resultado deste exercício um desenho que representa o programa básico de piscina e vestiário. Portanto, assim como a quadra coberta na esquina, os demais programas de administração e serviço não foram definitivamente resolvidos durante essa pesquisa e por isso outras possibilidades ainda devem ser avaliadas.

1. Como definem as resolução ambientais.







3.3. PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E MEMORIAL DE PROJETO.

1-O Balneário Municipal tem como partido a comunicação com a comunidade do bairro Santa Cruz. Dentro de um pavilhão de cristal, as piscinas são vistas mesmo por quem não adentra o lote e permite que sua atmosfera lúdica se espalhe para além de suas fronteiras, como o córrego que o permeia e se vai. Além do lote e na mesma quadra estão a Creche Historiador Pedro Paulo Filho e a Escola de Ensino Fundamental Lucila Cerquera e são pelas pontes que fazemos um convite formal para recebê-los.

2-Os plátanos arborizam as principais vias da cidade, nessa quadra elas marcam uma rua sem nome e sem registro, mas que da pista da sua época pela pavimentação macadamizada que direcionava unicamente á creche, mas que, refeito o desenho do lote ela se torna de fato uma via de comunicação para quem desce a escadaria vindo da Vila Albertina.

3-As pontes do Córrego da Serraria promovem a circulação sob as águas e trazem os visitantes para dentro. Internamente o solário envolve as piscinas e promove pontes de circulação segura entre elas.

4-Dentro, as piscinas são pra todos e para todas as idades, com a modulação de 2,5m elas seguem tamanhos e profundidades progressivas.

5-Dentro, o vestiário é a única massa opaca na construção. Nele, o usuário segue a tríade de trocar, guardar e banhar. Depois disso está pronto para nadar.

6-O intuito é promover um contato com as águas de diferentes formas: como usuários das piscinas internas, e como contemplador, do que ocorre dentro e fora.

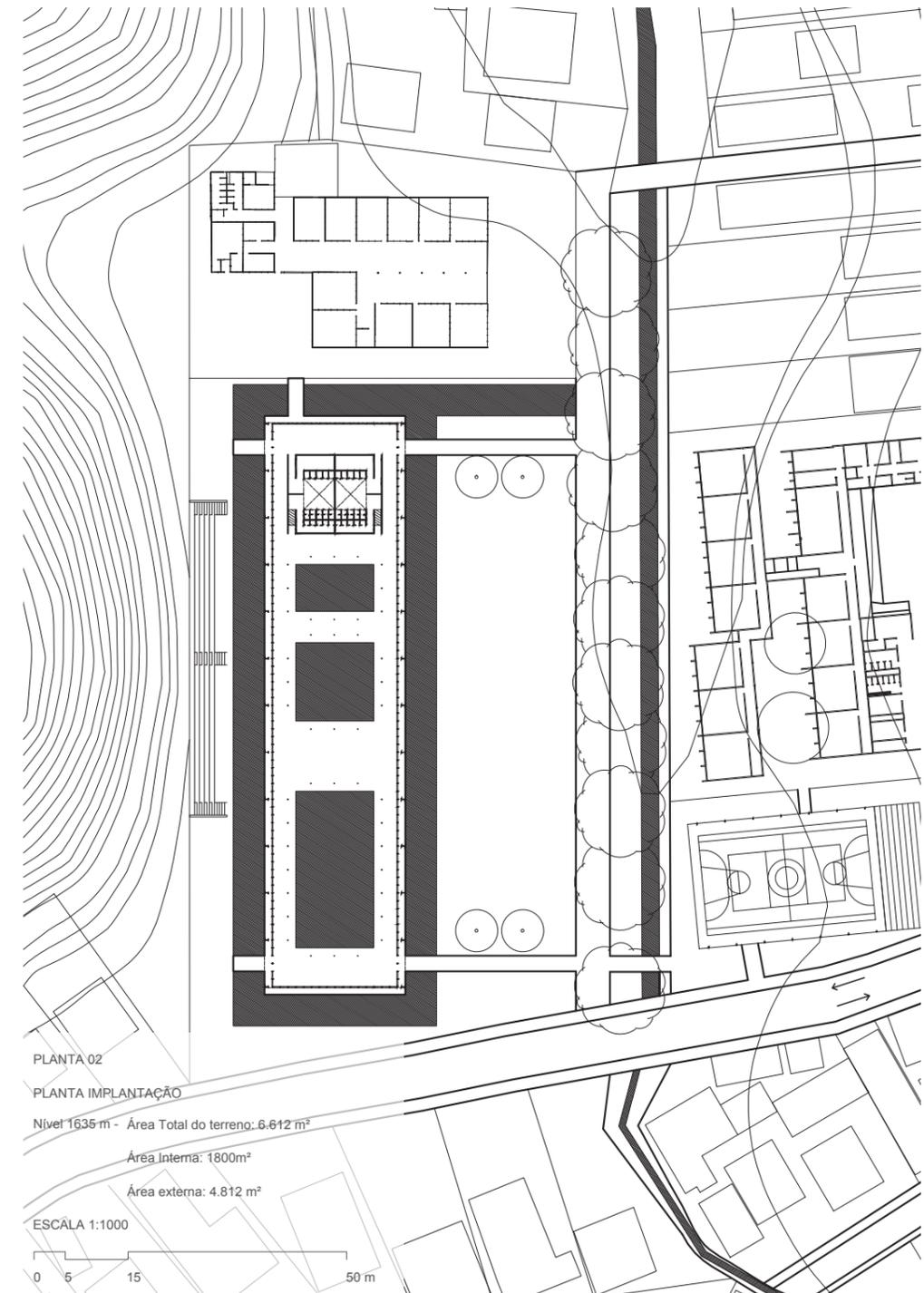
7-Fora está o Córrego e os espelhos d'água que envolvem o pavilhão de cristal e, com um jardim aquático, filtram e conduzem as águas pluviais até seu leito.

8-Fora está o gramado, antigo campo de futebol e espaço livre para livre apropriação. Como memória do campinho a arquibancada se torna um jardim escalado, até chegar às araucárias na montanha.

9-Como referência aos plátanos que conduzem um caminho e como memória das traves do gol, que ali se encontravam, plantamos quatro árvores, de menor porte, para direcionar o caminho de entrada e que ainda podem servir como referência para uma brincadeira de bola.

10-Resumindo, a solução apresentada é um programa de simples apreensão. Conforme se viu, outras soluções foram consideradas e cada elemento projetado foi fruto de um diálogo com o lugar, o que não exclui a possibilidade de que outros diálogos incitem e adequem os usos a necessidades presentes e futuras num construção coletiva do lugar.

Balneário Municipal de Campos do Jordão. Lugar das águas, lugar dos fixos, lugar em constante construção.



4.0. Construção.

4.1. Introdução.

Este capítulo tem como objetivo caracterizar a Arquitetura da Construção.

Como estudante de Arquitetura com pouquíssimas experiências em detalhamento construtivo e canteiro de obras, esta etapa se mostrou o campo de maiores inseguranças.

Opções construtivas surgiram ao longo do processo de desenvolvimento do programa e cogitamos por ora a utilização de madeira visto que o município de Campos do Jordão possui madeira pinus de reflorestamento.

Com a definição de adentrar as três piscinas num único pavilhão estudamos opções para a construção de um volume de 90.00x 22.50 x 5.00m (LxPxH).

De imediato optamos em trabalhar com estruturas metálicas, desenvolver um pavilhão de ferro e vidro, ou uma grande estufa que, além de aquecer a piscina naturalmente, traria a resistência necessária para vencer o vão luz de 22.50m.

Os materiais consultados foram desenhos de colegas do Laboratório de Projeto que redesenharam os galpões de estrutura metálica da Unifesp com telha trapezoidal (Susan e Eduardo) e a estrutura do CEU que o Professor Alexandre Delijaicov tem de cabeça.

O Método foi o desenho dos cortes e fachadas em escala 1:100, que são os resultados deste capítulo, mas que exigiram alguns desenhos tridimensionais para compreensão que seguem como ilustração do processo construtivo dos módulos com vãos de 22.5m, 7.50m, 2.50m, 1.25m para os seguintes componentes metálicos:

Pilares – perfil i

Vigas de borda/ platibanda – perfil i

Vigas transversais - perfil i

Vigas calhas u – perfil i

Terças – perfil i

Caixilhos – perfil I

Figura 41 - Eixos.

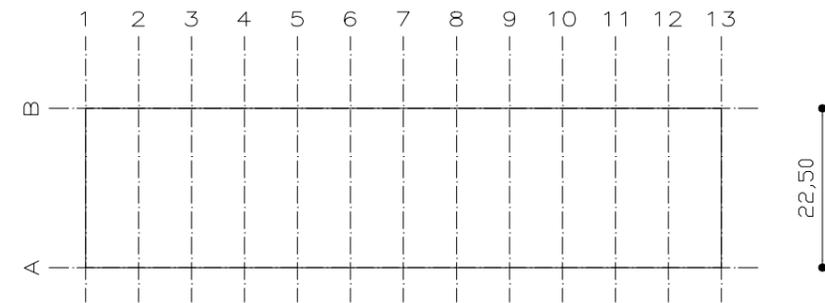


Figura 42- Pilar.

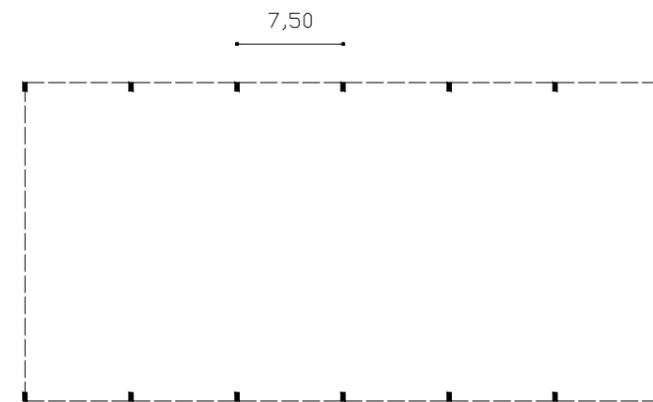
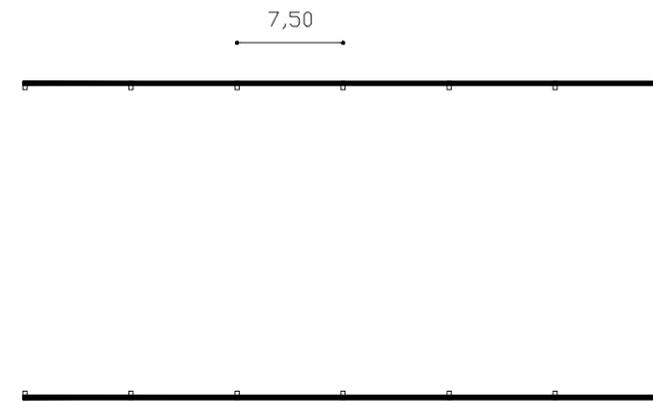


Figura 43 - Viga de borda/ Platibanda



O cálculo do pavilhão está modulado com dois vãos de 22.5m no sentido transversal e 7.5m no sentido longitudinal, conforme figura 41. Os 22.50m tem a função de acomodar os tanques de largura 12.0 e o solário. Para os 90.00m optamos utilizar a modulação longitudinal de 7.5m tendo a estrutura metálica do CEU como referência.

Dessa forma, os pilares, dispostos a cada 7,5m tem a designação VS com sua Altura (Alma) e Banzo seguindo na proporção 1:1/2 (Fig. 42). Com dimensões de 0.30x 0.60m e altura de 5.00m, pé direito suficiente para o programa, o pilar tem sua maior dimensão de 0.60m voltada para o maior vão, de 22.50m.

Sobre os 0.60m do pilar passa perifericamente ao pavilhão uma viga de amarração de borda de 0.30m de largura, que, soldada com o pilar tem função estrutural e a função de platibanda que esconde o telhado, deixando a forma pura (Fig. 43). Sob os outros 0.30m de largura sobre o pilar estão acomodadas transversalmente as vigas que são os elementos que permitem o vão maior e acompanham o pilar a cada 7.50m. (Fig. 44)

Paralelas á viga de borda, entre os pilares e vigas transversais temos uma série de vigas calhas que, com condutores soldados ao pilar, conduzem a água até os espelhos d'água que conduzem ao córrego da Serraria. (Fig. 45)

A cobertura é feita por telhas trapezoidais que conduzem a água até as calhas. As telhas se apoiam em terças longitudinais que, assim como a viga de borda, vencem vão longitudinal de 7.50m e estão dispostas modularmente a cada 2.5m. (Fig. 46)

Por fim, os caixilhos seguem uma modulação de 1,25m horizontalmente e fecham a modulação exata perimetral ao se desvencilharem do pilar, que fica externo, criando um espaço de 1.25m recuado dos panos de vidro ainda sob a cobertura das telhas. (Fig. 47)

Esse recuo permitir a continuidade da modulação e cria novos espaços. Além disso, juntamente com os pilares funcionará como brises que protegem o pavilhão do sol da manhã. Nos extremos verticais dos caixilhos projetamos pequenos respiros de grelha metálica de 30 cm para permitir a ventilação natural dentro do pavilhão, assim como um lanternim sobre os boxes do vestiário para ventilação e iluminação natural.

Figura 44 - Viga Transversal

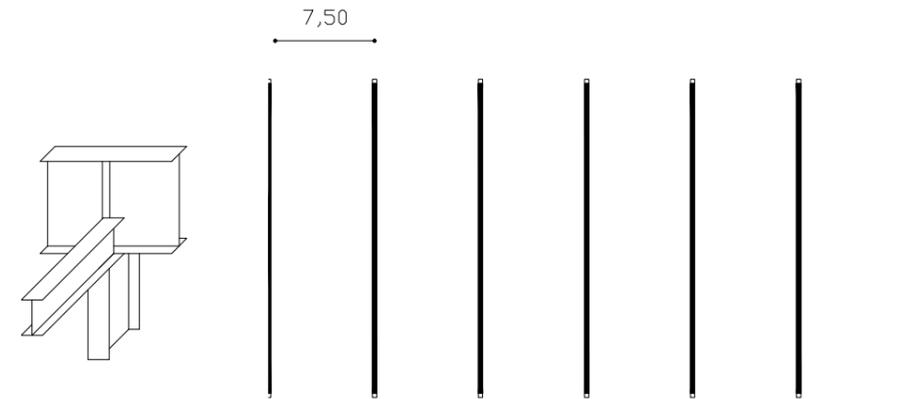


Figura 45 - Viga Calha



Figura 46 - Terças

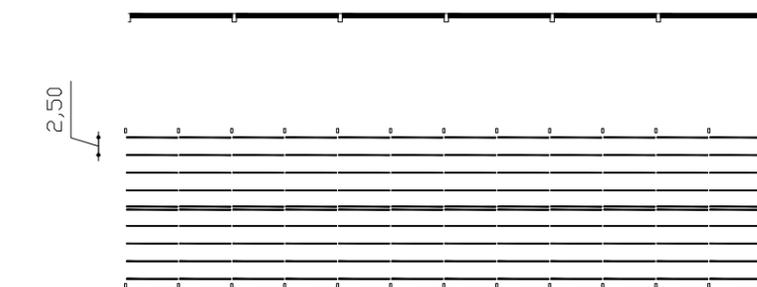
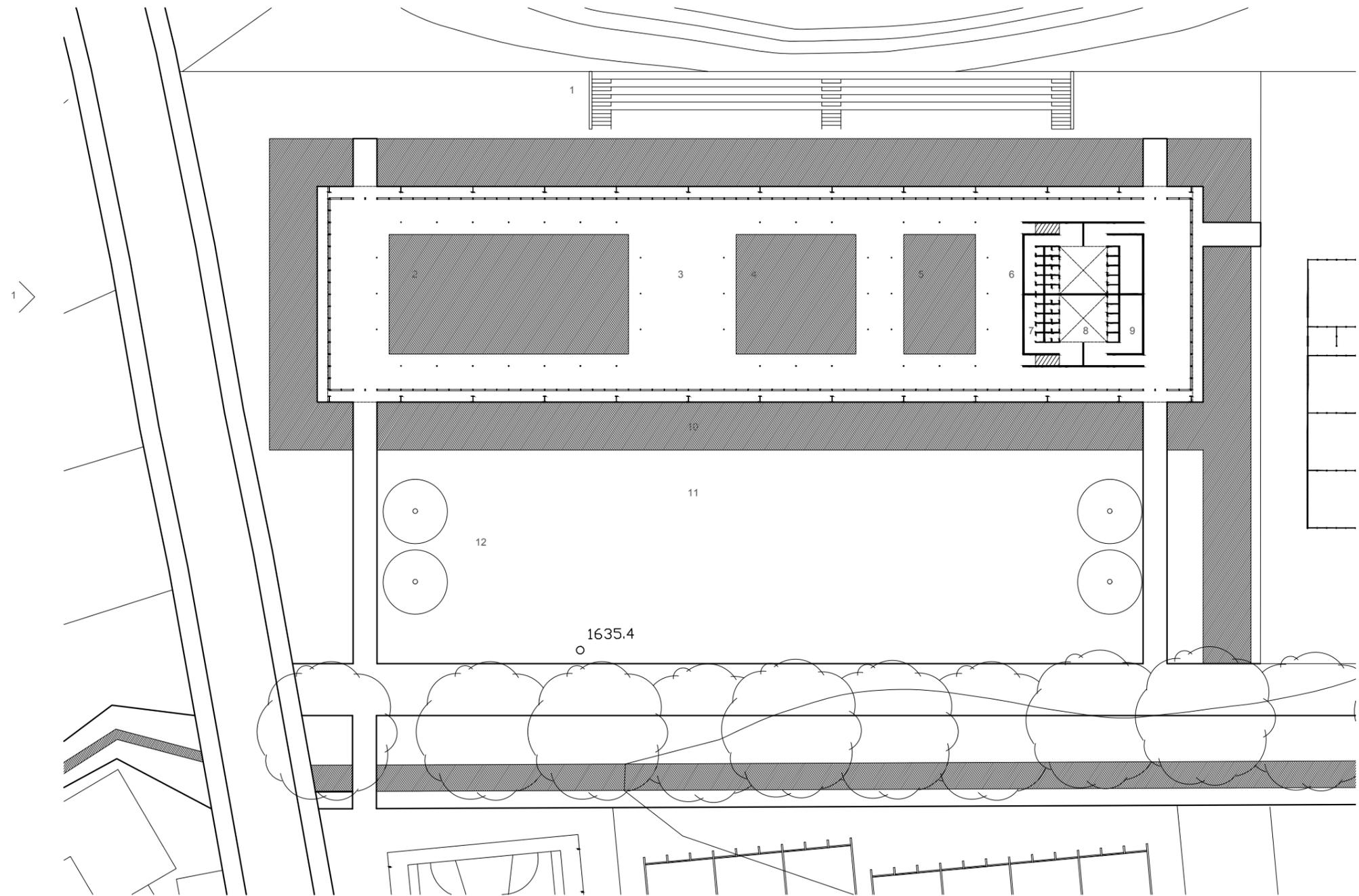


Figura 47 - Caixilhos



4.2. Plantas, Cortes e Elevações

- 1 - Arquibancada Jardim
- 2 - Piscina 1.20m
- 3 - Casa de Máquinas
- 4 - Piscina 0.80m
- 5 - Piscina 0.40m
- 6 - Vestiário Feminino e Masculino
- 7 - Vestiários - Duchas
- 8 - Vestiários - Bacias e Duchas com trocador
- 9 - Vestiários - Armários
- 10 - Espelho d'água
- 11 - Gramado
- 12 - Antigas Traves do Campinho com árvores



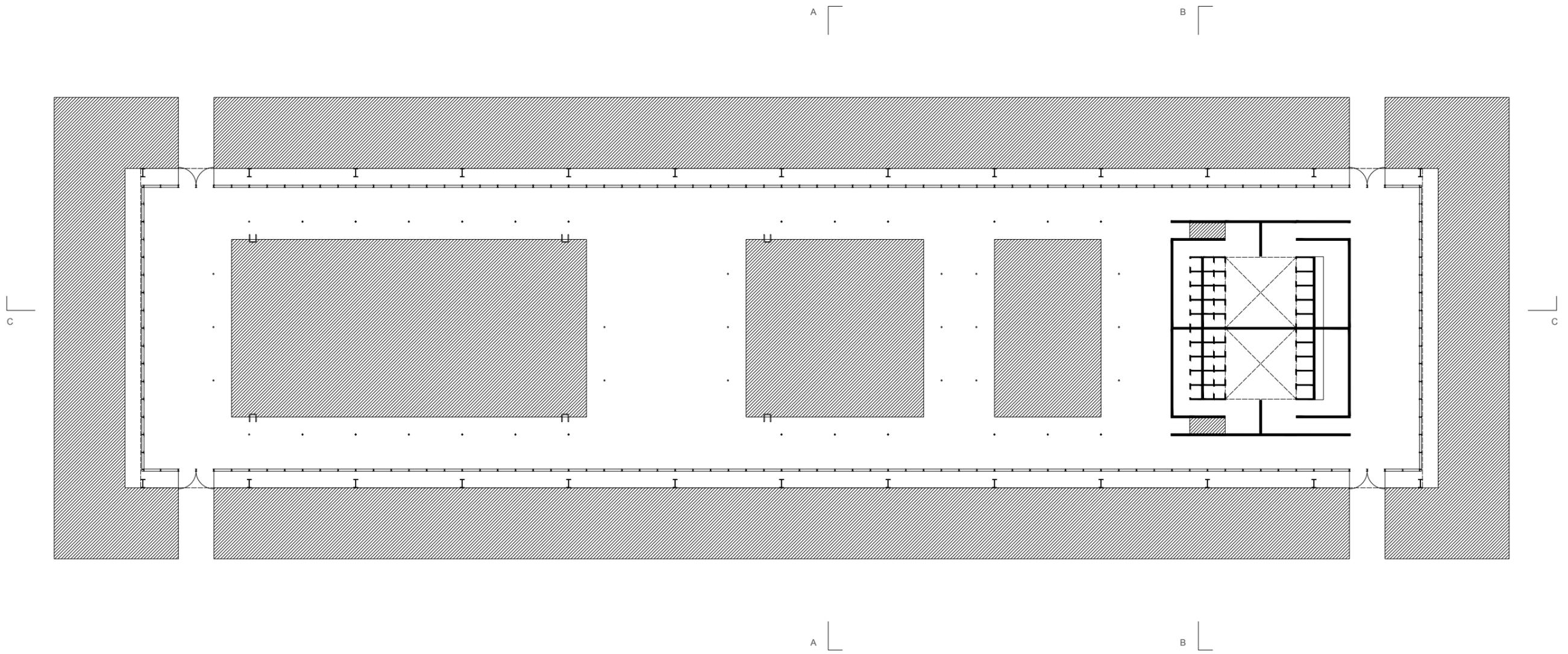
1635.4

PLANTA IMPLANTAÇÃO

Nível 1635 m - Área Externa Total = 4.812 m²
 Área Externa Pavimentada - com canal e plantas aquáticas = 1.298 m²
 Área Externa Pavimentada - circulação = 515 m²
 Área Externa Pavimentada - Arquibancada Jardim = 216 m²
 Área Externa não Pavimentada - Gramado = 2.783 m²

Escala 1:500



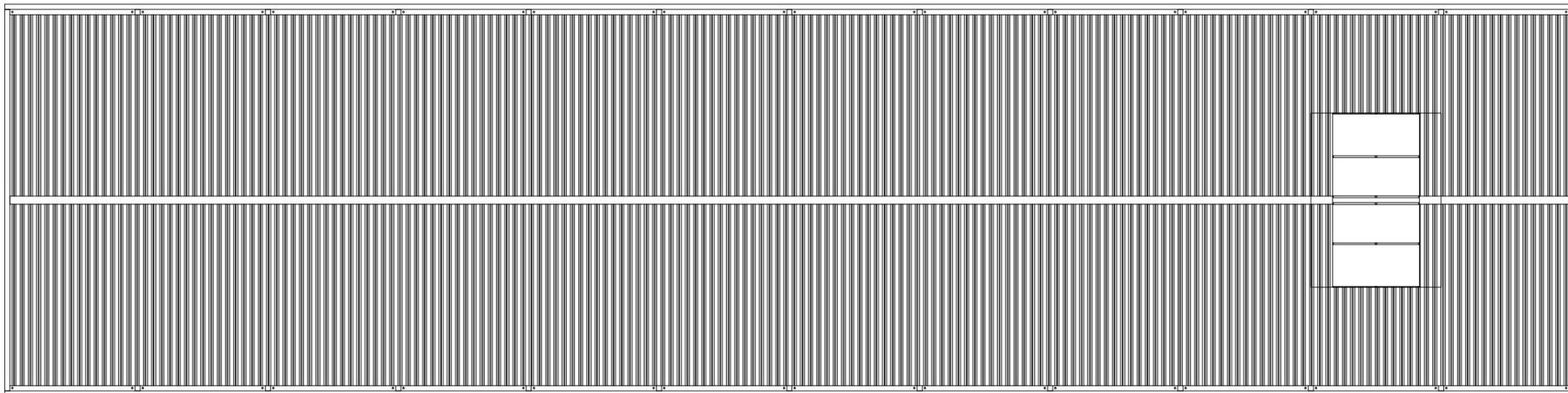


PLANTA TÉRREO

Nível 1635 m - Área Interna Construída = 1800 m²
 Área Piscinas = 562,5 m²
 Área Vestiário = 191,36 m²
 Área Ciculação/Solario = 1.046,14 m²

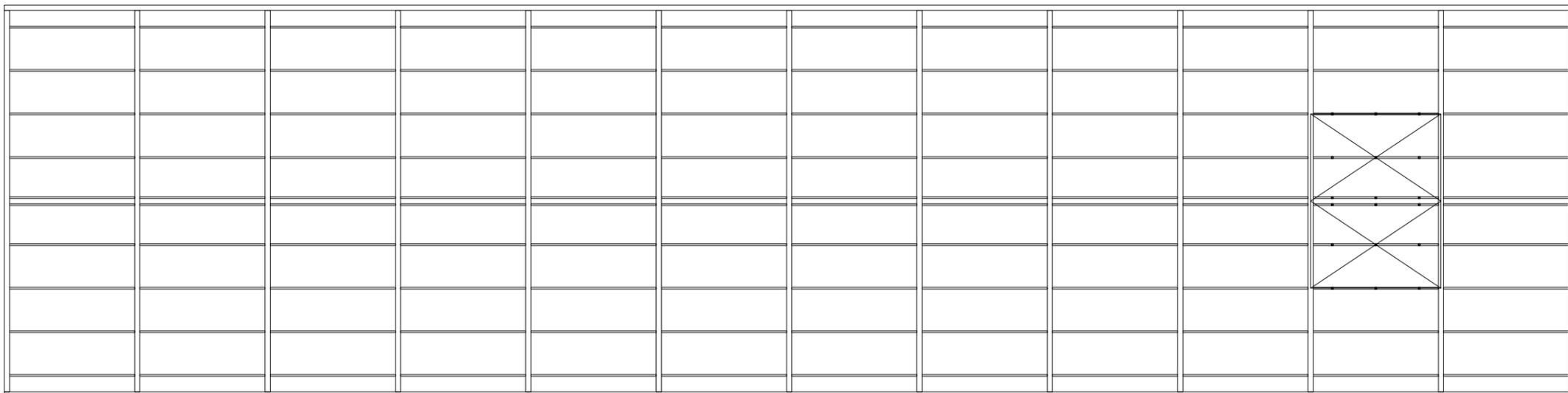
Escala 1:300





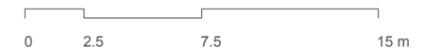
PLANTA COBERTURA

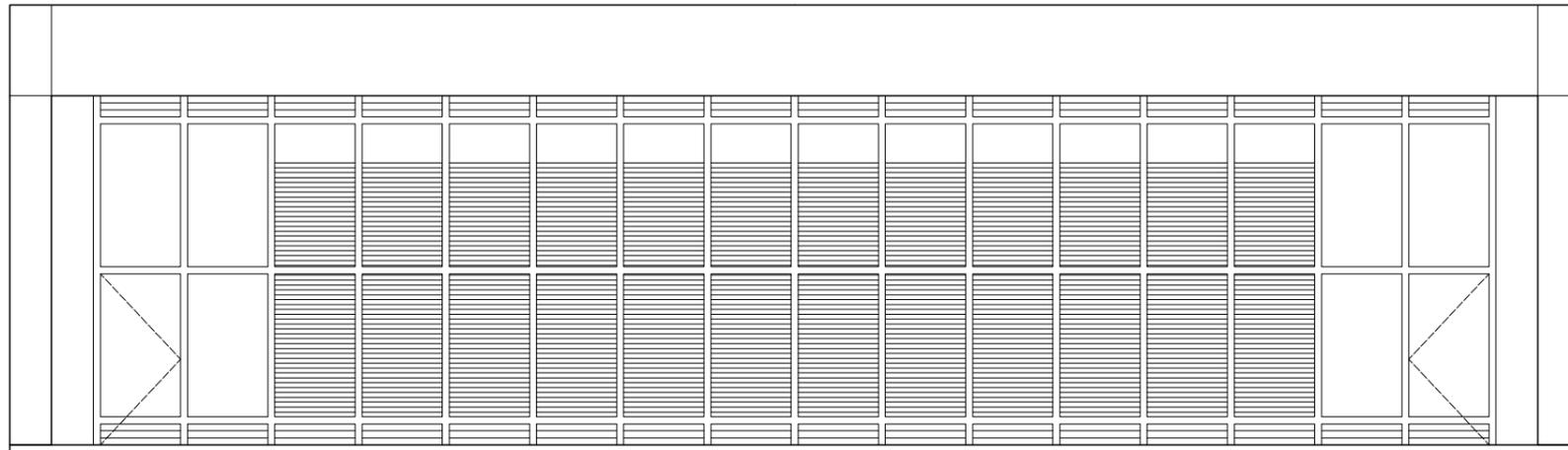
Escala 1:300



PLANTA FORRO

Escala 1:300

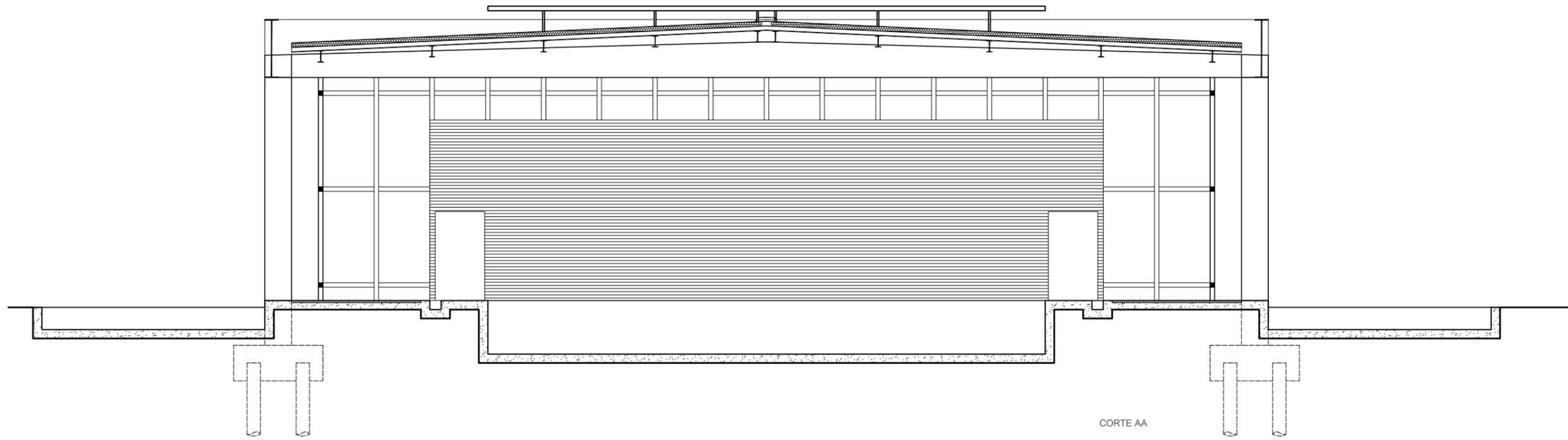




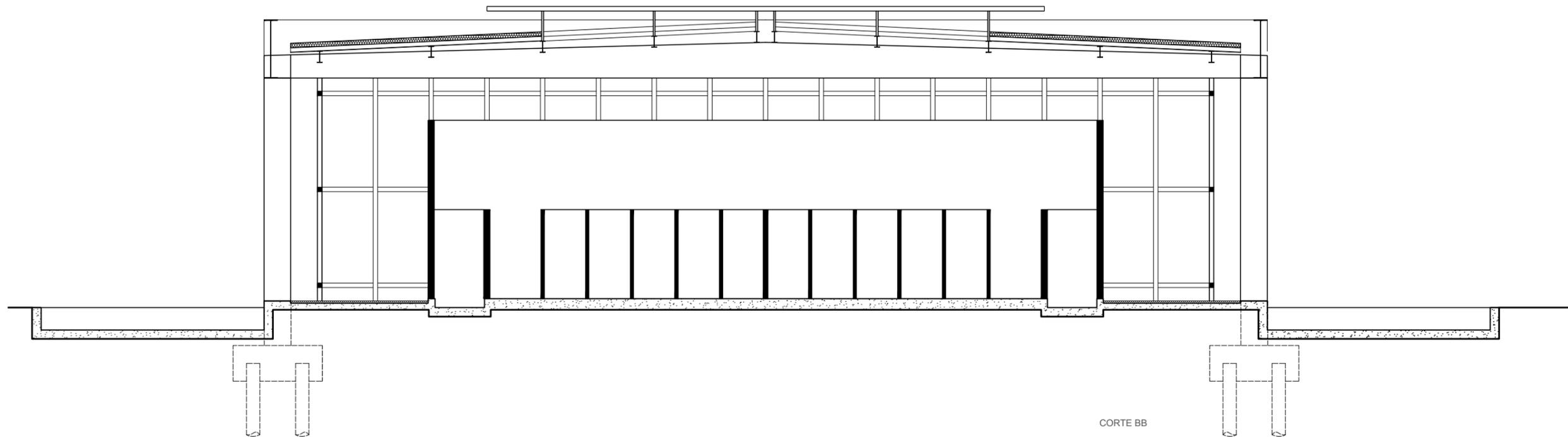
ELEVAÇÃO - NORDESTE - RUA DA SERRALHERIA

Escala 1:100



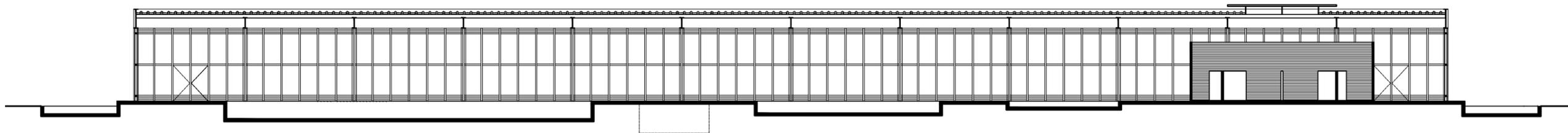


CORTE AA
Escala 1:100

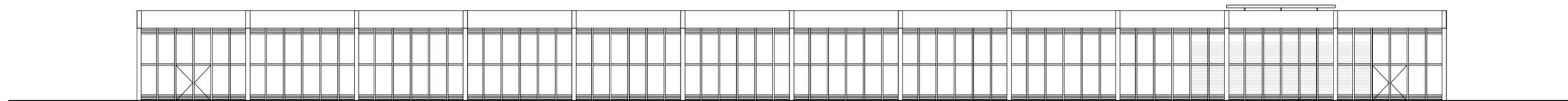


CORTE BB
Escala 1:100



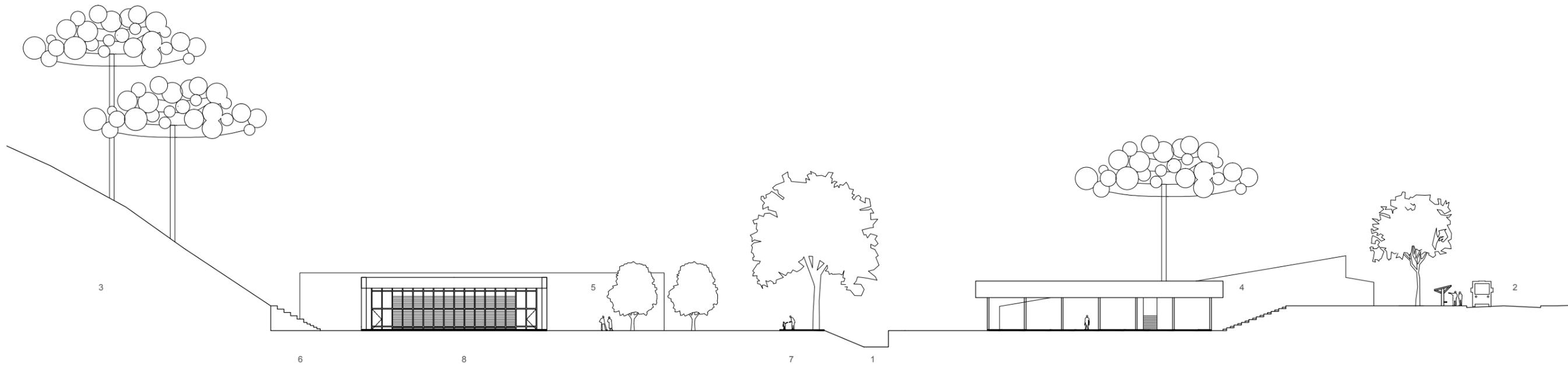


CORTE CC
Escala 1:300



ELEVAÇÃO - NOROESTE - CÔRREGO DA SERRALHERIA
Escala 1:300



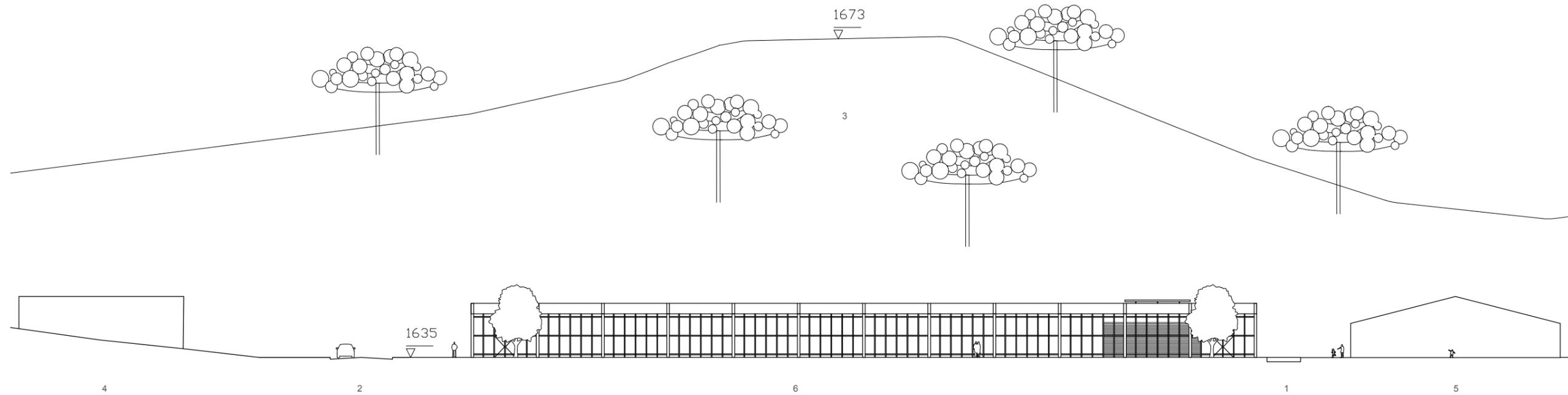


VISTA 1 - NOREDESTE - RUA DA SERRALHERIA

- 1 - Corrego Serralheria
- 2 - Av. Matheus da Costa Pinto
- 3 - Montanha de Araucárias
- 4 - EMEF Lucinda Cerquera/ quadra coberta
- 5 - CEI Historiador Pedro Paulo Filho
- 6 - Arquibancada Jardim
- 7 - Rua sob linha de Platanus
- 8 - Pavilhão das Piscinas

ESCALA 1:500





VISTA 2 - NOROESTE - CÓRREGO DA SERRALHERIA

- 1 - Canal para desague no Córrego Serralheria
- 2 - Rua da Serralheria
- 3 - Montanha de Araucárias
- 4 - Habitação T + 1
- 5 - Creche Historiador Pedro Paulo Filho
- 6 - Pavilhão das Piscinas



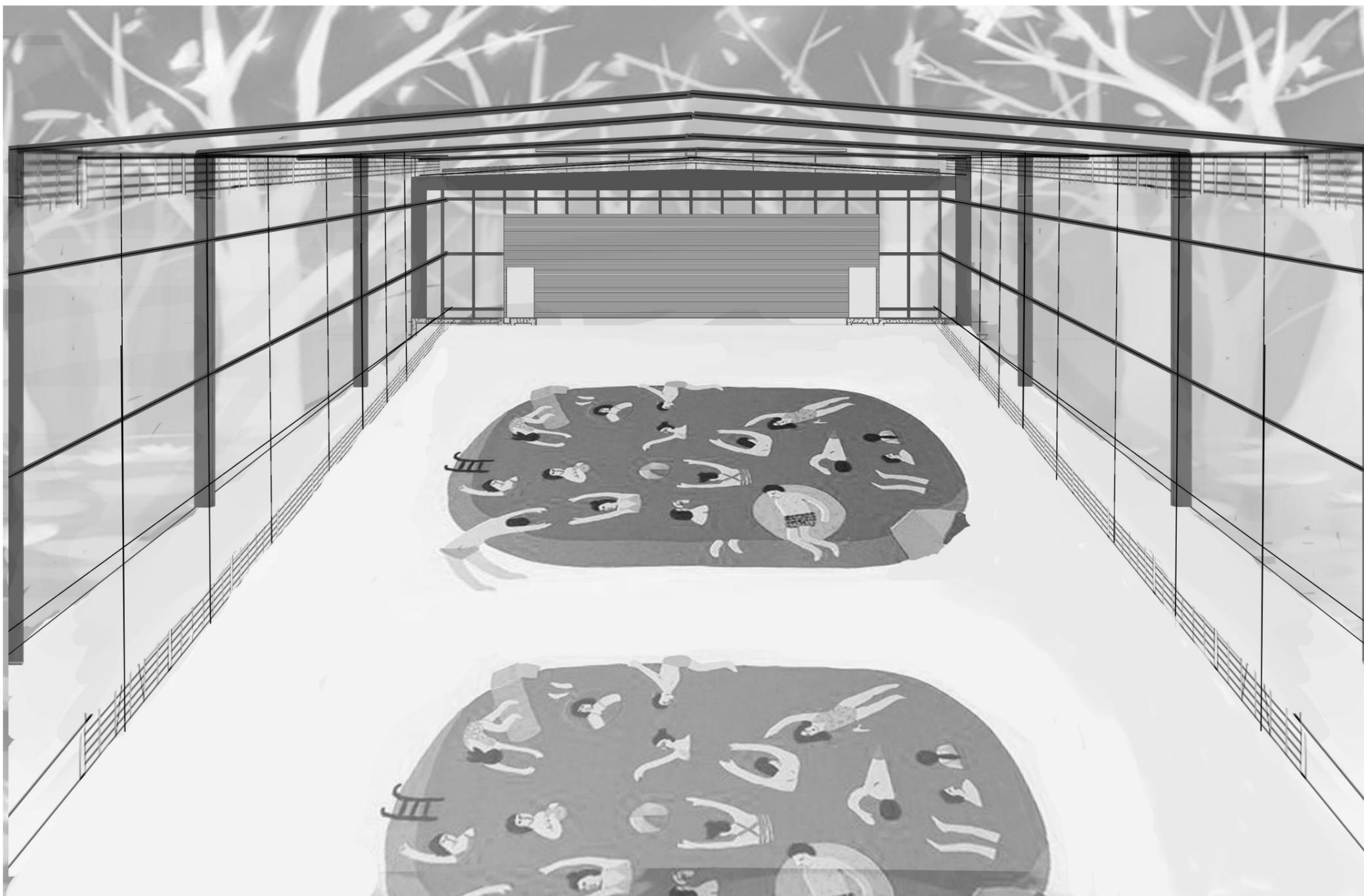


Fig. 49 - Colagem - Balneário Municipal de Campos do Jordão

5.0. Considerações Finais

Este trabalho tem como conclusão algumas reflexões que surgiram ao longo dessa pesquisa sobre Arquitetura do Programa de Equipamentos Públicos.

As Reflexões surgiram na convivência do Laboratório de Projeto com os demais pesquisadores e o Professor Alexandre, que além de docente desta universidade é arquiteto de carreira da Prefeitura de São Paulo.

Dentro do Laboratório o diálogo se passa quase que integralmente na forma de desenho, tornando uma tarefa difícil teorizar os conceitos apreendidos sobre exercício de projeto de arquitetura pública em busca de qualidade e a atuação ética e responsável como futuros arquitetos(as). O objetivo seria a construção de uma metodologia que ao invés de teorizar esses conceitos busca caracterizá-los por desenho.

Na construção dessa metodologia buscamos caracterizar a Arquitetura do Lugar, Programa e Construção por meio de plantas, cortes e elevações . Contudo, após visualizar o resultado do Balneário se faz importante colocar algumas considerações que partem dele, como o nosso papel quanto universitários no fortalecimento de uma cultura de projeto que é a contribuição com ensino, pesquisa e projetos de cultura e extensão.

Logo, não podemos deixar de expor que, pela dificuldade em encontrar terrenos disponíveis (um problema relatado pelo secretário dos Esportes do Município de Campos do Jordão), o Balneário se loca num espaço publico designado de área livre. Tal conclusão veio com a montagem das Bases do lugar e a leitura do curso do córrego que aponta que existe uma ocupação intensa de espaço público que deveria ser, por definição, livre.

Apesar de essa ocupação ilegal ser recorrente, até mesmo pelo poder público (Fig. 50), a construção de uma cultura de projeto seria o entendimento de não ser mais conivente com esse tipo de ocupação.

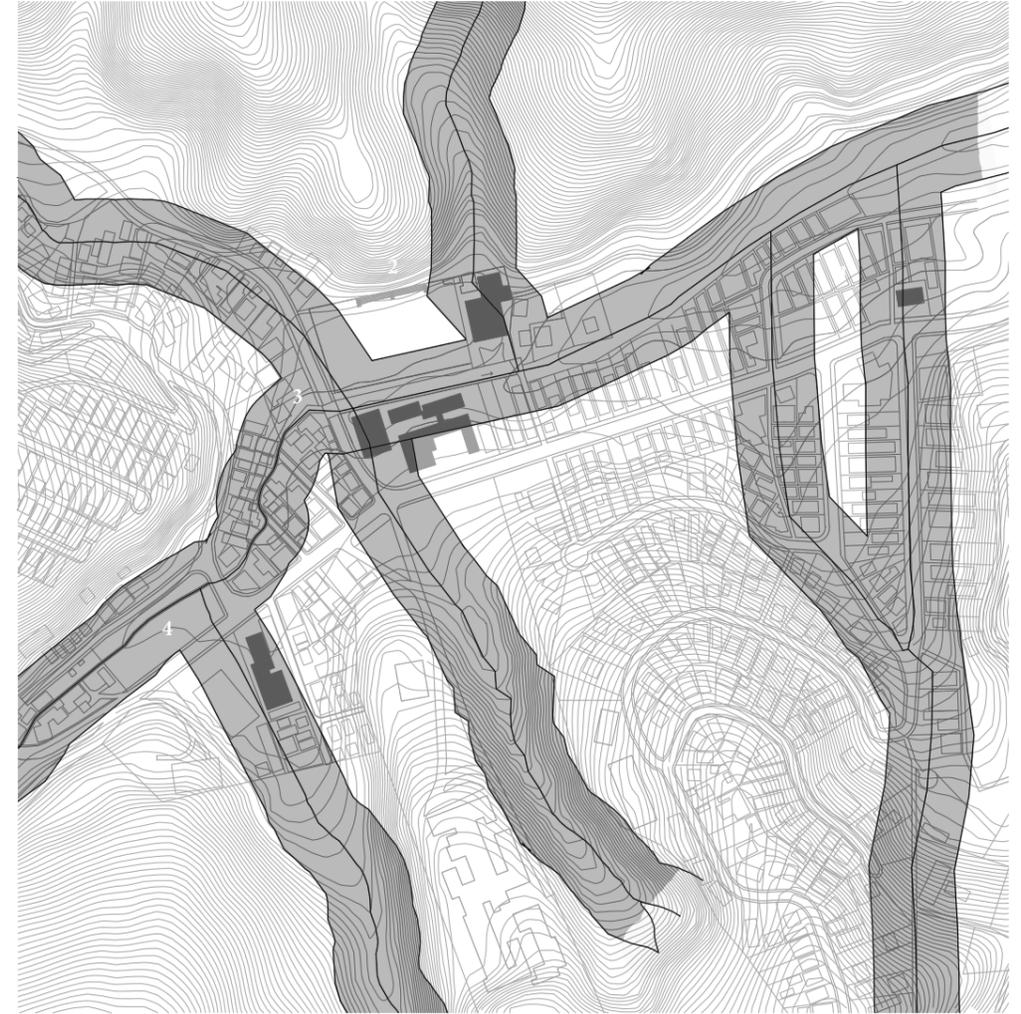


Fig 50. Equipamentos Público Municipais em Área de Espaço Livre.

LEGENDA

- 1 - UBS Santa Cruz
- 2 - Creche Historiador Pedro Paulo Filho
- 3 - Escola De Ensino Fundamental Lucila Cerquera
- 4 - Obra Social São José
- - Marcação de 30m em torno dos corpo d'água

Bibliografia

Lugar - Regional

MARZOLA, N. O Processo de Regionalização do Estado de São Paulo a partir de 1950: Estudo de Caso da região de Campinas. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, 1991.

Sites

<http://museusferroviarios.net.br/antigas-companhias/e-f-central-do-brasil/>

<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28936-o-que-e-ecoturismo/>

<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=291472>

<http://www.saosebastiao.tur.br/historia-porto-de-sao-sebastiao.html>

<http://www.abpfsp.com.br/ferrovias.htm>

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia06>

Lugar - Montanha

SAUSSURE, H. B. Voyage dans les Alpes. Imprimerie de la Cour, 1796

HAMMERL, P. C. Por uma cidade turística: Formação e Transformação territorial da estância de Campos do Jordão (sp) – (1911-1966). Santa Catarina. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2016.

CORBIN, A. Território do vazio. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WALTER, François. La montagne des Suisses. Invention et usage d'une représentation paysagère (XVIIIe-XXe siècle). Études Rurales, n.121, p.91-107. 1991.

DEPREST, F. Enquête sur le tourisme de masse: l'écologie face au territoire. Paris: Belin, 1997.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. Geopolítica, Identidade e Globalização. Espanha: Annablume, 2006. ESTÂNCIA DE CURA

Lugar - Campos do Jordão

VIANNA, Paula V. Carnevale; ZANETTI, Valéria; PAPALI, Maria Aparecida. Geografia, saúde e desenvolvimento urbano no interior paulista na passagem para o século XX: Domingos Jaguaribe e a construção da Estância Climática de Campos do Jordão. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.4, out.-dez. 2014, p.1341-1360.

JAGUARIBE FILHO, Domingos José Nogueira. Campos do Jordão: A propriedade do Dr. Jaguaribe. São Paulo: O Pensamento. 1915.

PAULO FILHO, Pedro. História de Campos do Jordão. Aparecida: Santuário. 1986.

BLOUNT, J. A. A administração da saúde pública no estado de São Paulo: o Serviço Sanitário (1892 – 1918). Revista de Administração de Empresas, Rio de Janeiro, out.-dez. 1972, v(12) n(4): 40-48.

CPEU 1963 - COMISSÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO. FAUUSP. São Paulo, 1960.

ABITANTE, Juliana da Camara SEGREGAÇÃO ESPACIAL E ACESSIBILIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CAMPOS DO JORDÃO - SP/ Juliana da Camara Abitante – Itajubá: UNIFEI, 2016.

BERTOLLI FILHO, C. História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 248p. Antropologia & Saúde collection. ISBN 85-7541-006-7.

Turismo

SILVA, MARIA DA GLÓRIA LANCI DA. Os cenários do lazer: turismo e transformação da paisagem urbana. 10 jun. 2003. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo

Arquitetura do Programa de Equipamentos Públicos

Räume Bilden formar espaços, espaços que formam: espaços de transição e arquitetura do programa de equipamentos (edifícios) públicos de educação, cultura, esporte e lazer/ Organizadores: Alexandre Delijaicov e André Takia; Tradução de Melissa Harkin e Adriana Kauffmann. São Paulo : FAU USP, 2017

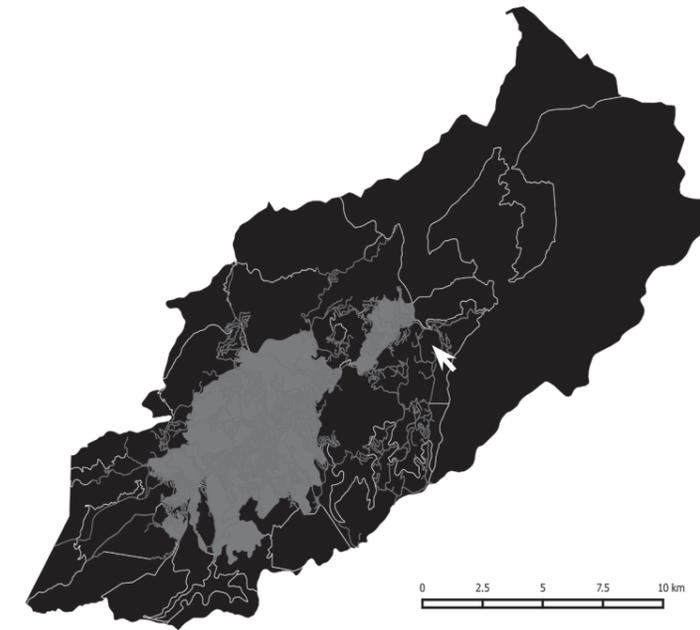
Metodologia

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico, São Paulo. Cortez, 2005.

ARQUIVO	FONTE	DATA	FORMATO
Zoneamento de Campos do Jordão	2008	Prefeitura Municipal de Campos do Jordão	Dwg e pdf
Plano Diretor de Campos do Jordão	2003	Prefeitura Municipal de Campos do Jordão	Dwg e pdf
Diretrizes para Plano Diretor de Campos do Jordão	1960	CEPEU FAU USP	Livro impresso
Ortofoto Campos do Jordão	2012	Prefeitura Municipal de Campos do Jordão	Tiff
Estado de São Paulo 35mu2500gsr	2010	IBGE	sph
Setores de Risco de Campos do Jordão	2015	Instituto Geológico	sph
Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário.	2010	IBGE	Excel transformado em Shp
Carta Brasil em SF-23-Y-B		Emprapa	Raster
Carta da Região Administrativa de São José dos Campos	2007	Governo do Estado de São Paulo	jpg
Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	2013	Prefeitura Municipal da Estância de Campos do Jordão	pdf

Fontes Primárias Consultadas

APÊNDICE 1 - Mapa de Localização do Centro de Alto Rendimento no Município de Campos do Jordão.



- Município
- Setores considerados Urbanos
- ↖ Localização do Projeto

APÊNDICE 2 - Fotos do Município de Campos do Jordão.

BAIRRO DE ABERNÉSSIA



Estação Emílio Ribas



Antigo Prédio da Telefônica - Ruy Ohtake



Biblioteca Municipal



Praça da Bandeira

BAIRRO DE ABERNÉSSIA



Vista aérea do bairro



Fórum Municipal



Comércio na Av. Dr. Januário Miraglia

BAIRRO DE VILA ABERTINA E SANTA CRUZ



Centro de Eventos



Praça Vila Albertina



Sanatório Santa Cruz



Homenagem para Leonor de Moraes Barros,
esposa de Adhemar de Barros

BAIRRO DE VILA JAGUARIBE



Igreja Matriz



Campos de Futebol Oficial



EMEF Domingos Jaguaribe



EMEF Domingos Jaguaribe

BAIRRO DE CAPIVARI



Bar da Baden Baden



Shopping Capivari

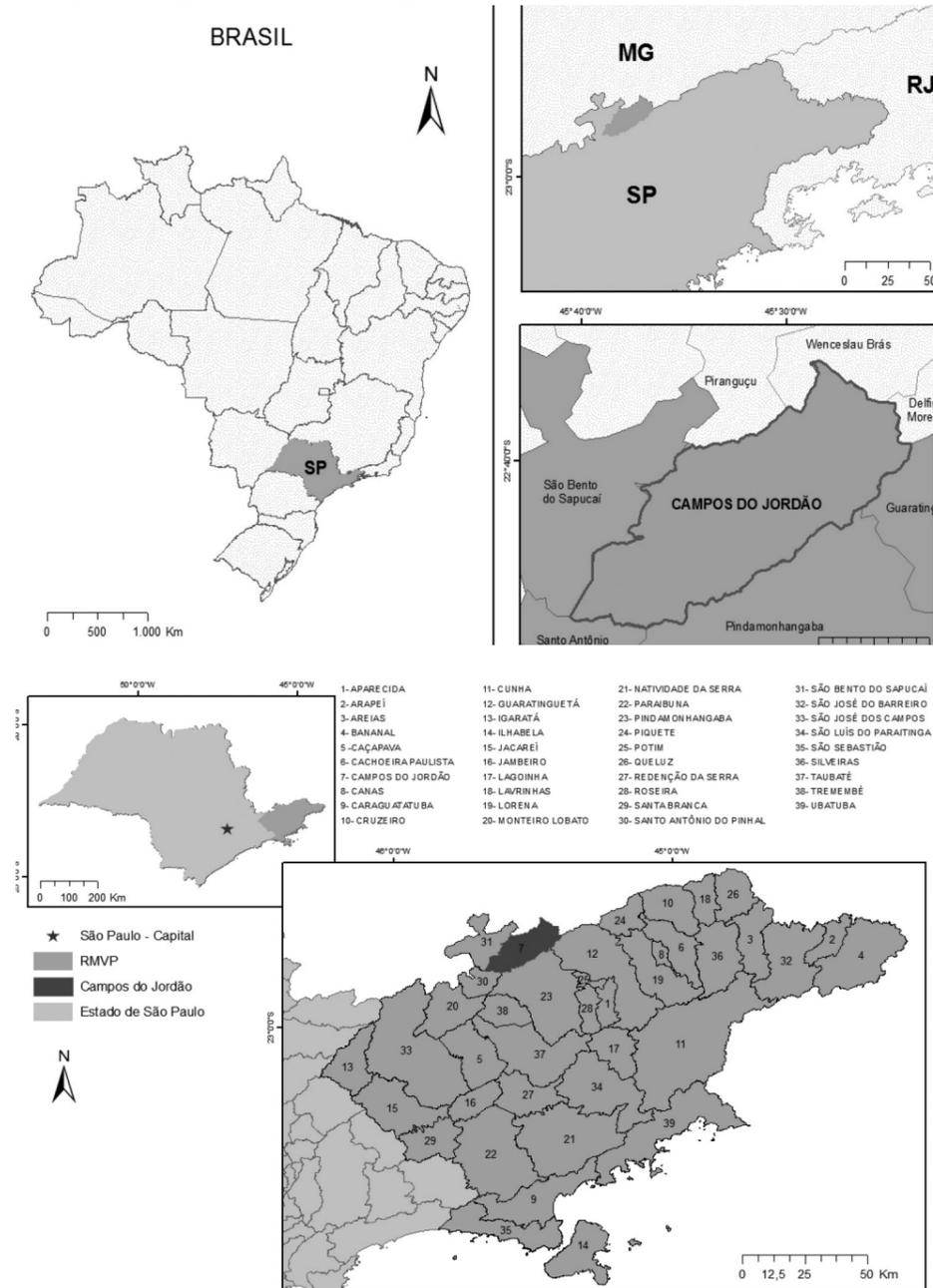


Boulevard Genève



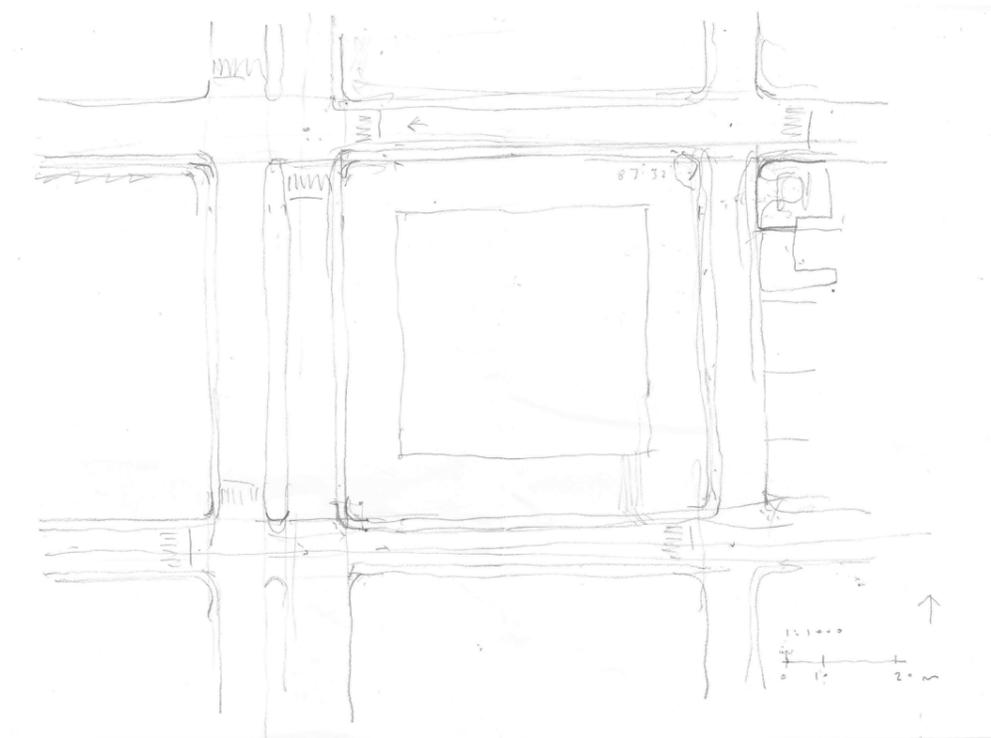
Teleférico

ANEXO 1 - Mapa de Localização de Campos do Jordão e Localização da Região Administrativa de São José dos Campos. Fonte: ABITANTE, 2016.

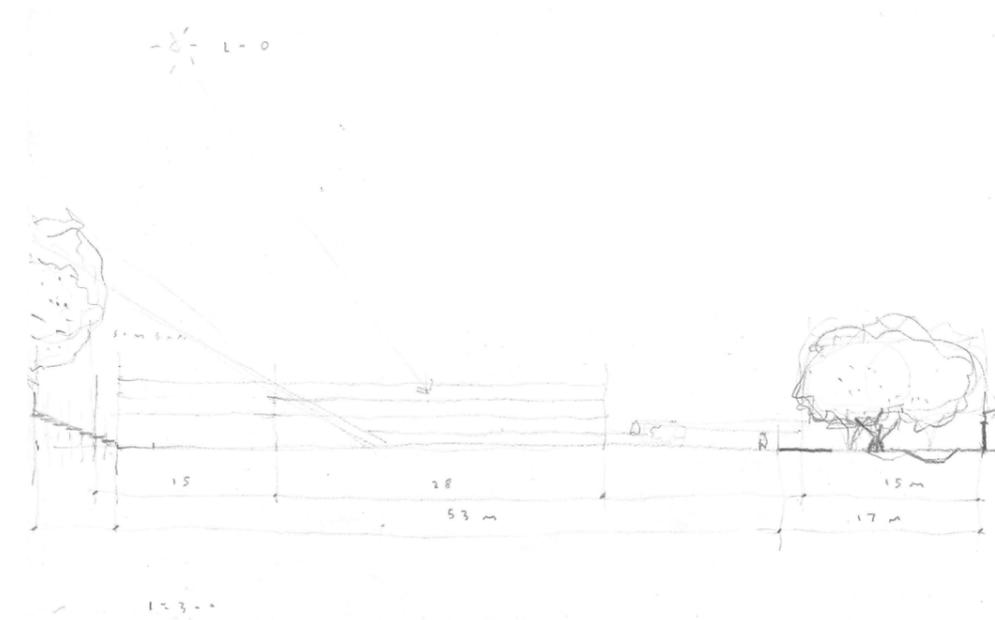


ANEXO 3- Orientação - Diálogo por desenho

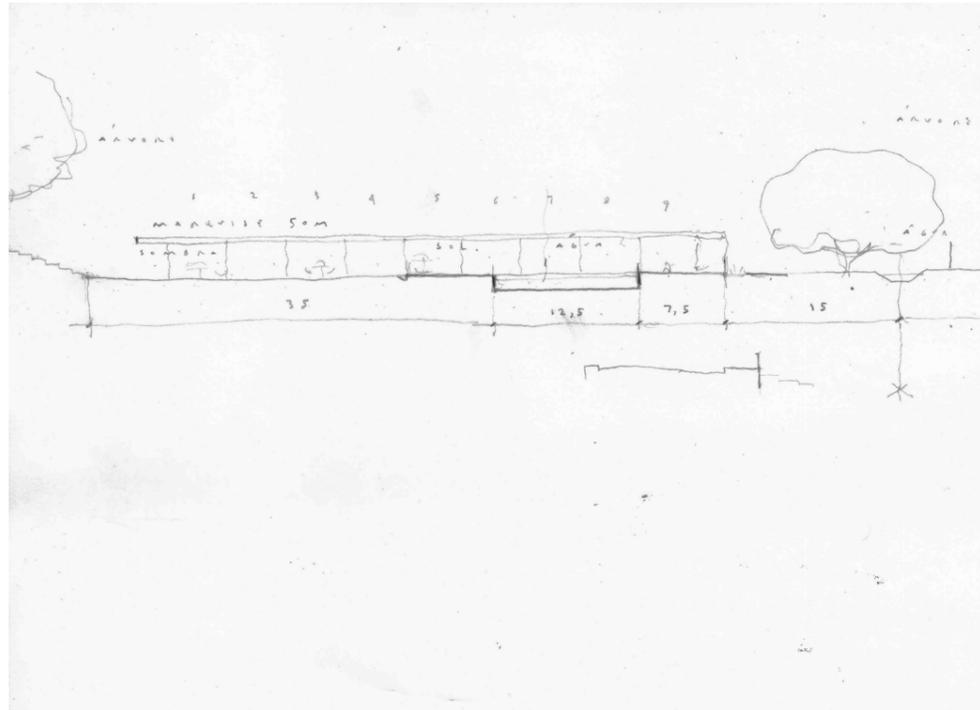
Segue abaixo alguns dos desenhos feitos pelo Professor Alexandre Delijaicov durante as conversas sobre Lugar, Programa e Construção



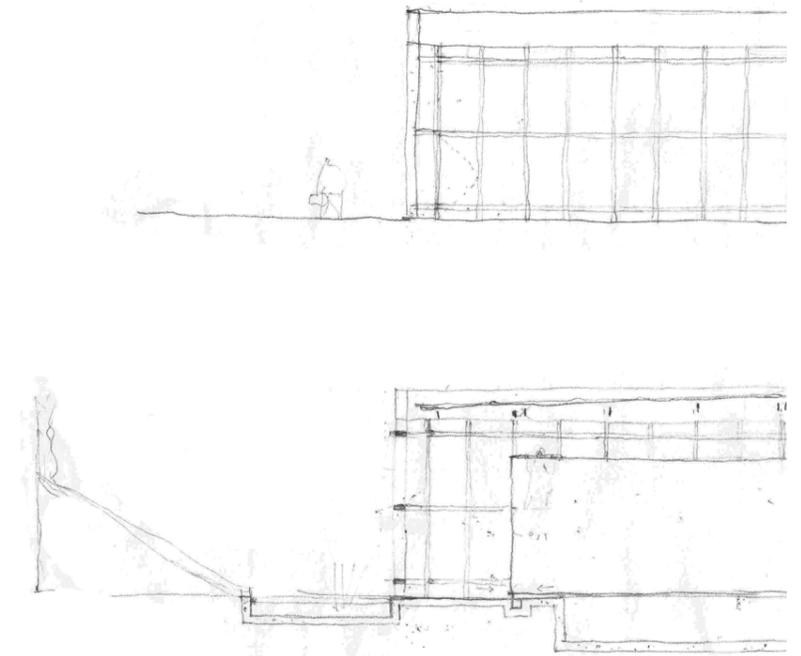
Bases do Lugar - Um exemplo na escala 1:1000



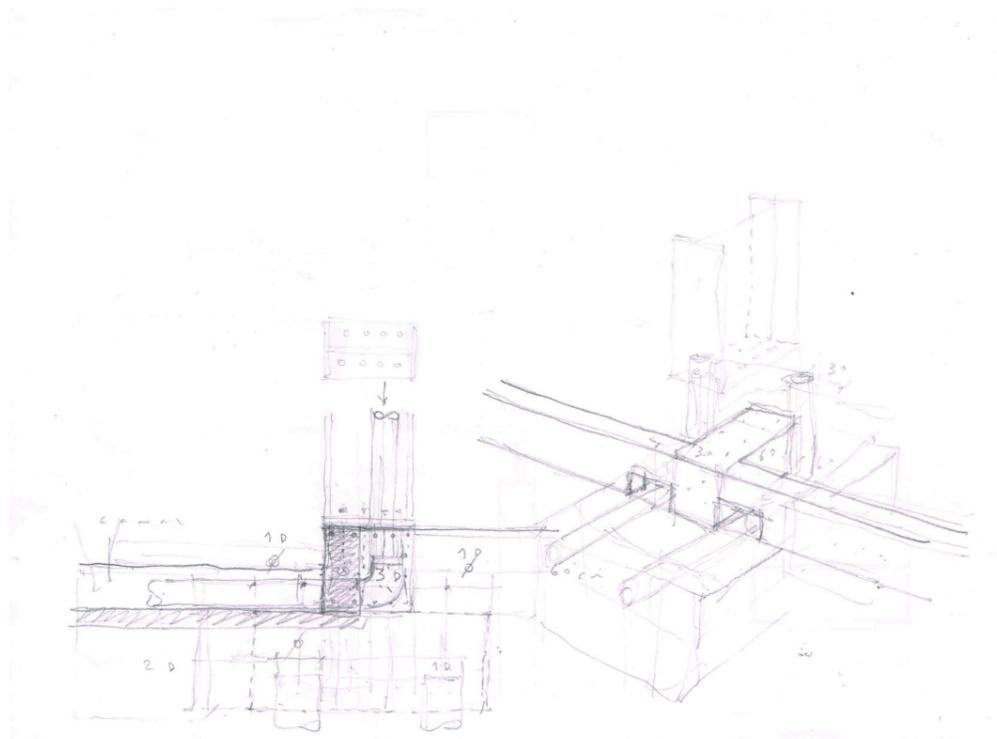
Conhecendo o Terreno - Dimensões, escalas, luz e sombra.



Programa - Esboço do pavilhão com 9 módulos de 5.00x5.00m



Construção - Estrutura Metálicas nos Pilares, Vigas e Caixilhos



Construção - Dimensionamento e elementos da fundação.

Helenna Luz
Orientação: Alexandre Delijaicov

Trabalho Final de Graduação
FAUUSP | São Paulo . Agosto de 2018